



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

A Acessibilidade no Património da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego: Diagnóstico e Contributos.

Departamento de Turismo e Gastronomia.

Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade.

2022, Paula Lamego Mendes.



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Paula Lamego Mendes

A Acessibilidade no Património da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego:
Diagnóstico e Contributos

Trabalho de projeto em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade , apresentada ao Departamento de Turismo e Gastronomia da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Constituição do júri

Presidente: Professora Doutora Susana Maria Peixoto Godinho Lima.

Arguente: Professora Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio.

Orientadora: Professora Doutora Eugénia Cristina Peixoto Godinho Lima Devile.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto ACTION - Turismo Acessível: Cocriação de Experiências Turísticas através de Sistemas Inteligentes com base na Web, financiados pelo FEDER, através do COMPETE2020 -Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI-01-0145-FEDER-030376), e por fundos nacionais (OE), através da FCT/MCTES (PTDC/EGE-OGE/30376/2017).

Fevereiro, 2022.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de pessoas e instituições. Manifesto, assim, o meu agradecimento a todos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação.

À Professora Doutora Eugénia Devile, minha orientadora, pela confiança depositada, por aceitar ser vanguarda na condução de um trabalho extremamente prático, e dessa forma traduzir o que sempre esperei desta instituição Politécnica. Por ser inspiração. Por saber motivar. Por se mostrar disponível, dar opiniões e enriquecer o processo, respeitando minha autonomia. É uma honra tê-la ao meu lado.

A Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, e, em particular a coordenadora Ivânia Monteiro, pela oportunidade de entrar no mundo dos Castelos e Muralhas, o que me permitiu o contacto com diversas realidades de conservação do património. Agradeço o apoio e motivação incondicional que ajudou a tornar este caminho uma válida e agradável experiência de aprendizagem. Pela verdadeira parceria nesta empreitada. Estou grata pela nossa amizade.

A todos os professores de curso e de mestrado, pelos conhecimentos e competências que me transmitiram ao longo deste percurso académico, que culminaram na elaboração desta dissertação, em especial a Professora Maria do Rosário Campos que vislumbrou o trabalho em questão.

A todos os colegas de curso e de mestrado, com quem partilho ideias e conhecimentos e que sempre se mostraram disponíveis em ouvir as minhas preocupações e dúvidas. Estou certa que o caminho ao lado deles se fez mais leve.

Por último, tendo consciência que sozinha nada seria possível, dirijo um agradecimento especial a minha família e amigos, que foram porto seguro em todo o processo. Aos meus amigos, pelos conselhos preciosos, pela disponibilidade e entusiasmo. Aos meus pais por serem modelos de coragem, incentivo, amor e ajuda na superação de cada obstáculo que surgia ao longo desta jornada. Ao Marcos Ulberg, por ser meu amor, por sua compreensão, generosidade e alegria em todo o caminho. Por me dar a tranquilidade e paz necessárias para cumprir essa tarefa. Aos nossos filhos, Miguel e Lara, que por eles e para eles cruzamos o oceano e nos aventuramos todos os dias a novos desafios.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.”

Rosa Luxemburgo

A Acessibilidade no Patrimônio da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego: Diagnóstico e Contributos

Resumo: A distinção de Portugal como país acessível pela Organização Mundial de Turismo (OMT) em parceria com a Organização Nacional de Cegos da Espanha, a Fundação ONCE, entregue durante a 23ª Assembleia-Geral da OMT, em São Petersburgo, na Rússia, em 2019, quando reconhece o esforço de Portugal na promoção da acessibilidade no Turismo, e, o trabalho desenvolvido pela Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, no qual se preconiza a aproximação do patrimônio material e imaterial às comunidades e visitantes, motivaram a realização deste estudo/projeto.

De grande relevância para o turismo da região, a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, enquanto projeto territorial, excede as fronteiras do patrimônio físico edificado, integrando no seu discurso e operacionalização a riqueza do patrimônio imaterial, encarando-o enquanto substrato unificador.

A investigação será desenvolvida a partir da fundamentação teórica de dois grandes conceitos: acessibilidade e patrimônio; e, da componente prática de diagnóstico, por meio de visitas “in loco”.

O objeto de estudo, composto pelo Complexo Monte de Santiago da Guarda, Torre de Anto, Torre de Almedina, Torre de Buarcos, Fortaleza de Buarcos, Forte de Santa Catarina, Castelo da Lousã, Antigo Castelo de Miranda do Corvo, Castelo de Montemor-o-Velho, Castelo de Penela, Castelo do Germanelo, Castelo de Pombal, Castelo de Soure, está focado na aplicabilidade da acessibilidade nas diferentes valências do monumento.

O objetivo é avaliar as condições de acessibilidade física dos 13 monumentos que compõem a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego e propor estratégias de intervenção sustentadas nos conceitos e temas relacionados com a acessibilidade, baseada na legislação em vigor e nos princípios de desenho universal, tendo como principal ator, o turista/ visitante com incapacidades.

O método utilizado na investigação é de natureza exploratória e busca, com base na coleta de dados do levantamento técnico e execução do diagnóstico, propor novas iniciativas de acessibilidade física.

O estudo pretende demonstrar a importância da investigação na temática proposta, sendo de fundamental relevância para as pessoas que se relacionam com o património, tanto ao nível técnico e político como para o próprio turista/ visitante, tendo ou não incapacidades.

Espera-se que este estudo de investigação aplicada possa ser de grande utilidade, não só para o aprofundamento do conhecimento nesta área, mas também pelas implicações práticas na melhoria da acessibilidade dos monumentos da Rede. Por outro lado, o levantamento e a sistematização, da informação pormenorizada no âmbito da acessibilidade, poderá ser muito útil para disponibilizar aos potenciais visitantes destes monumentos, ou outros agentes da oferta, que dela precisem para organizar as suas visitas.

Palavras-chave: Património e Acessibilidade, Castelos e Muralhas, Turismo Acessível, Desenho Universal.

Accessibility in the Heritage of the Network of Medieval Castles and Walls of Mondego: Diagnosis and Contributions

Abstract: The distinction of Portugal as an accessible country by the World Tourism Organization (WTO) in partnership with the National Organization for the Blind of Spain, the ONCE Foundation, delivered during the 23rd General Assembly of the WTO, in St. Petersburg, Russia, in 2019, when it recognizes Portugal's effort to promote accessibility in Tourism, and the work developed by the Network of Medieval Castles and Walls of Mondego, which advocates bringing material and immaterial heritage closer to communities and visitors, motivated the realization of this study/project.

Of great relevance to regional tourism sector, the Rede Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (Network of Medieval Castles and Walls of Mondego River), as a territorial project, exceeds the boundaries of the built physical heritage, integrating in its discourse and operationalization the wealth of intangible heritage, facing it as a unifying substrate.

The investigation will be developed from the theoretical foundation of two major concepts: accessibility and heritage; and, the practical component of diagnosis, through “in loco” visits.

The object of study, composed of the Monte Complex of Santiago da Guarda, Torre de Anto, Torre de Almedina, Torre de Buarcos, Fortress of Buarcos, Fort Santa Catarina, Castle of Lousã, Old Castle of Miranda do Corvo, Castle of Montemor- o-Velho, Penela Castle, Germanelo Castle, Pombal Castle, Soure Castle, is focused on the applicability of accessibility in the different aspects of the monument.

The objective is to assess the physical accessibility conditions of the 13 monuments that make up the Network of Medieval Castles and Walls of Mondego and propose intervention strategies based on concepts and themes related to accessibility, based on current legislation and on the principles of universal design, having as main actor, the tourist with disabilities.

The method used in the investigation is exploratory in nature and seeks, based on data collection from the technical survey and carrying out the diagnosis, to propose new accessibility initiatives.

The study intends to demonstrate the importance of investigation in the proposed theme, being of fundamental relevance to people who relate to heritage, both at a technical and political level, as well as for tourist himself, whether or not with disabilities.

We hope that this research can be of great use, not only for the deepening of knowledge in this field, but also for the practical implications in improving the accessibility of the monuments under study. On the other hand, the survey and systematization of detailed information in terms of accessibility could be very useful to make available to potential visitors to these monuments, or other agents of the tourist supply, who need it to organize their visits.

Keywords: Heritage and Accessibility, Castles and Walls, Accessible Tourism, Universal Design.

Sumário

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Relevância e Tema	15
1.2 Objetivos da Investigação.....	17
1.3 Objeto de Estudo	18
1.4 Metodologia da Investigação	19
1.5 Organização e Estrutura da Investigação	19
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1 Enquadramento conceitual.....	20
2.1.1 Turismo Acessível	20
2.1.2 Desenho Universal	21
2.1.3 Diferentes dimensões de acesso	23
2.1.4 Público Alvo - População / Turista com mobilidade reduzida	25
2.2 A acessibilidade física no Património Cultural.....	26
2.2.1 Enquadramento.....	26
2.2.2 A dualidade Conservação e Usufruto.....	27
2.2.3 Principais Barreiras para os visitantes com mobilidade reduzida.....	29
2.3 Enquadramento Legal em Portugal - Acessibilidade e Património.....	30
2.3.1 Evolução / Caminho percorrido no domínio da acessibilidade.....	30
2.3.2 Evolução / Caminho percorrido no contexto do Património.....	32
2.3.3 Quadro Legal, em referência.....	33
CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	37
CAPÍTULO 4 - CASO DE ESTUDO: REDE DE CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO.....	43
4.1 Breve caracterização da Rede.....	43
4.2 Os Castelos e Muralhas, e suas classificações.....	43

4.3 Diagnóstico dos monumentos face às condições de acessibilidade.....	46
4.3.1 Relatório Técnico e Plano de Ação: COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA.....	47
4.3.2 Relatório Técnico e Plano de Ação: TORRE DE ANTO.....	58
4.3.3 Relatório Técnico e Plano de Ação: TORRE DE ALMEDINA.....	65
4.3.4 Relatório Técnico e Plano de Ação: TORRE DE BUARCOS.....	72
4.3.5 Relatório Técnico e Plano de Ação: FORTALEZA DE BUARCOS.....	81
4.3.6 Relatório Técnico e Plano de Ação: FORTE DE SANTA CATARINA.....	86
4.3.7 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DA LOUSÃ.....	97
4.3.8 Relatório Técnico e Plano de Ação: ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO.....	104
4.3.9 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO.....	115
4.3.10 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE PENELA.....	124
4.3.11 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DO GERMANELO.....	131
4.3.12 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE POMBAL.....	137
4.3.13 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE SOURE.....	148
4.4 Estado da arte dos monumentos no âmbito da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	160
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO.....	163
BIBLIOGRAFIA.....	165
ANEXOS	169

Lista de abreviaturas

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIPDI - Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.

PNPA - Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade

RAMPA - Programa Nacional de Financiamento

ONCE - Organización Nacional de Ciegos de España

WC – Water Closet / casas de banho

Lista de figuras

FIGURA 1 – PADRÃO ERGONOMICO + DIVERSIDADE HUMANA	22
FIGURA 2 – ITENS DA BASE TEÓRICA	37
FIGURA 3 – ITENS DOS MONUMENTOS EM ESTUDO	38
FIGURA 4 – FOCO DO TRABALHO	40
FIGURA 5 – MODELO DO GUIÃO DESCRITIVO	41
FIGURA 6 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - FACHADA PRINCIPAL.....	47
FIGURA 7 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - IMAGEM AÉRA DO MONUMENTO..	48
FIGURA 8 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - PLANTA DO MONUMENTO.....	49
FIGURA 9 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - PASSADEIRA DE FRENTE.....	50
FIGURA 10 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - PASSADEIRA LATERAL.....	50
FIGURA 11 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - IDENTIFICAÇÃO DAS PASSADEIRAS.....	51
FIGURA 12 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ESTACIONAMENTO RESERVADO..	51
FIGURA 13 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - PERCURSO ATÉ O ACESSO.....	51
FIGURA 14 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA -LUGARES DE ESTACIONAMENTO...52	
FIGURA 15 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ACESSO PRINCIPAL - VISTA EXTERNA.....	52
FIGURA 16 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ACESSO PRINCIPAL - VISTA INTERNA.....	52
FIGURA 17 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - CIRCULAÇÃO INTERNA.....	53
FIGURA 18 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ACESSO A ÚLTIMA SALA.....	53
FIGURA 19 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - DESNÍVEIS.....	51
FIGURA 20 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - CIRCULAÇÕES SUSPENSAS.....	51
FIGURA 21 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - CROQUI DAS CAPAS METÁLICAS..	52
FIGURA 22 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ESCADARIA PARA A TORRE.....	52
FIGURA 23 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ACESSO TORRE.....	52
FIGURA 24 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - SANITA DO SANITÁRIO ACESSÍVEL	53
FIGURA 25 - COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA - ACESSO DO SANITÁRIO ACESSÍVEL.....	53
FIGURA 26 - TORRE DE ANTO - FACHADA PRINCIPAL.....	54
FIGURA 27 - TORRE DE ANTO - IMAGEM AÉRES DO MONUMENTO.....	54
FIGURA 28 - TORRE DE ANTO - RUA DO ACESSO PRINCIPAL.....	55
FIGURA 29 - TORRE DE ANTO - CIRCULÇÃO DE ACESSO.....	55
FIGURA 30 - TORRE DE ANTO - ACESSO PRINCIPAL - VISTA EXTERIOR.....	55
FIGURA 31 - TORRE DE ANTO - ACESSO PRINCIPAL - VISTA INTERIOR.....	56
FIGURA 32 - TORRE DE ANTO - CIRCULAÇÃO INTERNA.....	56
FIGURA 33 - TORRE DE ANTO - ESPAÇO INTERNO AO ACESSO PRINCIPAL.....	58
FIGURA 34 - TORRE DE ANTO - BALCÃO DE ACOLHIMENTO.....	59
FIGURA 35 - TORRE DE ALMEDINA - FACHADA LATERAL DA TORRE.....	60
FIGURA 36 - TORRE DE ALMEDINA - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	60
FIGURA 37 - TORRE DE ALMEDINA - RUA QUE SERVE O ACESSO PRINCIPAL.....	61
FIGURA 38 - TORRE DE ALMEDINA - ACESSO PRINCIPAL.....	61
FIGURA 39 - TORRE DE ALMEDINA - ACESSO PRINCIPAL - VISTA EXTERNA.....	62
FIGURA 40 - TORRE DE ALMEDINA - BALCÃO DE ACOLHIMENTO.....	62

FIGURA 41 - TORRE DE ALMEDINA - CIRCULAÇÃO INTERNA.....	63
FIGURA 42 - TORRE DE ALMEDINA - ESCADARIAS EXTERNAS.....	65
FIGURA 43 - TORRE DE ALMEDINA - ACESSO SANITÁRIO DE PÚBLICO.....	66
FIGURA 44 - TORRE DE ALMEDINA - LAVATÓRIO DO SANITÁRIO DE PÚBLICO.....	67
FIGURA 45 - TORRE DE BUARCOS - FACHADA PRINCIPAL.....	67
FIGURA 46 - TORRE DE BUARCOS IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	68
FIGURA 47 - TORRE DE BUARCOS - TORRE.....	68
FIGURA 48 - TORRE DE BUARCOS - ESPAÇOS AO REDOR DA TORRE.....	69
FIGURA 49 - TORRE DE BUARCOS - PASSEIO AO REDOR DO MONUMENTO.....	69
FIGURA 50 - TORRE DE BUARCOS - ACESSO PRINCIPAL.....	70
FIGURA 51 - TORRE DE BUARCOS - ESTACIONAMENTO.....	70
FIGURA 52 - TORRE DE BUARCOS - AUTOMÓVEIS EM LOCAIS SEM DEMARCAÇÃO.....	72
FIGURA 53 - TORRE DE BUARCOS - LUGARES DE ESTACIONAMENTO.....	73
FIGURA 54 - TORRE DE BUARCOS - ACESSO PRINCIPAL - SINALIZAÇÃO.....	73
FIGURA 55 - TORRE DE BUARCOS - ACESSO PRINCIPAL - NÍVEL DO PASSEIO.....	73
FIGURA 56 - TORRE DE BUARCOS - ACESSO PRINCIPAL - NÍVEL DA TORRE.....	74
FIGURA 57 - TORRE DE BUARCOS - ACESSO PRINCIPAL INTERNAMENTE.....	74
FIGURA 58 - TORRE DE BUARCOS - ESPAÇO RESERVADO PARA A PLATAFORMA ELEVATÓRIA.....	75
FIGURA 59 - TORRE DE BUARCOS - PATAMAR DE ACESSO A PLATAFORMA.....	75
FIGURA 60 - TORRE DE BUARCOS - SUGESTÃO DE NOVO ACESSO.....	75
FIGURA 61 - TORRE DE BUARCOS - ESPAÇO AO REDOR DA TORRE	76
FIGURA 62 - TORRE DE BUARCOS - VEGETAÇÃO RASTEIRA	76
FIGURA 63 - TORRE DE BUARCOS - SUGESTÃO DE MIRADOURO	76
FIGURA 64 - FORTALEZA DE BUARCOS - FACHADA PRINCIPAL.....	76
FIGURA 65 - FORTALEZA DE BUARCOS - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	77
FIGURA 66 - FORTALEZA DE BUARCOS -PASSADEIRA.....	77
FIGURA 67 - FORTALEZA DE BUARCOS - LOCAL DE ESTACIONAMENTO RESERVADO.....	78
FIGURA 68 - FORTALEZA DE BUARCOS - LOCAL DE ESTACIONAMENTO.....	78
FIGURA 69 - FORTALEZA DE BUARCOS - PASSEIO	78
FIGURA 70 - FORTALEZA DE BUARCOS - PASSAGENS EM RAMPA	79
FIGURA 71 - FORTALEZA DE BUARCOS - ACESSO AOS BALUARTE.....	81
FIGURA 72 - FORTALEZA DE BUARCOS - DESNÍVEIS DE ACESSO.....	82
FIGURA 73 - FORTE SANTA CATARINA - FACHADA PRINCIPAL.....	82
FIGURA 74 - FORTE SANTA CATARINA - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	83
FIGURA 75 - FORTE SANTA CATARINA - PASSADEIRA EM FRENTE O ACESSO PRINCIPAL.....	83
FIGURA 76 - FORTE SANTA CATARINA - LIGAÇÃO DO ACESSO PRINCIPAL AO ESTACIONAMENTO..	84
FIGURA 77 - FORTE SANTA CATARINA - PERCURSO ATÉ O ACESSO PRINCIPAL.....	84
FIGURA 78 - FORTE SANTA CATARINA - PRAÇA DE ESTACIONAMENTO.....	84
FIGURA 79 - FORTE SANTA CATARINA - SUGESTÃO DE NOVOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO...84	84
FIGURA 80 - FORTE SANTA CATARINA - ACESSO PRINCIPAL - VISTA EXTERNA.....	86
FIGURA 81 - FORTE SANTA CATARINA - ACESSO PRINCIPAL - DESNÍVEIS.....	87
FIGURA 82 - FORTE SANTA CATARINA - SUGESTÃO DE RAMPA EM AÇO	88
FIGURA 83 - FORTE SANTA CATARINA - ACESSO À CAPELA	88
FIGURA 84 - FORTE SANTA CATARINA - ACESSO AOS SANITÁRIOS	89
FIGURA 85 - FORTE SANTA CATARINA - ESCADARIAS DE ACESSO.....	89
FIGURA 86 - FORTE SANTA CATARINA - ACESSO AO PISO SUPERIOR.....	90
FIGURA 87 - FORTE SANTA CATARINA - RAMPAS E PATAMAR EM AÇO.....	90
FIGURA 88 - FORTE SANTA CATARINA - INTERLIGAÇÃO DOS MIRADOUROS	90

FIGURA 89 - FORTE SANTA CATARINA - PATAMAR METÁLICO DE LIGAÇÃO	91
FIGURA 90 - FORTE SANTA CATARINA - VISTA AÉREA DAS INTERVENÇÕES SUGERIDAS.....	91
FIGURA 91 - CASTELO DA LOUSÃ - VISTA DO CASTELO.....	91
FIGURA 92 - CASTELO DA LOUSÃ - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	92
FIGURA 93 - CASTELO DA LOUSÃ - PASSEIO AO REDOR DO CASTELO.....	92
FIGURA 94 - CASTELO DA LOUSÃ - RAMPAS AO REDOR DO CASTELO.....	93
FIGURA 95 - CASTELO DA LOUSÃ - LUGARES DE ESTACIONAMENTO.....	94
FIGURA 96 - CASTELO DA LOUSÃ - ACESSO PRINCIPAL DO CASTELO.....	94
FIGURA 97 - CASTELO DA LOUSÃ - ACESSO AO ÚLTIMO PAVIMENTO DA TORRE.....	95
FIGURA 98 - CASTELO DA LOUSÃ - ENTRADA DO CASTELO.....	97
FIGURA 99 - CASTELO DA LOUSÃ - CIRCULAÇÃO NA TORRE.....	98
FIGURA 100 - CASTELO DA LOUSÃ - ACESSO SANITÁRIO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO.....	98
FIGURA 101 - CASTELO DA LOUSÃ - SANITÁRIO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO.....	98
FIGURA 102 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - IMAGEM DA TORRE.....	99
FIGURA 103 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO..	100
FIGURA 104 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - PASSEIO AO REDOR DO MONUMENTO.....	100
FIGURA 105 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - FAIXA DE CIRCULAÇÃO.....	101
FIGURA 106 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - ESTACIONAMENTO RESERVADO.....	101
FIGURA 107 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - PERCURSO ATÉ O ACESSO.....	102
FIGURA 108 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - ACESSO AO PATAMAR.....	102
FIGURA 109 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - VÃO DE ACESSO.....	104
FIGURA 110 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - ESCADARIA EXTERNA.....	106
FIGURA 111 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - SINALIZAÇÃO.....	106
FIGURA 112 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - CISTERNA - ENTORNO.....	106
FIGURA 113 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - CISTERNA - ACESSO.....	107
FIGURA 114 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - IGREJA MATRIZ - ENTORNO	107
FIGURA 115 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - IGREJA MATRIZ - ACESSO ACESSÍVEL.	108
FIGURA 116 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - CIRCULAÇÃO INTERNA	108
FIGURA 117 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - PATAMARES INTERNOS.....	108
FIGURA 118 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - NECRÓPOLE	108
FIGURA 119 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - TORRE - VÃOS LIVRES.....	109
FIGURA 120 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - ACESSO AO SANITÁRIO.....	109
FIGURA 121 - ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO - SANITA DO SANITÁRIO.....	110
FIGURA 122 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - FACHADA PRINCIPAL.....	110
FIGURA 123 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO	111
FIGURA 124 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO	111
FIGURA 125 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ESTACIONAMENTO	112
FIGURA 126 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - PERCURSO ATÉ O ACESSO	112
FIGURA 127 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ACESSO PORTA DA PESTE.....	113
FIGURA 128 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ACESSO DA PORTA DO SOL	113
FIGURA 129 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - CIRCULAÇÕES	115
FIGURA 130 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ACESSO IGREJA.....	116
FIGURA 131 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO.....	116
FIGURA 132 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ACESSO SALA MULTIMÉDIA.....	117
FIGURA 133 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ACESSO POSTO DE TURISMO.....	117
FIGURA 134 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - SUGESTÃO DE RAMPA POSTO DE TURISMO	118
FIGURA 135 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - SOLEIRA DA IGREJA.....	118

FIGURA 136 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - SUGESTÃO RAMPA IGREJA.....	119
FIGURA 137 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - ACESSO SANITÁRIO.....	119
FIGURA 138 - CASTELO DE MONTEMOR -O- VELHO - SANITÁRIO ESPAÇO INTERNO.....	119
FIGURA 139 - CASTELO DE PENELA - FACHADA PRINCIPAL.....	119
FIGURA 140- CASTELO DE PENELA - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	120
FIGURA 141 - CASTELO DE PENELA - ACESSO À BRECHA DAS DESAPARECIDAS.....	120
FIGURA 142 - CASTELO DE PENELA - ACESSO À PORTA DA VILA.....	121
FIGURA 143 - CASTELO DE PENELA - INTERIOR DA PORTA DA TRAIÇÃO.....	121
FIGURA 144 - CASTELO DE PENELA - EXTERIOR DA PORTA DA TRAIÇÃO.....	121
FIGURA 145- CASTELO DE PENELA - PRAÇA DE ARMAS.....	121
FIGURA 146 - CASTELO DE PENELA - CIRCULAÇÃO INTERNA.....	124
FIGURA 147 - CASTELO DE PENELA - SANITÁRIO ACESSÍVEL EM CONSTRUÇÃO.....	125
FIGURA 148 - CASTELO DE PENELA - SANITÁRIO ACESSÍVEL NO EXTERIOR /EM CONSTRUÇÃO.....	126
FIGURA 149 - CASTELO DO GERMANELO - FACHADA PRINCIPAL.....	126
FIGURA 150 - CASTELO DO GERMANELO - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	127
FIGURA 151 - CASTELO DO GERMANELO - VIAS AO REDOR DO MONUMENTO.....	127
FIGURA 152 - CASTELO DO GERMANELO - TIPO DE PAVIMENTAÇÃO.....	128
FIGURA 153 - CASTELO DO GERMANELO - ÁREAS PARA ESTACIONAMENTO.....	128
FIGURA 154 - CASTELO DO GERMANELO - CIRCULAÇÕES.....	129
FIGURA 155 - CASTELO DO GERMANELO - ACESSO PRINCIPAL POR ESCADARIAS.....	129
FIGURA 156 - CASTELO DO GERMANELO - ACESSO PRINCIPAL.....	131
FIGURA 157 - CASTELO DO GERMANELO - CIRCULAÇÃO PRINCIPAL PELO CORREDOR.....	132
FIGURA 158 - CASTELO DO GERMANELO - CORREDOR.....	133
FIGURA 159 - CASTELO DE POMBAL - INTERIOR DO CASTELO.....	133
FIGURA 160 - CASTELO DE POMBAL - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	133
FIGURA 161 - CASTELO DE POMBAL - PERCURSO PELA MATA.....	133
FIGURA 162 - CASTELO DE POMBAL - PERCURSO EM AREIA.....	135
FIGURA 163 - CASTELO DE POMBAL - PERCURSO EM PEDRA IRREGULAR.....	135
FIGURA 164 - CASTELO DE POMBAL - DESNÍVEL COM MAIS DE 0,35M.....	135
FIGURA 165 - CASTELO DE POMBAL - ESTACIONAMENTO.....	135
FIGURA 166 - CASTELO DE POMBAL - ESTACIONAMENTO RESERVADO.....	137
FIGURA 167 - CASTELO DE POMBAL - ESTACIONAMENTO - EXISTENTE E PROPOSTA.....	139
FIGURA 168 - CASTELO DE POMBAL - ACESSO PRINCIPAL - VISTA EXTERNA.....	139
FIGURA 169 - CASTELO DE POMBAL - ACESSO PRINCIPAL - VISTA INTERNA.....	139
FIGURA 170 - CASTELO DE POMBAL - CIRCULAÇÃO INTERNA PRÓXIMA AO ACESSO.....	140
FIGURA 171 - CASTELO DE POMBAL - ACESSO AO POSTO DE TURISMO.....	140
FIGURA 172 - CASTELO DE POMBAL - TIPOS DE DESNÍVEIS.....	141
FIGURA 173 - CASTELO DE POMBAL - CIRCULAÇÕES INTERNAS.....	141
FIGURA 174 - CASTELO DE POMBAL - ACESSO SANITÁRIO ACESSÍVEL.....	142
FIGURA 175 - CASTELO DE POMBAL - SANITA DO SANITÁRIO ACESSÍVEL.....	142
FIGURA 176 - ACESSO SANITÁRIO ACESSÍVEL	142
FIGURA 177 - SANITA DO SANITÁRIO	143
FIGURA 178 - CASTELO DE SOURE - FACHADA PRINCIPAL.....	143
FIGURA 179 - CASTELO DE SOURE - IMAGEM AÉREA DO MONUMENTO.....	143
FIGURA 180 - CASTELO DE SOURE - PLANTA DO MONUMENTO.....	143
FIGURA 181 - CASTELO DE SOURE - PERCURSO EM FRENTE O ACESSO PRINCIPAL.....	144
FIGURA 182 - CASTELO DE SOURE - PERCURSO AO REDOR DO CASTELO.....	144
FIGURA 183 - CASTELO DE SOURE - POSSÍVEIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO RESERVADO.....	145

FIGURA 184 - CASTELO DE SOURE - PARQUEAMENTO EXISTENTE.....	145
FIGURA 185 - CASTELO DE SOURE - PROPOSTAS DE ESTACIONAMENTO RESERVADO.....	148
FIGURA 186 - CASTELO DE SOURE - ACESSO PRINCIPAL - VISTA EXTERIOR.....	149
FIGURA 187 - CASTELO DE SOURE - ACESSO PRINCIPAL - VISTA INTERIOR.....	149
FIGURA 188 - CASTELO DE SOURE - SUGESTÃO DE RAMPA.....	150
FIGURA 189 - CASTELO DE SOURE - PRAÇA DE ARMAS.....	150
FIGURA 190 - CASTELO DE SOURE - PAVIMENTAÇÃO INTERNA.....	151
FIGURA 191 - CASTELO DE SOURE - ACESSO SANITÁRIO ACESSÍVEL.....	151
FIGURA 192 - CASTELO DE SOURE - ACESSO SANITÁRIO.....	152
FIGURA 193 - CASTELO DE SOURE - ACESSO AO POSTO DE TURISMO.....	152
FIGURA 194 - CASTELO DE SOURE - BALCÃO DE ACOLHIMENTO EXISTENTE.....	152
FIGURA 195 - CASTELO DE SOURE - SUGESTÃO DE RAMPA PARA ACESSO PRINCIPAL.....	153
FIGURA 196 - CASTELO DE SOURE - SUGESTÃO DE BALCÃO DE ACOLHIMENTO.....	153
FIGURA 197 - CASTELO DE SOURE -ACCESSO PRINCIPAL.....	153
FIGURA 198 - CASTELO DE SOURE -BALCÃO DE ACOLHIMENTO.....	156
FIGURA 199 - CASTELO DE SOURE - TROCA DE NÍVEIS.....	154
FIGURA 200 - CASTELO DE SOURE - SANITÁRIO.....	157

Lista de Quadros

QUADRO 1. Princípios do Desenho Universal.....	22
QUADRO 2. Marcos Nacionais da acessibilidade.....	30
QUADRO 3. Itens para análise no diagnóstico.....	36
QUADRO 4. Visitas Técnicas.....	37
QUADRO 5. Classificação do Patrimônio da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.....	42
QUADRO 6. Panorama dos monumentos da Rede no âmbito da acessibilidade física.....	157

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Relevância e Tema

A participação de todas as pessoas nos diferentes aspetos da vida em sociedade tem sido uma temática em nítida evolução, tanto do ponto de vista económico, como social, que tem sido acompanhado por um maior foco na tomada de decisões e da própria legislação, que salvaguarda os direitos de todas as pessoas.

No setor do turismo, ainda que gradual, esta transformação tem sido também notória sendo o turismo acessível um segmento de mercado em crescimento (Devile e Kastenzholz, 2018; Ozturk et al., 2008). Sua visibilidade em crescimento é o que potencializa o seu desenvolvimento, tanto a nível das infraestruturas como da sensibilização dos recursos humanos.

No contexto económico, o turismo acessível é potencializado pela população sénior, que vem contribuir para a evolução do mesmo, associada à maior esperança média de vida dos países desenvolvidos. Há vários estudos que salientam o valor económico deste mercado, dos quais ressaltamos os seguintes aspetos:

- Em 2012, os fluxos turísticos correspondentes a este segmento na UE totalizaram cerca de 783 milhões de viagens no interior da UE, prevendo-se um crescimento para cerca de 862 milhões de viagens por ano para 2020, o equivalente a uma taxa de crescimento médio de 1,2% ao ano. A maioria das viagens realizou-se dentro da UE, especialmente no país de origem (EC, 2014).

- As melhorias de acessibilidade podem levar a mudanças de atitude/comportamento por parte deste segmento. Mudanças em determinados aspetos do serviço e das infraestruturas turísticas facilitam o acesso à atividade turística e poderão contribuir para o aumento do gasto turístico e da frequência das viagens. Os idosos e pessoas que viajam com crianças mencionam de forma positiva: a ajuda médica, menus para as necessidades dietéticas especiais, equipamento e atividades pensadas para crianças, Instalações sanitárias, estacionamento e elevadores acessíveis.

O valor bruto direto do Turismo Acessível na UE em 2012 foi de cerca de 352 mil milhões de Euros; tendo em conta o efeito multiplicador, o valor bruto total ascendeu a cerca de € 786 mil milhões. A contribuição direta do segmento sénior foi de quase 204 mil milhões de Euros e a do segmento de pessoas com deficiências foi de 148 mil milhões de Euros (EC, 2014).

Mais um dado relevante, foi uma pesquisa sobre o “Turismo Acessível para Todos”, na Alemanha, desenvolvido pela BMWA, (2004), onde é referido que aproximadamente 62% dos inquiridos admite que gastaria mais e pagaria um preço superior em viagens para destinos que oferecessem facilidades e infraestruturas acessíveis, e 50% dos participantes do estudo confirma que viajaria mais, se os destinos fossem mais convidativos ao nível das acessibilidades.

Por outro lado, a possibilidade de usufruto do património, e da aprendizagem e conhecimento no contexto do turismo, é um direito de todas as pessoas. Ao nível do património cultural e, especificamente do património arquitetónico, colocam-se muitos obstáculos que tornam difícil implementar soluções de acessibilidade, quer pelo custo económico que implicam, quer pelas restrições de conservação dos edifícios (Goodall, 2006; Pearn, 2011).

É neste contexto que se enquadra a realização desta investigação. Sendo certo que há barreiras de diversas ordens, que impedem a intervenção para uma boa acessibilidade física dos locais patrimoniais, é possível, mesmo assim, refletir, questionar e melhorar gradualmente o acesso a estes espaços. No caso dos castelos, foco desta investigação, estas questões constituem um imenso desafio, pôr na sua gênese, terem sido construídos precisamente, para não serem de fácil acesso.

Este estudo justifica-se na medida em que todos os monumentos que constituem a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego possuem, de alguma forma, condições de acessibilidade que podem ser melhoradas e, também, por haver uma sensibilidade para esta temática por parte desta Rede, em parte resultante do pioneirismo do Município da Lousã (cujo castelo integra esta rede), que desenvolveu o projeto “ Lousã, Destino de Turismo Acessível”.

Pretende-se, assim, colmatar algumas das lacunas da literatura científica existente, contribuindo para o aumento do conhecimento nesta área e, se possível, para uma melhor acessibilidade dos locais analisados.

1.2 Objetivos da Investigação

Esta dissertação versa sobre questões relacionadas com a acessibilidade em espaço público, especificamente nos monumentos da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, com foco em atendimento a todos os Cidadãos/turistas/ visitantes – independentemente da idade e capacidades.

Dentro das principais tipologias do público alvo do turismo acessível, as pessoas com limitações motoras foram o foco deste estudo. Estas limitações se relacionam com a capacidade de locomoção, andar e subir escadas, e, foram reportadas por 25% das pessoas que, nos Censos 2011, declararam ter muita dificuldade ou mesmo não conseguir realizar pelo menos uma das 6 atividades diárias (INE, 2012).

O desafio é imenso no que tange a plena inclusão do turista e/ou visitante com mobilidade reduzida / condicionada, temporária ou permanente, no usufruto de uma tipologia de património onde o pano de fundo tem como base a arquitetura militar. Uma vez que as dificuldades de mobilidade afetam um número grande de pessoas, esta condição pode ser impeditiva para vivenciar espaços de uma forma plena devido à existência de barreiras arquitetónicas. A investigação pretende, assim, avaliar as condições de acessibilidade física dos 13 monumentos que compõem a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego e propor estratégias de intervenção sustentadas nos conceitos e temas relacionados com a acessibilidade, baseada na legislação em vigor e nos princípios de desenho universal.

Face ao objetivo geral identificado anteriormente, os objetivos específicos desta investigação são os seguintes:

- ✓ Compreender as dimensões da acessibilidade aplicadas ao património cultural;
- ✓ Identificar e sistematizar as diferentes abordagens do tema da acessibilidade física, retirando-se deste enquadramento conceptual e teórico as principais linhas

de pensamento correntes, uma vez que este Estudo centra somente na abordagem da arquitetura;

- ✓ Compreender as barreiras que se colocam às pessoas com mobilidade reduzida no usufruto do património cultural;
- ✓ Analisar a legislação, no contexto da acessibilidade e também do património;
- ✓ Elaborar um diagnóstico sobre a acessibilidade física atualmente oferecida pelos monumentos da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego;
- ✓ Identificar as barreiras físicas do edificado patrimonial que integra a RCMMM;
- ✓ Propor soluções para atenuar ou eliminar as barreiras físicas do património que integra a RCMMM.

1.3 Objeto de Estudo

O objeto de estudo da presente investigação insere-se em dez Concelhos da região centro de Portugal, e é constituído por 13 monumentos que constituem a RCMMM, designadamente: Complexo Monumental de Santiago da Guarda, Torre de Anto, Torre de Almedina, Torre de Buarcos, Fortaleza de Buarcos, Forte de Sta. Catarina, Castelo da Lousã, Antigo Castelo de Miranda do Corvo, Castelo de Montemor-o-Velho, Castelo de Penela, Castelo do Germanelo, Castelo de Pombal e Castelo de Soure. Estes monumentos fazem parte de uma Rede Patrimonial que dinamiza o Património com referência no episódio histórico da linha defensiva do Mondego.

Uma das muitas atribuições da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego é promover ações de valorização do Património, conforme o item 6, do Artigo 3º, do Estatuto da Associação denominada Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, de 09/02/2011. Desta forma, entendemos que a acessibilidade está alinhada com tal premissa.

Para cada um dos monumentos foram identificadas as barreiras físicas que podem de alguma forma inibir o acesso ou o usufruto pleno do edificado.

1.4 Metodologia da Investigação

Este trabalho assenta, numa primeira fase, na leitura e análise documental, sobretudo no que se refere a artigos científicos, teses, relatórios e normas legislativas de forma a obter fundamentação teórica que sustente a nossa investigação. Posteriormente, o trabalho empírico irá basear-se na recolha de informação dos monumentos em análise, os Castelos e Muralhas que compõem a rede, através das seguintes abordagens: pesquisa de todos os elementos escritos e gráficos que suportam o trabalho (fontes bibliográficas plantas e cortes do caso de estudo); pesquisa em arquivos das Câmaras Municipais dos concelhos onde se encontram os monumentos em estudo; observação direta através da realização de trabalho de campo: levantamento das barreiras físicas dos monumentos em estudo, leitura de plantas, fotografias, entrevistas informais a técnicos e especialistas do município.

1.5 Organização e estrutura da investigação

O presente trabalho organiza-se em duas grandes partes. A primeira parte, correspondente à revisão bibliográfica, focando os aspectos relativos aos conceitos de acessibilidade, desenho universal e turismo acessível, nomeadamente no que refere às barreiras que se colocam às pessoas com mobilidade reduzida no usufruto do património. Apresenta, ainda, o enquadramento legislativo em Portugal e a caracterização da população alvo (turista e visitante com mobilidade reduzida ou condicionada).

A segunda parte é dedicada à componente empírica desta investigação. Assim, o capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada, sendo o capítulo seguinte dedicação à apresentação de resultados. Por fim apresentam-se as conclusões e as implicações desta dissertação.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Enquadramento conceitual

2.1.1 Turismo Acessível

O Turismo acessível, ou turismo inclusivo, turismo para todos, livre de barreiras, reconhece que qualquer pessoa deve poder usar os equipamentos e serviços turísticos e lhes seja proporcionada uma oferta de serviços e atividades orientada para turistas com incapacidade, que sofrem certas limitações, exigindo, assim, necessidades diferentes de outros segmentos de procura, como sejam necessidades especiais durante a viagem, alojamento e ao nível de serviços turísticos. “Distingue-se do turista sem incapacidade por estar impossibilitado de executar, independentemente e sem ajuda, determinadas atividades ou tarefas durante a sua viagem” (Devile, Garcia, Carvalho & Neves, 2012).

“O Turismo Acessível implica, assim, a oferta de respostas e de soluções integradas ao nível do território, o que pressupõe o envolvimento dos diferentes atores, do setor privado, associativo e público das mais diversas áreas de atividade e não somente da do turismo” (Devile, Garcia, Carvalho & Neves, 2012).

Quanto à oferta, o turismo acessível deve apresentar um conjunto de serviços e infraestruturas de forma a permitir às pessoas com incapacidade aproveitar as suas férias e tempos de lazer livre de barreiras, para se proporcionar uma experiência autónoma, segura e confortável, isto é, acessível.

De acordo com Darcy e Buhalis (2011), o turismo acessível pode ser entendido como forma de turismo que envolve um processo colaborativo entre os stakeholders da atividade turística, permitindo às pessoas com diferentes requisitos de acesso, usufruir de forma independente, com equidade e dignidade, de produtos, serviços e ambientes, sustentados nos princípios do Desenho Universal.

É através deste processo colaborativo que devem ser analisados os produtos e serviços turísticos, pensados numa perceptiva global e sistémica. De facto, o turismo acessível implica que a experiência turística total envolva não só transporte, alojamento e atividades acessíveis, mas também a disponibilidade de informação adequada e recursos

humanos preparados para acolher as pessoas com necessidades especiais” (Devile et. al., 2012).

Para além disso, o turismo acessível estabelece que toda a envolvente do produto turístico e informação sobre os serviços acessíveis é fundamental e deve chegar aos potenciais turistas com incapacidade de forma clara, objetiva e fidedigna. É, assim, necessário existir formação e sensibilização de atendimento para pessoas com incapacidade, não só física ou motora, mas mental, enfim, transversal a todas as necessidades especiais.

Para tal, tem vindo a ser desenvolvidas diferentes iniciativas e abordagens no sentido de desenvolver produtos e destinos acessíveis aos diferentes grupos de pessoas com necessidades especiais (criou-se, por exemplo, o programa Tourism for All) dando ênfase a apoios de destinos, de modo a melhorar e criar as condições de acessibilidade dos serviços turísticos.

Em suma, mais do que o acesso físico, a acessibilidade no turismo é uma questão de ambientes, de experiências positivas e de um percurso gradual, até que a procura potencial dos turistas com deficiências se torne procura efetiva (Yau, McKercher, & Packer, 2004). É atendendo à diversidade humana, e à necessidade de equidade que se devem proporcionar vivências turísticas mais completas e dignas, apostando na sensibilização de todos os agentes intervenientes do setor do turismo para as especificidades dos diferentes segmentos de procura, baseadas numa competitividade mais justa e universal.

2.1.2 Desenho Universal

O conceito de Desenho Universal se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura nos EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência. O aparecimento deste conceito deve-se ao arquiteto norte-americano Ron Mace, em 1987, e, surgiu pela perceção da necessidade de respeitar a diversidade humana, promovendo a inclusão de todas as pessoas em todas as atividades. O caminho para este estudo é utilizar o conceito para

3	USO SIMPLES E INTUITIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil compreensão; • Dispensando, para tal, experiência, conhecimento; • Habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;
4	INFORMAÇÃO PERCEPTÍVEL	<ul style="list-style-type: none"> • Informações devem se apresentar em diferentes modos (visuais, verbais, táteis); • Legibilidade da informação maximizada; • Para pessoas com diferentes habilidades (cegos, surdos, analfabetos, entre outros).
5	TOLERANCIA AO ERRO	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupar os elementos que apresentam risco, isolando-os ou eliminando-os; • Empregar avisos de risco ou erro; • Fornecer opções de minimizar as falhas; • Evitar ações inconscientes em tarefas que requeiram vigilância.
6	BAIXO ESFORÇO FÍSICO	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo em posição neutra; • Usar força de operação razoável; • Minimizar ações repetidas; • Minimizar a sustentação do esforço físico.
7	DIMENSÃO E ESPAÇO PARA APROXIMAÇÃO E USO	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização em elementos importantes; • Alcance confortável para usuários sentados ou em pé; • Acomodar variações de mãos e empunhadura; • Implantar espaços adequados para uso de tecnologias assistivas ou assistentes pessoais.

Fonte: Elaboração própria, com base na definição do Instituto Nacional para a Reabilitação I.P.

Aplicar esse conceito, contudo, não é tarefa simples, na medida em que se torna imprescindível possuir pleno conhecimento das necessidades humanas, bem como de suas dificuldades, para que as soluções de projeto sejam eficientes (Cambiaghi S., 2007).

2.1.3 Diferentes dimensões de acesso

Apesar de focarmos o trabalho na acessibilidade arquitetônica (física), entendemos que nenhuma dimensão deva ser trabalhada de forma isolada, e de fato, no decorrer da pesquisa de campo, identificaremos em alguns monumentos soluções já instaladas de alguma outra dimensão específica.

De acordo com Sasaki (2010), podem ser identificadas seis dimensões de acessibilidade que integram aspectos limitadores:

- Acessibilidade arquitetônica: Esta, sem dúvida é a mais conhecida e, também, o foco do nosso trabalho. Se trata do ambiente físico, em espaços público e privado. Assim,

a inclusão de rampas com inclinações adequadas, sanitários adaptados corretamente, portas de manuseio fácil e larguras confortáveis, áreas de passagem sem obstáculos, são medidas que mitigam esse tipo de barreira.

Na arquitetura, o projeto é a síntese criativa de diferentes necessidades, no qual o que é feito para remover barreiras assume, como muitas outras necessidades funcionais, o papel da providência ordinária destinada a assegurar, a todos, o melhor uso do bem (Carbonara, 2002).

- Acessibilidade Atitudinal: Refere-se às atitudes das pessoas, ou seja, quando se atua conseguindo perceber a pessoa com deficiência sem criar preconceitos ou estereótipos e, assim, tratá-la do mesmo modo, através do qual tratariam qualquer outra pessoa, sem que haja estigmas e discriminações. Para que essa acessibilidade seja de fato incorporada, é necessário que haja sensibilização de todos os envolvidos. A acessibilidade atitudinal é a base para o desenvolvimento de todas as outras, uma vez que começa com as ações de cada um.
- Acessibilidade Comunicacional: É a dimensão que busca garantir o acesso a comunicação interpessoal. A barreira da comunicação está fortemente presente no dia a dia das pessoas com deficiências auditivas ou visuais. Existem diversas formas de comunicação que não se totalizam apenas na fala ou gestos. Para incluir todos, é importante explorar diferentes formas de comunicação que vão desde materiais em braile, tradutores em libras (língua gestual), programas de sinais no computador e muitos outros.
- Acessibilidade Metodológica: Também chamada de “acessibilidade pedagógica”, pois diz respeito às metodologias de ensino para pessoas com deficiência, seja no contexto escolar (o uso de materiais em braile pelos professores ou de textos com as letras ampliadas, por exemplo), ou no contexto profissional (na avaliação de processos seletivos – se são inclusivos e permitem que todos os candidatos participem plenamente, por exemplo). De forma simples, se refere a formas em que coisas são ensinadas ou executadas, e, dessa forma, podem acabar por excluir ou agregar pessoas e conteúdo.
- Acessibilidade Instrumental: Para superar barreiras existentes em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro das escolas, por exemplo, é que existe a Acessibilidade Instrumental, além de visar a superação das barreiras também nas atividades profissionais, de recreação e de lazer. Temos como exemplo da acessibilidade

instrumental, a situação de uma pessoa com deficiência visual que tem acesso a um software de leitura de écran.

- **Acessibilidade Programática:** Refere-se às normas, regimentos e leis existentes em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Temos como exemplo o actual decreto-lei nº 163/2006, de 8 de agosto, onde se estabelecem as normas técnicas existentes, como também se estabelecem as coimas para a violação das normas técnicas de acessibilidade, envolvendo a participação activa das organizações das pessoas com deficiência. As barreiras programáticas são invisíveis, são regras e normas que, muitas vezes, esquecem das minorias.

2.1.4 . O turista com incapacidade

As pessoas com incapacidade designam-se por pessoas que, em resultado da conjugação de uma anomalia ou perda de funções do corpo, com o meio envolvente, enfrenta dificuldades específicas suscetíveis de lhe limitar a atividade ou restringir a participação na vida social, económica e cultural: “a deficiência é construída socialmente e varia entre as situações da vida” (Blichfeldt & Nicolaisen, 2011). Pessoas com incapacidade encontram uma série de restrições de mobilidade quando viajam para fins turísticos. Vários estudos indicam até que pessoas com necessidades especiais, inclusive cadeirantes, encontram muitos destinos indisponíveis devido às várias restrições de mobilidade e viagens, como modos de transporte e alojamentos inacessíveis. Assim sendo, “devemos considerar um 'conjunto acessível' de destinos com desenho universal ao explorar as decisões relacionadas a viagens...” (Nyman, Westin & Carson, 2018).

O público alvo deste estudo está focado nos turistas e visitantes com incapacidade e esses incluem todos aqueles que, devido ao ambiente onde estão inseridos, “sofrem uma limitação ao nível da sua capacidade relacional e apresentam necessidades especiais durante a viagem, no alojamento e ao nível de outros serviços turísticos” (Devile, 2014). Concretamente, as limitações motoras resultam de alterações morfológicas do esqueleto e no grupo das pessoas com limitações motoras incluem-se:

- Pessoas com deficiências motoras (limitação motora permanente, ao nível dos membros superiores ou inferiores, de grau igual ou superior a 60%): monoplegia (ou seja,

a paralisia de um membro do corpo); hemiplegia (paralisia de metade do corpo); paraplegia (paralisia da cintura para baixo); tetraplegia (paralisia do pescoço para baixo); amputações (falta de um membro do corpo);

- Pessoas com doenças que provocam limitações motoras: paralisia cerebral; malformações congénitas do sistema nervoso (exemplo: espinha bífida); miopatia / distrofia muscular; patologias degenerativas do sistema nervoso central; patologias degenerativas da estrutura muscular;
- Pessoas com limitações motoras ligeiras, temporárias ou permanentes, que influenciam o usufruto da experiência turística, como sejam: pessoas com lesões resultantes de acidentes (pé partido ou torcido); grávidas em final de gestão; pessoas obesas; pessoas com redução da capacidade motora decorrente do processo de envelhecimento ou decorrente de doenças (exemplo: Parkinson);
- Pessoas com estatura fora do comum: gigantismo; nanismo; pais com crianças pequenas/de colo ou transportando bagagens.

Cabe ressaltar que as pessoas com incapacidade ou com necessidades especiais, mesmo com requisitos diferenciados, deverão ter condições de viajar em condições de conforto e segurança, desde que o ambiente esteja preparado e livre de barreiras de vária ordem. Pretende-se, assim, construir uma sociedade mais inclusiva, mais aceite e “universal”, que permita um turismo acessível a todos.

2.2 A acessibilidade física no Património Cultural

2.2.1 Enquadramento

Os bens culturais imóveis são motivo de interesse da população em geral, incluindo as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, que poderão ser turistas ou não.

A legislação em vigor em Portugal, que trata da acessibilidade a edifícios públicos e vias, torna obrigatório o cumprimento de normas que promovam a acessibilidade a todos os espaços públicos, inclusive quando se trata de edifícios históricos. O órgão de defesa do

patrimônio histórico estabelece que a superação de barreiras nestes edifícios deve compatibilizar-se com sua preservação.

Cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de diferentes soluções em acessibilidade face às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão.

Em suma, o patrimônio acessível não é imposto por diretrizes padrão, mas por um mapeamento de estratégia caso a caso, levando em consideração significados patrimoniais e a condutividade das necessidades de acessibilidade de visitantes com deficiência física (Hooi & Yaacob, 2019).

2.2.2 A dualidade Conservação e Usufruto

As questões associadas à preservação do patrimônio tem sido alvo de amplas reflexões, segundo diferentes perspectivas. Preservar o patrimônio cultural é importante, porém, esses locais históricos devem permitir o acesso de todas as pessoas, assim como qualquer outro lugar. Além disso, promover a acessibilidade, além de ser algo de grande valor para a sociedade, aumenta o fluxo de visitação nesses locais, e por consequência aumenta sua relevância junto à comunidade. Por outro lado, como refere Meira (2008), não é possível lembrar tudo, assim, não é possível preservar tudo, pois a construção da sociedade ficaria paralisada (Meira, 2008).

Goodall (2006) argumentou que o desafio, portanto, para os prestadores de serviços no setor de turismo de patrimônio, e também sustentado por Schleien (1993) de forma mais geral, é que chegou o momento de adotar uma nova forma de pensar, fundada na premissa que a comunidade pertence a todos, e todos, independentemente do nível e tipo de capacidade, pertencem à comunidade.

Ao nível das atrações, as principais dificuldades referidas na literatura resultam, sobretudo, de questões relacionadas com a arquitetura dos locais ou do ambiente natural (Smith, 1987, Turco et al., 1998; Goodall, 2006).

De acordo com Devile (2014), há por vezes um conflito ideológico quando se trata de implementar soluções de acessibilidade em edifícios históricos, já que são por vezes

entendidas como conflitantes com a conservação do património. A mesma autora defende que deve haver reflexão e equilíbrio entre aqueles que defendem a integridade da conservação do património e os que defendem os direitos das pessoas com incapacidade à fruição desses espaços.

De facto, pensar as soluções a serem adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis, deve em sua totalidade, compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de permanência, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público.

Riegl (1903) já enfatizava que é a relação com a sociedade que emprega valor e reconhecimento ao património e, portanto, será a responsável por apontar os limites e possibilidades para seu uso e reconhecimento. Tal relação se fará ao longo dos anos num processo interligado entre possibilidades de acesso e uso, percepção e cognição, apropriação e afeto.

Os documentos legais associados à preservação e à acessibilidade em Portugal pouco falam sobre essa interação e a consequência é a grande dificuldade conceitual e prática para resolver a questão.

Assim, definindo o princípio de distinguibilidade, Brandi (2013) cita que “a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir”. Aponta ainda (2013) “que qualquer intervenção de restauro não deve tornar impossível, mas, antes, facilitar as eventuais intervenções futuras”, frisando o princípio da reversibilidade.

Diante do exposto, a componente humana em todo o processo fará a diferença, é ela que irá analisar a condição do bem, elaborar as propostas de intervenções, e, também aprovar todo e qualquer investimento. Assim, as intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto.

2.2.3 Principais barreiras para os visitantes com mobilidade reduzida

Os obstáculos físicos afectam toda as pessoas num ou noutro momento da vida e é, por esse motivo, que a acessibilidade e o desenho universal são conquistas de todos nós, além, claro de dar conta da diversidade humana na qual todos estamos inseridos. “A acessibilidade pode ser definida como a capacidade de o meio edificado assegurar a todos uma igual oportunidade de uso, de uma forma directa, imediata, permanente e o mais autónoma possível” (Gouveia, 2006). É importante salientar que o conceito está em constante evolução e o foco deve estar centrado nas condições do ambiente e não do indivíduo. Tal como refere Dischinger (2012), é fundamental promover mudanças no ambiente físico permitindo a realização de atividades por todas as pessoas.

Os potenciais obstáculos físicos são inúmeros. Podem começar no parque de estacionamento (falta de espaço para sair do carro), seguir no percurso até o edifício, e, prosseguir na entrada do mesmo (porta estreita ou degraus). Estão relacionados com a circulação vertical (falta de alternativa às escadas) e horizontal (pouca largura dos corredores ou portas e espaço curto para manobras) e com o dimensionamento dos equipamentos (a altura a que os objetos são expostos, o tamanho das mesas e cadeiras ou a altura dos balcões pouco adequados), as escadas também representam um obstáculo tanto para crianças pequenas como para pessoas idosas.

Um estudo desenvolvido na Malásia, nos chamou a atenção por avaliar as opções de acesso dentro de um contexto de conservação, e, chegar à conclusão que doze elementos de edifícios são problemas comuns de acesso em edifícios históricos; especialmente acesso e entrada, banheiros e rampas. Além do estacionamento, zona de carregamento de passageiros, áreas comuns e saída de emergência. Os elementos foram concluídos em uma lista de inventário em referência aos parametros principais e abordagem de caminho acessível (Hooi e Yaacob, 2009).

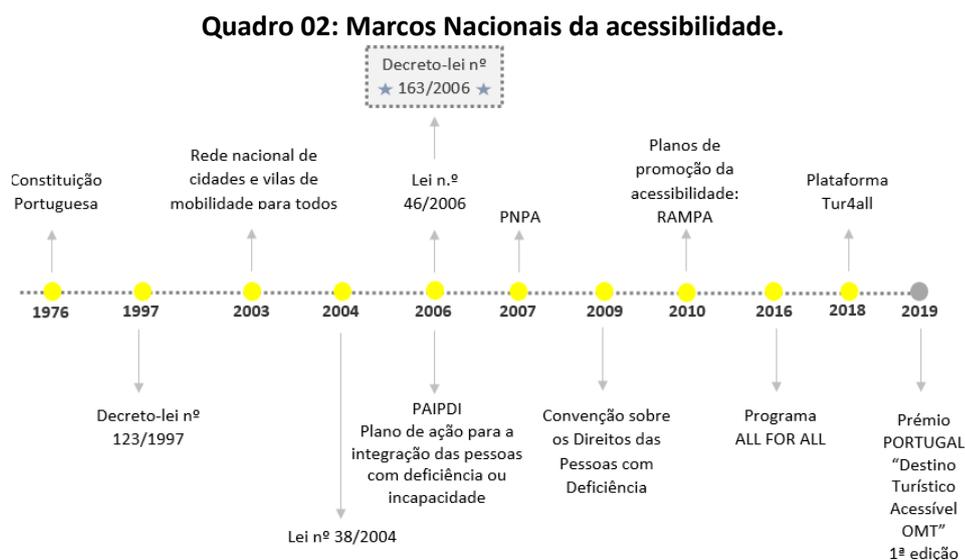
Reconhecemos que adequar todo um monumento ao atendimento da legislação quanto a acessibilidade pode ser uma tarefa dispendiosa e demorada, por esse motivo consideramos que é um trabalho de construção a longo prazo com prioridades pré-definidas, associadas a acessibilidade física e de fácil resolução.

Conforme cita Cambiaghi S. (2007) "Todas as pessoas terão problemas com o ambiente quando não forem respeitadas as suas diferenças, dificuldades e características funcionais." Permitir acessibilidade física a todos os locais, incluindo os monumentos com valor histórico e cultural, ultrapassa o ato de construir rampas, instalação de elevadores, adequação de casas de banho para total autonomia e utilização de pessoas em cadeira de rodas. As pessoas precisam sentir-se de fato integradas e pertencentes aquele ambiente e às suas atividades. De facto, é a real humanização do ambiente que fará com que os valores do bem sejam reconhecidos e tenham seu significado preservado.

2.3 Enquadramento Legal em Portugal - Acessibilidade e Património

2.3.1 Evolução / Caminho percorrido no domínio da acessibilidade

A legislação sobre acessibilidade inicia-se nas normas da Constituição da República Portuguesa, conforme demonstra no quadro 2, com: a alínea d) do artigo 9º, que incrementa a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal entre todos os portugueses; os artigos 12º e 13º, que consagram os princípios da universalidade e da igualdade; e, o artigo 71º que é relevante e nos interessa nesta matéria, na medida em que se verifica um reforço dos princípios de universalidade e igualdade em relação às pessoas com deficiência.



Fonte: Elaboração própria.

Em 1997, a acessibilidades foi regulamentada, com o decreto-lei nº 123/1997, de 22 de maio, que introduziu normas técnicas, objetivando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitectónicas na via pública, equipamentos colectivos e edifícios públicos.

Em 2003, foi proclamado pela União Europeia, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, e a Associação Portuguesa de Planeadores do Território criou a Rede Nacional de Cidades e Vilas de Mobilidade com o objetivo de tornar acessíveis os municípios portugueses. O objetivo foi elaborar um Plano de Promoção de Acessibilidade do centro cívico das cidades e vilas, por forma a eliminar as barreiras arquitectónicas existentes e tornar-se, gradualmente, as cidades mais acessíveis.

O lançamento da lei nº 38/2004 – Lei de Bases de Prevenção, Habitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência –, na alínea d) do artigo 3º, determina “a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência”, dando ênfase e alavancando novas políticas para a acessibilidade.

Foi em 2006, que o Governo lançou o PAIPDI (Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade), um conjunto de medidas com vista a fomentar a participação activa das pessoas com deficiência na sociedade com metas pré-definidas a serem alcançadas no período compreendido entre 2006/2009. Foi também neste ano, após oito anos depois do decreto-lei nº 123/1997, que foi aprovado o actual decreto-lei nº 163/2006, de 8 de agosto, que aperfeiçoou as normas técnicas existentes, como também impôs coimas mais elevadas para a violação das normas de acessibilidade, e introduziu a participação activa das organizações das pessoas com deficiência. Ainda em 2006, a Lei n.º 46/2006, de 28 agosto, proíbe e pune a discriminação com base na deficiência ou da existência de risco agravado de saúde.

Em 2007, o PNPA (Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade) integra um conjunto de medidas que objetivam um sistema concreto de promoção das acessibilidades para o território nacional, eliminando os riscos de exclusão e discriminação.

Com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2009, o Estado Português comprometeu-se a promover, proteger e garantir condições de vida dignas às pessoas com deficiências

e incapacidades em âmbitos muito concretos, que se traduzem sobretudo em direitos económicos, sociais e culturais.

Em 2010, com o programa RAMPA (Programas Nacionais de Financiamento) o governo amplia para mais 154 municípios a abrangência dos Planos de promoção da acessibilidade que inicialmente em 2008 contava apenas com 30 municípios.

No domínio do turismo, em 2016, o Turismo de Portugal lançou o programa “All for All – portuguese tourism” dirigido a todos os empresários do setor, com objetivo de tornar acessível a oferta turística nacional. Este programa foi o culminar de um trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Turismo de Portugal, envolvendo um trabalho conjunto com diferentes áreas da atividade turística, desde hotelaria, aos museus, atividades de turismo ativo, entre outros.

Em 2018, A Accessible Portugal, a Fundação Vodafone Portugal e o Turismo de Portugal, lançaram a primeira plataforma online “TUR4all Portugal” exclusivamente dedicada ao turismo acessível. A plataforma disponibiliza informação sobre as condições de acessibilidade nos diversos recursos turísticos como hotéis, monumentos e museus, nos transportes (adaptados), restaurantes com casas de banho adaptadas ou ementas em braille, entre outras situações.

Em 2019, Portugal recebeu a distinção de Destino Turístico Acessível 2019 durante a 23ª Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO), realizada em São Petersburgo, Rússia. A forma sistematizada como as ações estão a decorrer no país e as já realizadas na matéria das acessibilidades, permitiram a Portugal ser reconhecido como país de promoção de acessibilidades.

2.3.2 Evolução / Caminho percorrido no domínio do Património

O Dec. Lei Nº115/2012 – Aprova a orgânica da Direção Geral do Património Cultural, responsável por definir as regras de classificação e proteção do património edificado em Portugal. A DGPC (Direção Geral do Património Cultural) tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o

património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.

Os imóveis podem obter uma das três classificações: Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal. E, essa classificação, é um fator determinante na aprovação das futuras intervenções arquitetónicas.

2.3.3 Quadro legal, em referência

E, é nesta perspectiva, conforme Quadro 3, e, balizada no Dec-Lei n.º 163/2006, de 8 agosto que iremos investigar as questões de acessibilidade física nos edifícios que constituem a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, e, para tal selecionamos os itens de maior relevância para constituir um trabalho inicial de diagnóstico e intervenções de acessibilidade.

Quadro 03: Itens para análise no diagnóstico.

Decreto-lei nº 163/2006, De 8 de Agosto	Acessível 	Praticável 	Não acessível 
Capítulo 1 — a Via pública (Uma análise ao redor do edifício) <ul style="list-style-type: none"> • Lugar de estacionamento reservado para veículos de pessoas com mobilidade condicionada. • Percurso entre o estacionamento e a entrada do edifício SEM a presença de degraus, piso irregular e rampas muito íngreme. 			
Capítulo 2 — o Edifício (Uma análise do edifício) <ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao edifício realizado através de rampas com inclinações adequadas, SEM utilização de escadas/degrau. • Porta de entrada principal acessível à total autonomia de pessoas. • WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. • Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória. 			
Capítulo 3 — Instalações com usos específicos (Uma análise quando houver salas de espetáculos/auditório) <ul style="list-style-type: none"> • Presença de lugar destinado a pessoa em cadeira de rodas. 			
Capítulo 4 — Percurso acessível (Uma análise das dimensões, aproximações e alcance) <ul style="list-style-type: none"> • Balcão de atendimento rebaixado. 			

Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto-Lei nº 163/2006 de 08 de agosto.

Conforme Quadro 3, foi dividido em três categorias cada item avaliado no monumento: Acessível, quando o item está de acordo com a norma; Praticável, quando o item é passível de utilização, viável, porém, sem autonomia; e, Não Acessível, quando o item realmente é impraticável de utilização.

Sempre com base na legislação, listamos os itens a serem considerados como prioritários para que o trabalho tenha um ponto de partida, ressaltando a diversidade de características dos 13 monumentos estudados.

À considerar - Fora do Edifício:

- Estacionamento

Mínimo, um lugar para veículo em que um dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada. Num parque de estacionamento de 26 a 100 lugares deverão ser reservados 3 lugares. Os lugares reservados são demarcados a amarelo sobre a superfície do pavimento e assinalados com uma placa indicativa de acessibilidade (símbolo internacional). Os lugares de estacionamento reservados possuem medidas padrão de uma vaga com largura 2,50m e comprimento 5,00m, porém, devem possuir uma faixa de acesso lateral com uma largura útil não inferior a 1 m, com o objetivo de facilitar a saída e entrada no veículo. Todos os lugares reservados devem ficar o mais perto possível da porta de entrada do edifício, e ao lado uns dos outros.

- Passeios e vias de acesso

É importante que o percurso entre o estacionamento e a entrada do monumento seja acessível. Por vezes o tamanho do lugar reservado é suficiente para a pessoa com cadeira de rodas sair do seu carro, mas depois não consegue com autonomia chegar até ao edifício. A largura mínima livre do passeio deve ser de 120 cm. Não deve existir ressaltos pelo caminho acima de 2 cm. A inclinação máxima, no sentido longitudinal, dos passeios e vias de acesso é de 6%, no sentido transversal de 2% e a largura mínima de 225 cm. As pavimentações devem ser compactas e as suas superfícies de boa aderência, sem a presença de fissuras com mais de 2cm. O espaço mínimo entre os postes de sinalização vertical ou qualquer outro tipo de mobiliário urbano é de 1,20m no sentido da largura disponível do passeio ou via de acesso.

À considerar - No Edifício:

- Portas e corredores

A entrada do edifício deve estar livre de degraus ou de desníveis acentuados. A largura útil mínima dos vãos das portas de entrada é de 90 cm, devendo evitar-se a utilização de portas giratórias, salvo se houver ao lado uma entrada com portas acessíveis. As portas que melhor permitem a circulação do público são aquelas que não precisam de ser manipuladas, como as automáticas e de correr. Portas de vidro devem ser assinaladas com um forte contraste cromático ao nível dos olhos e do chão. Portas de batente devem ter puxadores em forma de alavanca e não maçaneta, e essas devem estar a uma altura de 90 cm.

Os vestíbulos e corredores devem ter uma dimensão que permita a manobra de retorno às pessoas em cadeiras de rodas, para tal, 1,20m de diâmetro para os vestíbulos e 1,50m para os corredores.

- Escadas

Nos desníveis que forem contemplados também por escadas, estas devem ter a largura mínima de 1,50m, com guardas dos lados exteriores e corrimãos de ambos os lados até 90cm de altura, e com 4cm de espessura de diâmetro. O uso de piso tátil para indicação do início das escadas, é indicado e o piso dos degraus deverá proporcionar uma boa aderência. A altura máxima do espelho é de 18cm e devem ser sinalizados.

- Desníveis e rampas

Qualquer desnível com mais de 2cm de altura deverá ser rampeado ou rebaixado. A inclinação não deve ultrapassar 6% e a inclinação transversal não deve ultrapassar 2%. A extensão máxima de um só lanço é de 6 m. A cada lanço seguir-se-á uma plataforma de nível para descanso com a mesma largura da rampa e um comprimento de 150 cm. A largura mínima das rampas é de 120 cm, devendo conter duplo corrimão, um a 90 cm e outro a 75 cm. O piso das rampas deverá ser de material de boa aderência e com diferenciação de textura no início e no fim.

- Ascensores

A largura útil dos vãos das portas de entrada não deve ser inferior a 80 cm, no interior das cabinas deve ter 1,10m de largura x 1,40m de profundidade. A altura dos botões do comando deve ser de 90 cm. No interior das cabinas devem ser colocadas barras a uma

altura de 90 cm do piso e a uma distância da parede a 5 cm. No interior do elevador deverá conter informação áudio e visual sobre o andar em que a pessoa se encontra. O patamar diante da porta do elevador não deve ter menos de 1,50m x 1,50m. O espaço em frente não deve ter desníveis nem degraus ou obstáculos que possam impedir o acesso, as manobras e a entrada de uma pessoa em cadeira de rodas.

- Casas de banho

A porta de acesso deve ser de correr ou de abrir para o exterior e com largura mínima de 90cm. Pelo menos uma das cabines das instalações sanitárias deve medir em seu interior 220cm x 220cm, para permitir o perfeito uso de pessoas com cadeiras de rodas. Barras de apoio bilateral, rebatíveis na vertical e a 70 cm do pavimento, são imprescindíveis. O piso deve oferecer boa aderência. A altura dos lavatórios situa-se a 80 cm do piso, sem a utilização de colunas como apoio. As torneiras devem ser automáticas. As sanitas não devem ser instaladas sobre degrau e devem possuir 0,45m de altura do piso. Equipamentos de alarme adequado, ligado ao sistema de alerta (luminoso e sonoro) para o exterior deverão ser instalados.

- Balcões

A altura recomendada para os balcões ou guichês de atendimento é de 80cm. Devem ser abertos por baixo e ter largura de 150cm livre para permitir a um visitante em cadeira de rodas aproximar-se do tampo. O espaço livre em frente deve ter pelo menos 90cm x 100cm.

- Áreas de pausa ou de descanso

Em monumentos de grandes dimensões convém prever áreas de pausa ou de descanso. Como as pessoas têm alturas diferentes e diversos graus de mobilidade, convém ter cadeiras e bancos de alturas e formatos diferentes. Recomenda-se uma altura do assento de 43-51cm, sempre com costas de pelo menos 45cm de altura. Alguns lugares devem ter apoios para os braços e outros não. Um contraste cromático entre os assentos e o chão e/ou os assentos e a parede, evita que se transformem num obstáculo.

- Sinalética

No sentido de promover a autonomia do visitante e a exploração do espaço de modo independente, é importante que o edifício esteja claramente identificado, com mapas de

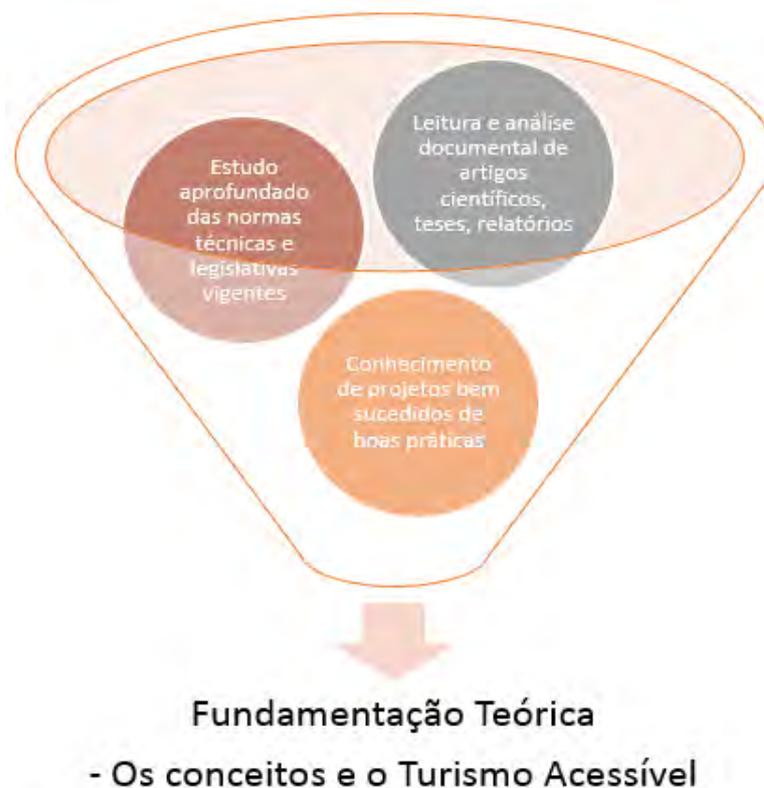
orientação simples, símbolos visuais e tácteis de fácil compreensão, com indicação dos percursos, designação de cada espaço, saídas e entradas, mudanças de níveis, casas de banho.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A premissa desde sempre deste estudo nas questões metodológicas foi alinhar a parte teórica com a parte prática, onde o resultado constituísse uma mais valia para os municípios e entidades envolvidas.

Para que o trabalho tivesse a dosagem certa de parte teórica e prática, separamos de forma clara as etapas de construção de todas as ações, conforme explícito nas Figuras 2 e 3.

Figura 2 – Itens da base teórica.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Itens dos monumentos em estudo.



Fonte: Elaboração própria

Na primeira fase, o empenho colocou-se na revisão da literatura existente. O aprofundamento dos conceitos do Turismo Acessível e a relação direta com o património cultural e todo o impacto da acessibilidade existente nos Castelos e Muralhas deste estudo foi essencial para sustentar o trabalho de campo.

As visitas técnicas, conforme Quadro 4, foram acompanhadas pela coordenadora da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, com o objetivo de entender o contexto da acessibilidade em cada monumento, o que se revelou de grande importância para perceber o quanto cada Município está disposto a investir e a se empenhar com a questão da acessibilidade.

Quadro 4 - Visitas Técnicas.

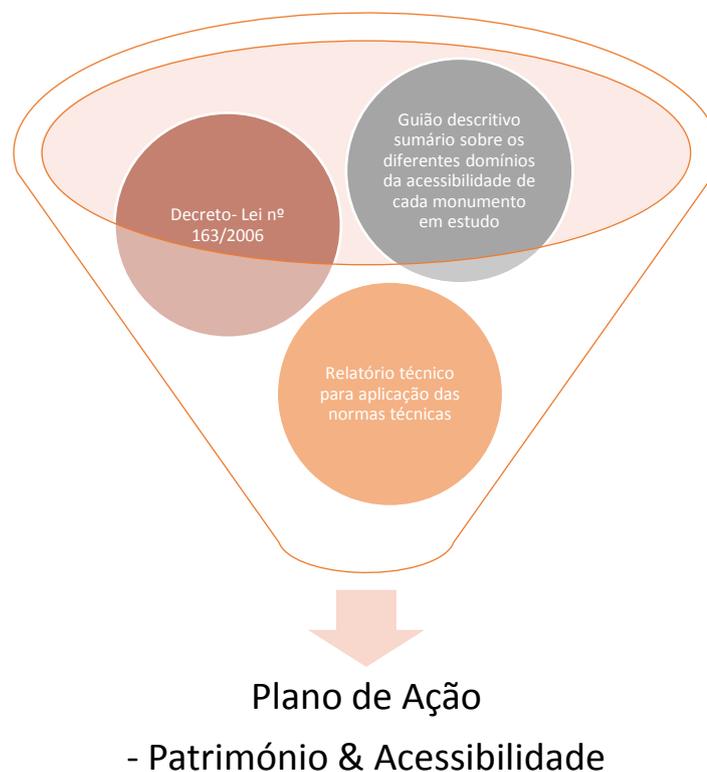
Monumentos	Data da visita técnica	Participantes da visita técnica
Complexo Monumental de Santiago da Guarda	14 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Historiadora / Colaboradora do Município de Ansião -Cláudia Santos
Torre de Anto - Coimbra	20 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Colaboradora do Município de Coimbra – Andrea Neves
Torre de Almedina - Coimbra	20 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Colaboradora do Município de Coimbra – Andrea Neves
Torre de Buarcos - Figueira da Foz	22 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Historiadora da Arte / Colaboradora do Município da Figueira da Foz - Manuela Silva
Fortaleza de Buarcos - Figueira da Foz	22 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Historiadora da Arte / Colaboradora do Município da Figueira da Foz - Manuela Silva
Forte de Sta. Catarina - Figueira da Foz	22 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Historiadora da Arte / Colaboradora do Município da Figueira da Foz - Manuela Silva
Castelo da Lousã	23 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro XXXX
Antigo Castelo de Miranda do Corvo	27 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Historiadora / Colaboradora do Município de Miranda do Corvo – Margarida Mota
Castelo de Montemor-o-Velho	14 abril 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Historiadora da Arte / Estagiária do Município de Montemor-o-Velho – Inês Matias
Castelo de Penela	19 maio 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Historiador/ Colaborador do Município de Penela – Mário Duarte Arquiteta / Colaboradora do Município de Penela – Telma Francisco Arquitecto / Responsável pelo projeto de intervenção de arranjos exteriores – Pedro Santos
Castelo do Germanelo	23 julho 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro
Castelo de Pombal	04 maio 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Estagiária de Comunicação Organizacional da Rede – Sara Rocha Conservadora/Restauradora / Colaboradora do Município de Pombal - Cidália Botas
Castelo de Soure	14 maio 2021	Coordenadora Técnica da Rede – Ivânia Monteiro Historiador / Colaborador do Município de Soure - Mário João Gomes

Fonte: Elaboração própria

Além do relatório fotográfico feito dos espaços, as conversas e entrevistas informais feitas juntamente nas visitas técnicas, junto as pessoas que estão na linha de frente do atendimento ao público de cada monumento foi de grande ajuda e uma maisvalia para a criação do programa de ação.

Na Figura 4 está representada a base do trabalho empírico, descrevendo o último nível para chegar ao plano de ação para cada Município. Com um olhar no Decreto de Lei e outro na razoabilidade das ações, foi criado a partir do diagnóstico atual, um plano de ação que pode ser implementado por fases, o que viabiliza qualquer ação.

Figura 4: Foco do trabalho.



Fonte: Elaboração própria

A partir da parte teórica, e, com base na revisão da literatura foi percebido a infinidade de matrizes existentes com o objetivo de aferir acessibilidade física nos monumentos.

Tivemos contato com diversos relatórios, desde simples vistorias técnicas até complexas auditorias de acesso com mais de cem itens de checagem.

Para nortear a parte prática foram consideradas e utilizadas como base as orientações existentes em três ferramentas de trabalho:

- o Directório sobre Acessibilidade em Espaços Culturais e Artísticos aplicado no Distrito de Leiria pela Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência;
- o Relatório de Acessibilidade elaborado pela Accessible Portugal e operacionalizado no âmbito do projeto AccessTur disponibilizado na Plataforma Tur4All;
- o Relatório de Acessibilidade CEN492 aplicado no Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro pela Accessible Portugal e Martha Punter;

Foi desenvolvido para cada monumento um guião descritivo sumário, conforme Imagem 5, sobre os diferentes domínios da acessibilidade (Anexos a/b/c/d/e/f/g/h/i/j/k/l/m); - um relatório técnico, que tem por finalidade identificar de forma prática o cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, designadamente a aplicação das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada; - um programa de ação que no entender técnico sinaliza as ações que são de necessidade imediata (prioritárias) e as ações de implementação a médio/ longo prazo; - um resumo das informações pertinentes ao turista/ visitante com mobilidade condicionada que deseja visitar o monumento, estas poderão ser disponibilizadas pelo próprio site da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Figura 5: Modelo do Guião Descritivo.

MONUMENTO EM ANÁLISE	
Breve enquadramento histórico & classificação	
Morada & Contatos	
O nome do Monumento é fácil de ver e de ler.	
Placas e sinalética nos espaços externos.	
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	
Loja, bar ou cafetaria acessível.	
Mapa de orientação táctil.	

Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	
Cães de assistência são admitidos.	
Balcão de atendimento rebaixado.	
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	
Visitas guiadas.	
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	
Placas e sinalética nos espaços internos.	
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	
Folhetos explicativos.	
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: com base na iluminação: com base no tipo de pavimentação:	
O edifício tem vários pisos.	
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: - Espaço interno: - Barras rebatíveis: -	
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: - - inclinação: - - tipo de piso: - - iluminação: - - patamares de descanso: -	

Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de concluir o trabalho de todo o levantamento do estado da arte da acessibilidade na Rede foi criada uma ferramenta visual que ilustra de forma resumida o ponto de situação global. Para esse efeito, construiu-se uma tabela que tem como foco a acessibilidade física, sobretudo encarada enquanto autonomia na circulação da pessoa com mobilidade condicionada. Reconhecendo que a acessibilidade não se esgota nesta perspectiva física, entende-se que ela é o primeiro nível a equacionar neste caminho.

Desta forma, o estudo de diagnóstico dos patrimônios em análise compreende a caracterização das atuais condições de acessibilidade física através de uma análise aprofundada, com base na perspectiva normativa do Decreto- Lei nº 163/2006 de 08 de agosto de 2006, e incluindo um levantamento fotográfico de todos os monumentos.

CAPÍTULO 4 - CASO DE ESTUDO: REDE DE CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO

4.1 Breve caracterização da Rede

A Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego procura dignificar a história da Reconquista Cristã e criar a partir do património histórico e cultural um produto turístico de excelência, assente na valorização da Linha Defensiva do Mondego e na mobilização de parceiros para a criação de dinâmicas conjuntas.

A aliança da Linha Defensiva do Mondego foi reanimada em maio de 2010, quando treze entidades se sentam à mesma mesa e assinam o Pacto para a Competitividade e Inovação Urbana, que as compromete no cumprimento de um programa estratégico comum, apresentado no âmbito da Candidatura ao Mais Centro, Eixo 2 - Programa Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (QREN, 2007-2013). A candidatura, aprovada em dezembro de 2010, assentou num Programa Estratégico com um investimento inicial que rondava os 10 milhões de euros.

Reunidos em 2010, estes parceiros perceberam que dada a natureza temática do projeto, não coincidente com qualquer estrutura administrativa, existia a oportunidade para criar uma nova entidade que funcionasse como um corpo estruturante de gestão e organização da Rede.

Assim, em fevereiro de 2011, é criada a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ADCMMM), uma associação privada sem fins lucrativos que tem por desígnio promover o desenvolvimento cultural, turístico e económico da Rede Urbana como marca agregadora do património medieval da região do Mondego (artigo 2.º, Capítulo I, Estatutos da Associação).

O território a defender abrange os concelhos de Ansião, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Pombal e Soure.

A Agência acompanha todos os projetos individuais de cada um dos seus parceiros, promove os projetos imateriais da Rede e promove a cooperação em projetos de desenvolvimento cultural, identitário, social e económico.

Segundo os estatutos desta associação, são atribuições da Agência (artigo 3.º):

- ✓ Conceber e desenvolver produtos turísticos;
- ✓ Promover ações de valorização do Património;
- ✓ Implementar ações de capacitação e projeção internacional do território;
- ✓ Fomentar atividades de âmbito cultural de animação da Rede;
- ✓ Criar uma plataforma de cooperação regional, intermunicipal, e entre entidades públicas e agentes privados, capaz de valorizar recursos endógenos fomentando o desenvolvimento local, económico e social;
- ✓ Constituir um fórum de coordenação de esforços e de concertação de estratégias, que maximize sinergias, em matéria de composição da oferta e preservação e valorização territorial;
- ✓ Defender e valorizar o património medieval do território abrangido, promovendo planos de reabilitação urbana, pareceres técnicos, entre outros;
- ✓ Participar, criar ou gerir projetos em conformidade com o seu objeto, por si ou em associação com outras entidades conexas;
- ✓ Contribuir para a diversificação e dinamização da atividade económica, nomeadamente na área do turismo;
- ✓ Responder diretamente, ou através de consultoria externa, à prestação de serviços aos parceiros associados para a prossecução dos seus fins.

Os Castelos de Coimbra, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Soure e a atalaia de Buarcos, formaram, entre outros, a Linha Defensiva do Mondego. As estas fronteiras associaram-se anos mais tarde outras estruturas como o Castelo de Pombal, do Germanelo, da Ega ou de Santiago da Guarda, que vêm consolidar esta fronteira, palco de

conflitos armados, de instabilidades e perigos, mas também de convivências, permeabilidades e amores.

4.2 Os castelos e muralhas, e suas classificações

Dos 13 monumentos que compõem a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, somente o Antigo Castelo de Miranda do Corvo, ainda não possui classificação do Patrimônio, conforme demonstrado no Quadro 5.

Por se tratar de uma propriedade particular, o monumento, Paço da Ega, classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002, não fará parte deste Estudo, apesar de também fazer parte da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego. Não se descarta a possibilidade de ser incluído em futuros projetos.

Quadro 05: Classificação do Patrimônio da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

		Classificação do Patrimônio
1	Complexo Monumental de Santiago da Guarda *Designações: - Residência senhorial dos Castelo Melhor, e - Ruínas romanas de Santiago da Guarda, e - Paço dos Vasconcelos.	Monumento Nacional, Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978.
2	Torre de Almedina	Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910, (Cerca de Coimbra designadamente o Arco de Almedina, Arco Pequeno de Almedina) / Decreto nº 2 789, DG, 1ª série, n.º 121 de 16 junho 1921 / Decreto nº 7 552-A, DG n.º 133 de 1 julho 1921 (Arco Pequeno de Almedina) / Decreto nº 26 141, DG, 1ª série, n.º 287 de 10 dezembro 1935 (Torre de Anto) / ZEP, Portaria, DG, 2ª série, nº 153 de 02 julho 1960 (Cerca de Coimbra designadamente o Arco de Almedina, Arco Pequeno de Almedina) / Portaria, DG, 2ª série, n.º 269 de 17 novembro 1961 (Torre de Anto)
3	Torre de Anto	

4	Torre de Buarcos	IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 44 075, DG, 1ª série, n.º 281 de 05 dezembro 1961 / ZEP, Portaria nº 337/2011, DR , 2ª série, n.º 27, de 8 de fevereiro 2011.
5	Fortaleza de Buarcos	
6	Forte de Santa Catarina	IIP - Imóvel de Interesse Público, (DL 44.075 de 5 de dezembro de 1961.)
7	Castelo da Lousã	Monumento Nacional, Decreto de 16 de julho de 1910.
8	Antigo Castelo de Miranda do Corvo	Sem classificação, Estrutura de interesse turístico e cultural.
9	Castelo de Montemor-o-Velho	Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910.
10	Castelo de Penela	Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23 junho 1910 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 208 de 05 setembro 1958.
11	Castelo do Germanelo	SIP – Sítio de Interesse Público, Despacho de concordância de 16-05-2018 da diretora-geral da DGPC.
12	Castelo de Pombal	Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 jun 1910/ZEP/Zona "non aedificandi", Portaria, DG, 2.ªsérie, n.º12 de 15 jan 1947.
13	Castelo de Soure	Monumento Nacional, Decreto n.º 37 366, DG n.º 70 de 05 abril 1949.

Fonte: Elaboração própria

Os castelos e Muralhas de um modo geral são edifícios com valor histórico e patrimonial que podem dificultar o cumprimento da lei em vigor (Dec-Lei n.º 163/2006, de 8 Ago) onde define as normas de acessibilidade. Isto se dá porque em sua maioria os programas de reconversão dos edifícios históricos podem deitar em cheque a sua autenticidade ou ser demasiado oneroso, e também por medo de destruir seu caráter patrimonial. Independente das questões Patrimônio x Acessibilidade que certamente encontraremos em todo o processo, listar algumas das barreiras que impedem a acessibilidade do espaço pode ajudar a encontrar soluções simples e práticas, este será nosso foco.

4.3 Diagnóstico dos Monumentos face as condições de acessibilidade

Com finalidade de identificar de forma prática o cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, designadamente a aplicação das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, elaboramos para cada monumento, um relatório técnico e um plano de ação.

De forma a direcionar o Estudo para a perspectiva da acessibilidade física, e, desta forma focar nas áreas de maior relevancia para garantir a circulação com autonomia do visitante com mobilidade reduzida / condicionada, seja ela temporária ou permanente, o Relatório foi dividido em tres partes específicas que se relacionam diretamente com a norma técnica: A. Área externa; B. Acessos e circulações; C. Instalações sanitárias.

Os relatórios irão apresentar as inadequações de acessibilidade física, verificadas no dia da visita de cada monumento, tendo como base os critérios e parâmetros técnicos definidos no Decreto-lei nº 163/2006, além, das Propostas de adequações.

Para além do relatório, foi criado um plano de ações a serem realizadas no domínio da acessibilidade para cada monumento, como uma proposta de trabalho. Foi considerando três níveis essenciais: as ações que no entender técnico são de necessidade imediata (prioritárias) e as ações de implementação a curto/médio prazo (com pouco investimento e baixa complexidade) e ações de implementação a longo prazo (com um investimento considerável e maior complexidade).

4.3.1 Relatório Técnico e Plano de Ação: COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA

Figura 6 – Fachada Principal.



Fonte: Própria.

Descrição:

O Complexo integra uma estrutura central turriforme e um pátio interior cercado por um edifício em formato quadrangular. A torre apresenta acesso ao público por escadarias e desenvolve-se ao longo de 3 patamares, tendo o visitante acesso ao topo da torre, servindo este de miradouro. O restante edificado é de piso único, à excepção de dois

espaços: um gabinete utilizado para fins administrativos pelo pessoal técnico do Complexo e o alojamento técnico. Todas as áreas do Complexo foram visitadas.

Planta aérea do Monumento:

A fachada do Complexo conforme ilustra a Figura 6 é servida por uma das vias rodoviárias principais da localidade de Santiago da Guarda. Em si mesma, a estrutura ocupa um quarteirão, sendo também servida nas imediações por uma praça de eventos (para feiras/mercados); um parque infantil e um recinto para espetáculos. Identifica-se ainda em planta a zona do estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, conforme Figura 7.

Figura 7 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno

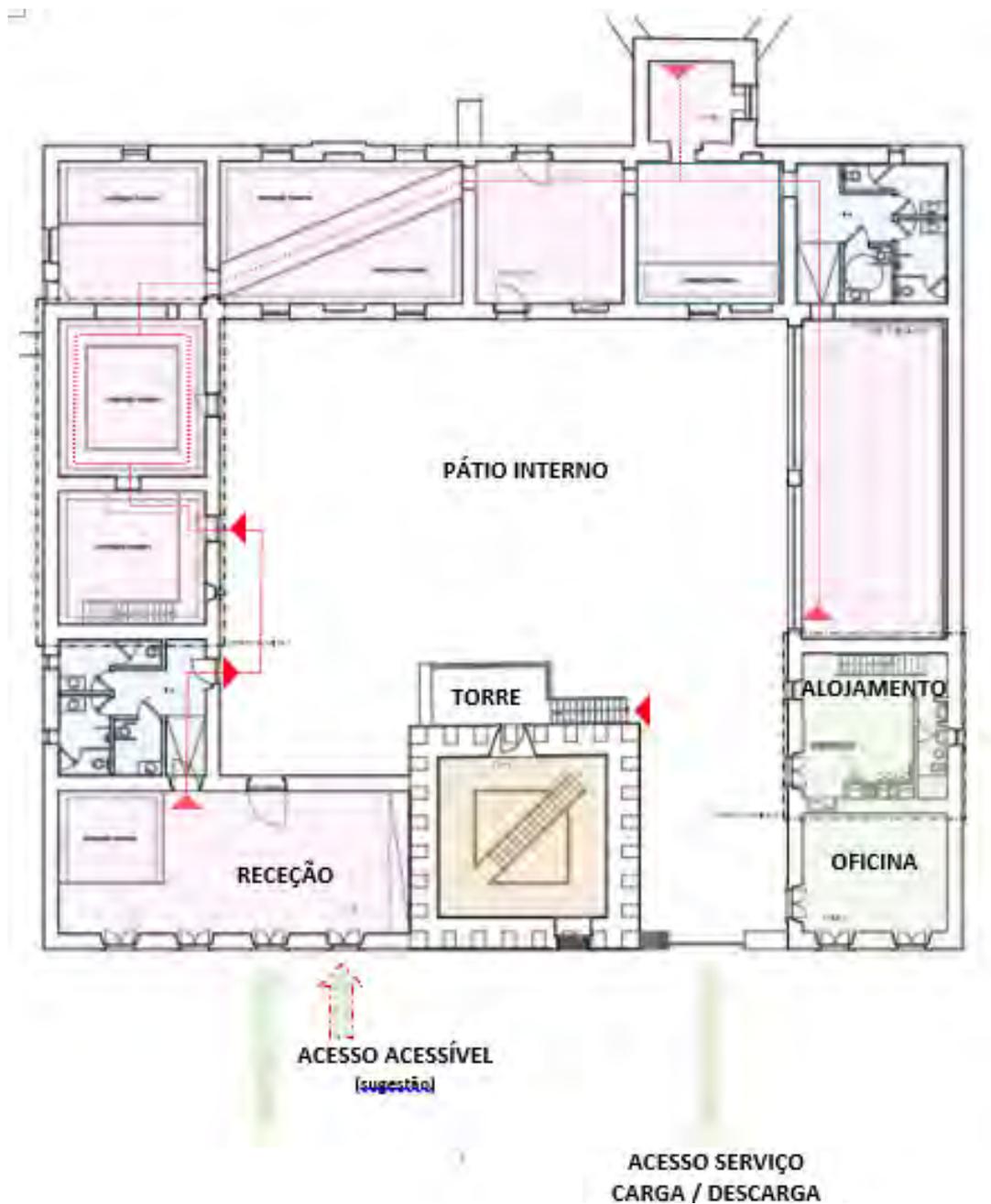


Fonte: <https://earth.google.com/web/search/COMPLEXO+SANTIAGO+DA+GUARDA/>, acessado em 03 de maio, 2021.

Planta do Monumento:

Para melhor compreensão da análise efetuada, apresenta-se a planta do Monumento, Figura 8, considerando as suas diferentes zonas utilitárias.

Figura 8 – Planta interior do Monumento



Fonte: Acervo da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise: A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamentos); B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna e B. 3 – Torre) e C – Instalações sanitárias.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 9: Passadeira em frente ao acesso



Fonte: Própria.

Figura 10: Passadeira na lateral do Complexo

Verifica-se nas Figuras 9 e 10 que:

A passadeira que serve o acesso principal do Complexo Monumental está desadequada considerando a ausência de rebaixamento junto à faixa de travessia ao redor do Monumento.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.6]: a altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m.

Proposta:

Ajustar os percursos pedonais ao redor do Complexo (identificados com círculos na Figura 11), para que os mesmos se tornem acessíveis e proporcionem o acesso seguro e confortável por parte das pessoas com mobilidade condicionada até o Monumento, conforme parâmetros estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.1 – Percurso Acessível].

Figura 11 – Identificação das passadeiras que servem o Monumento



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/COMPLEXO+SANTIAGO+DA+GUARDA/>, acessado em 03 de maio, 2021.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 12: Lugar de estacionamento reservado



Fonte: Própria.

Figura 13: Percurso até ao acesso

Verifica-se nas Figuras 12 e 13 que:

O lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada está desadequado considerando os seguintes itens:

- Ausência de demarcação adequada no piso e faixa de acesso;
- Distância com mais de 100m até ao acesso principal do Monumento, mais do que o dobro de outros estacionamentos das imediações.

Parâmetro normativo a aplicar:

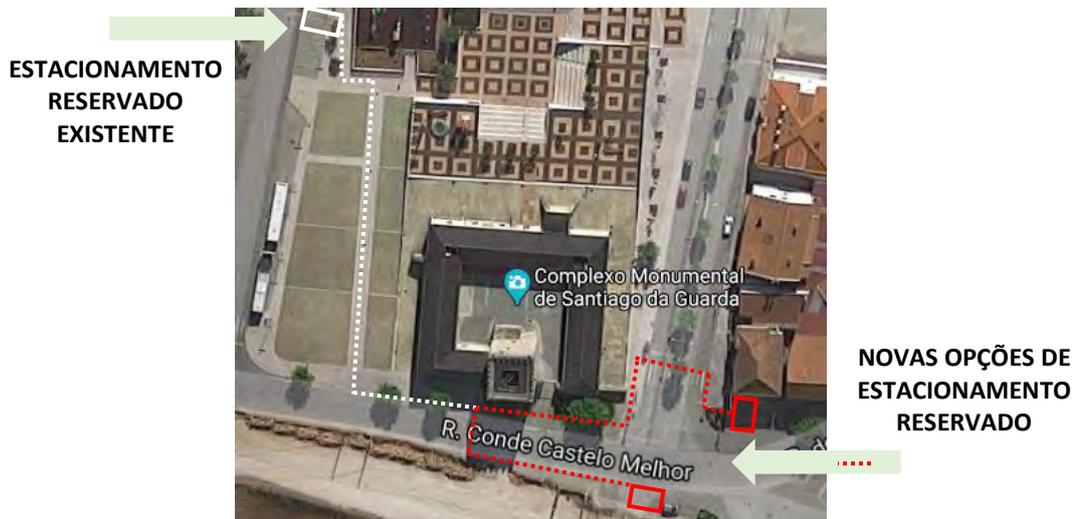
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Ajustar o estacionamento existente às normas, pois atendo o parque infantil, conforme Figura 14.
- Criar um estacionamento acessível junto ao acesso principal do Complexo.

Figura 14 – Estacionamento reservado (existente e propostos)



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/COMPLEXO+SANTIAGO+DA+GUARDA/>, acessado em 03 de maio, 2021.

B. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria



Fonte: Própria

Figura 15: Acesso principal – vista exterior

Figura 16: Acesso principal – vista interior

Verifica-se nas Figuras 15 e 16 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Existência de Equipamentos como obstáculo no percurso;
- Ausência de zona de manobra em função do corta vento e das folhas da porta aberta;
- Existência de tapetes sem fixação;
- Largura das folhas das portas insuficiente;
- Ausência de sinalização.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os percursos pedonais devem ser em todo o seu desenvolvimento, desimpedido de obstruções [secção 4.3];
- Nos percursos pedonais quando necessária mudança de direção de uma pessoa em cadeiras de rodas, a zona de manobra deve atender o mínimo de 0,90m [secção 4.4];
- Quando se verifica a utilização de tapetes, esses devem ser fixos, com espessura não superior a 0,015m [secção 4.7];
- No caso de existirem portas com duas folhas operadas independentemente, pelo menos uma delas deve ter no mínimo 0,77m [secção 4.9];
- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14].

Propostas:

- Manter o acesso principal existente, operacionalizando as adequações normativas devidas, uma vez que já se encontra a funcionar com o corta vento em vidro.
- Criar um acesso acessível na porta ao lado (porta à direita do acesso principal, considerando a vista do exterior), revertendo a porta para apenas uma folha de abrir e com maçaneta adequada. Na identificação desta nova entrada acessível é imprescindível ser colocada sinalização informativa (por exemplo em vinil). Uma vez que a fachada deve ser mantida e o desenho das portas também, a sugestão é que seja feito um trabalho de carpintaria, fixando uma folha na outra, trocando as ferragens e transformando-a num único pano de porta.
- Refere-se ainda que durante a visita se constatou que as portas ao abrir arrastam no piso, dificultando o manuseio das mesmas, situação que devia ser corrigida.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 17: Primeira circulação interna.



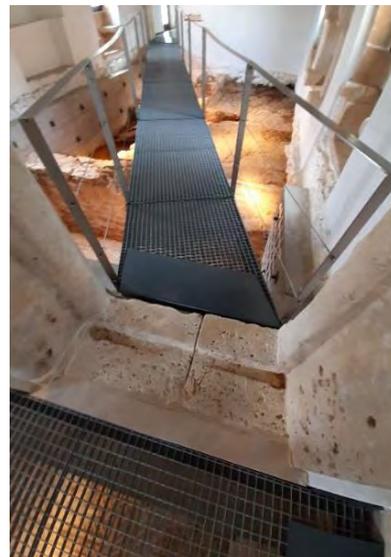
Fonte: Própria.

Figura 18: Acesso à última sala



Fonte: Própria.

Figura 19: Tipos de desníveis e ressaltos



Fonte: Própria.

Figura 20: Circulações suspensas

Verifica-se nas Figuras 17,18,19 e 20 que:

Sendo praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas nos seguintes itens:

- Ausência de zonas de manobra;
- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Manter as portas internas sempre abertas ou mesmo optar por retirá-las quando possível, uma vez que esta opção viabiliza a circulação com fluidez. Sugerimos que se equacionem soluções alternativas. Por exemplo o acesso à última e mais importante sala de exposição do Complexo, a sala do triclinium, é servido por uma porta sem possibilidade de ser manuseada pelo visitante em cadeira de rodas. Propomos a substituição desta porta por uma cortina de material sintético, uma vez que se verifica a necessidade de encerrar esta abertura a fim de manter a climatização específica da sala. O vão a ser vedado possui 1,30m x 1,90m, pelo que poderá ser facilmente executado em tecido, conforme a padronagem pré-existente nas cortinas da sala, e fixado junto à alvenaria em calha de correr.

- Será importante garantir a circulação contínua do visitante com mobilidade condicionada, considerando tanto as diferenças de piso, como os diferentes vãos existentes. Reconhece-se a existência da iniciativa salutar de colocar algumas placas rampeadas em ferro nas soleiras das portas. No entanto esta solução não se encontra aplicada em todas as trocas de ambientes, pelo que a proposta a este nível orienta para a

criação de capas metálicas para as soleiras em pedras desniveladas e para as trocas de piso, conforme a Figura 21 ilustra.



B.3. Torre



Figura 22: Escadaria para acesso a Torre.



Figura 23: Acesso Torre.

Verifica-se nas Figuras 22 e 23 que:

O acesso à torre apresenta-se desadequado no cumprimento dos seguintes itens:

- Ausência de corrimão na escada de acesso à torre;
- Altura dos espelhos da escada de acesso à torre com 0,23m;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.4]:

- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados;
- A altura (espelho) não deve superior a 0,18m;
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias.

Propostas:

- Instalar um corrimão na escadaria de acesso à torre, de acordo com o padrão já existente na unidade.
- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie na porta de entrada da torre, que acompanhe a subida, alcance o topo e promova a descida da torre, a fim de que seja disponibilizado ao visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de ver uma parte do edifício ao qual não tem acesso pela sua condição física.

C. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 24: Sanita do Sanitário Acessível.



Fonte: Própria.

Figura 25: Acesso Sanitário Acessível.

Verifica-se nas Figuras 24 e 25 que:

As instalações sanitárias estão desadequadas no cumprimento dos seguintes itens:

- Altura da sanita com 0,50m;
- Ausência de comando de alarme de emergência.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.9]:

- A altura do piso ao bordo superior do assento da sanita dever ser de 0,45m;
- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior.

Propostas:

- Substituição da sanita;
- Instalação de comando de emergência.

**PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE
COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA**

1. Ações prioritárias:
<p>1.1. ACESSO PRINCIPAL AO COMPLEXO Requalificar uma das portas existentes no espaço de acolhimento do Complexo, à direita do atual acesso principal, por forma a servir condignamente o visitante com mobilidade condicionada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propõe-se a substituição das duas folhas de porta existentes por apenas uma, mantendo a fachada, a aparência concordante com as restantes, mas tirando partido da largura total do vão. - Propõe-se a colocação de sinalização informativa da porta acessível, p.e. recurso ao vinil com pictograma normativo da pessoa em cadeiras de rodas.
<p>1.2. TROCAS DE PISO Ajustar os desníveis entre as trocas de piso, especificamente nas soleiras que não estão cobertas por placas em ferro.</p>
<p>1.3. PORTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Retirar portas em vidro que não possuem áreas de aproximação, designadamente a porta de entrada no percurso expositivo e a porta de entrada da sala da última sala do percurso.
<p>1.4. SANITÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Substituição da bacia sanitária, de acordo com a Norma Técnica. - Instalação de comando de emergência no sanitário.
<p>1.5. ESTACIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustar o estacionamento reservado existente às normas técnicas, uma vez que serve também o parque infantil e a área do anfiteatro. - Criar um estacionamento reservado num local mais privilegiado e próximo do acesso principal do Complexo.
2. Ações de implementação a curto/médio prazo:
<p>2.1. SINALÉTICA</p> <p>2.1.1. Externa:</p> <p>2.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Complexo Monumental de Santiago da Guarda, de forma visível e próximo à porta de acesso principal.</p> <p>2.1.1.2. Acrescentar a sinalética padrão da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.</p> <p>2.1.1.3. Colocar sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.</p> <p>2.1.2. Interna:</p> <p>2.1.2.1. identificação dos compartimentos do Complexo, designadamente das várias entradas disponibilizadas no pátio (Alojamento Técnico, Oficina, Torre).</p> <p>2.1.2.2. Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.</p>
<p>2.2. AUDIOGUIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Rede lançou um sistema de audioguias no anterior quadro comunitário, iniciativa que poderia ser replicada em concertação com o Município para este Monumento.
<p>2.3. CORRIMÃO</p>

- Instalar corrimão na escadaria de acesso a torre, de acordo com o padrão já existente na unidade.
<p>2.4. LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA</p> <p>- Atualização do vídeo promocional existente no Complexo com o objetivo de acrescentar outros recursos, como: legendas em outros idiomas e, também, língua gestual portuguesa.</p>
<p>2.5. ESTACIONAMENTO</p> <p>- Reservar junto ao acesso principal do Complexo, estacionamento exclusivo para pessoas em cadeiras de rodas, e garantir um percurso acessível até o Complexo. Para tal será necessário o ajuste dos desníveis existentes entre as passadeiras e as calçadas ao redor do Complexo.</p>
3. Ações de implementação a longo prazo:
<p>3.1. PISO TÁTIL</p> <p>- Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir da Recepção.</p>
<p>3.2. AUDIODESCRIÇÃO</p> <p>- Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam do Complexo.</p>
<p>3.3. BRAILE</p> <p>- Instalar sinalética em braile.</p>
<p>3.4. MAPA TÁTIL</p> <p>- Instalar mapa tátil.</p>
<p>3.5. MÍDIAS</p> <p>- Criar uma mídia interativa ou um vídeo, que retrate a subida e a vista de quem acessa ao topo da torre, e, que possa ser reproduzido juntamente com o vídeo promocional que já se encontra disponível no Complexo.</p>

4.3.2 Relatório Técnico e Plano de Ação: TORRE DE ANTO

Figura 26 – Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

A Torre de Anto, conforme Figura 26, encontra-se integrada na antiga muralha medieval da Cidade de Coimbra, entre a Igreja da Misericórdia e o Paço de Sub Ripas. A Torre é uma marca do passado militar da urbe, tendo sido nas últimas décadas do século XX reconvertida para residência. Daí derivará o seu nome, pois nela habitou o poeta António Nobre.

No interior a Torre encontra-se dividida em quatro pisos ligados por uma escada muito estreita. O seu acesso principal localiza-se numa cota inferior ao da rua em que se encontra. Por este motivo são necessárias rampas para vencer o desnível. Todas as áreas da Torre foram visitadas à excepção do Miradouro que ela integra, por se encontrar encerrado.

Planta aérea do Monumento:

Verifica-se que a Torre de Anto encontra-se na zona alta da cidade de Coimbra, sendo ladeada por dois edifícios patrimoniais (Igreja da Misericórdia e Palácio de Sub Ripas). Pelas imagens verificamos ainda da extensão considerável do seu adarve, que outrora ligava duas torres. O adarve da Torre de Anto constitui um miradouro por excelência do rio Mondego e da margem esquerda da cidade, pelo que facilitar o acesso a todos deveria ser um imperativo.

Não identificámos próximo da Torre de Anto qualquer lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada. Não obstante, nas proximidades existem zonas que poderiam ser ajustadas para tal. A alternativa poderia passar pela criação de um local para embarque e desembarque de pessoas com mobilidade condicionada, conforme ilustra a Figura 27.

Figura 27 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/torre+de+anto/>, acessado em 15 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeio);

B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna);

C – Balcão.

Não iremos considerar o local de estacionamento reservado mais perto do monumento, pois este está muito distante e sem percurso acessível até ao edifício em análise. Próximo ao monumento não existe qualquer lugar de estacionamento demarcado, pelo que se depreende ser somente uma questão de ajuste das vagas existentes.

Outra questão que não será avaliada neste relatório é o sanitário existente na torre, pois este encontra-se no nível subterrâneo e é de dimensões mínimas, estando de fato inacessível a uma pessoa em cadeiras de rodas. O acesso é feito apenas por degraus e sem qualquer zona de manobra, pelo que se entende como impraticável a intervenção a este nível. Deverá, não obstante, ser dada a informação de que o monumento não é servido por um sanitário acessível.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 28: Rua do acesso principal



Fonte: Própria.

Figura 29: Circulação do acesso principal

Verifica-se nas Figuras 28 e 29 que:

A inclinação das rampas que dão acesso à entrada principal do monumento estão acima do confortável para a utilização com autonomia por parte das pessoas com cadeiras de rodas. Porém, o facto da estrada já possuir faixa de piso liso de aproximadamente 90cm de largura, facilita o percurso.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.5]: as rampas devem ter a menor inclinação possível.

Propostas:

- Pela topografia do terreno e complexidade em ajustar as inclinações às normas técnicas, sugerimos o prolongamento da faixa de piso liso de aproximadamente 90cm de largura, na rampa existente, de modo a facilitar o percurso, uma vez que o piso sendo irregular a dificuldade se torna ainda maior.

B. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 30: Acesso principal – vista exterior



Fonte: Própria.

Figura 31: Acesso principal – vista interior

Verifica-se nas Figuras 30 e 31 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Ausência de zona de manobra no interior do acesso principal;
- Existência de tapete sem fixação;
- Largura da folha da porta insuficiente;

- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Quando se verifica a utilização de tapetes, esses devem ser fixos, com espessura não superior a 0,015m [secção 4.7];
- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];
- Os vãos de porta devem possuir uma largura útil não inferior a 0,77m [secção 4.9];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Substituir a folha da porta para que o vão livre seja no mínimo 0,77m;
- Fixar ou descartar a utilização de tapete.
- Criar capa metálica para a soleira em pedra desnivelada, conforme a figura 16 ilustra;

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 32: Circulação interna.



Fonte: Própria.

Figura 33: Circulação interna do acesso

Verifica-se nas Figuras 32 e 33 que:

Sendo praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas nos seguintes itens:

- Ausência de zonas de manobra;
- Os pisos são servidos somente por escadarias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Nos percursos pedonais quando necessária mudança de direção de uma pessoa em cadeiras de rodas, a zona de manobra deve atender o mínimo de 0,90m [secção 4.4];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

Propostas:

- Sinalizar com o objetivo de informar o turista/ visitante, da largura das circulações, uma vez que pode ser constrangedor o fato de a cadeira obstruir o acesso principal.
- Adequar também a posição de totens internos à sala junto ao balcão para que a cadeira possa circular com mais facilidade.
- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie desde o piso inferior, até o último andar, a fim de que seja disponibilizado ao visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, todo o conteúdo exposto no monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.

C. Balcão



Fonte: Própria.

Figura 34: Balcão de acolhimento

Verifica-se na Figura 34 que:

O balcão está desadequado considerando os seguintes itens:

- Altura acima do recomendável;
- Ausência de abertura frontal para aproximação da cadeira de rodas.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os balcões de atendimento devem possuir uma altura entre 0,75m e 0,85m [secção 2.12] e também uma zona livre que permita a aproximação [secção 4.1],

Propostas:

- Ajustar o balcão para atender a norma. Se possível redimensiona-lo, para que o ambiente ganhe mais espaço de circulação.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE TORRE DE ANTO
1. Ações prioritárias:
<p>1.1. ACESSO PRINCIPAL À TORRE - Propõe-se a substituição da folha de porta existente por uma que permita um vão de acesso de no mínimo 0,77m.</p>
<p>1.2. TROCAS DE PISO - Ajustar o desnível entre a troca de piso, especificamente na soleira principal. - Estender até o acesso principal a faixa existente de piso liso.</p>
<p>1.3. ESTACIONAMENTO - Criar um estacionamento reservado num local privilegiado e próximo do acesso principal da Torre ou, em alternativa, criar um lugar de embarque e desembarque das pessoas com mobilidade condicionada.</p>
<p>1.4. Criar um acesso para todos ao Miradouro (caminho de ronda/adarve).</p>
<p>1.5. Adequar o balcão existente às normas técnicas.</p>
2. Ações de implementação a curto/médio prazo:
<p>2.1. SINALÉTICA 2.1.1. Externa: 2.1.1.1. Acrescentar a sinalética padrão da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego. 2.1.2. Interna: 2.1.2.1. Identificar junto à entrada, e, de forma clara e acolhedora, que cães de assistência são admitidos no interior do monumento. 2.1.2.2. Esclarecer a ausência de WC acessível. 2.1.2.3. Informar que o prédio não possui acessibilidade física.</p>
<p>2.2. LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA - Atualização dos vídeos existentes com o objetivo de acrescentar outros recursos, como: legendas em outros idiomas e, também, língua gestual portuguesa.</p>
3. Ações de implementação a longo prazo:
<p>3.1. PISO TÁTIL - Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do acesso principal.</p>
<p>3.2. AUDIODESCRIÇÃO - Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam da Torre.</p>
<p>3.3. BRAILE</p>

<p>- Instalar sinalética em braile na exposição permanente, uma vez que já existe em andamento uma brochura em braile em desenvolvimento pela Rede sobre o monumento.</p>
<p>3.4. MAPA TÁTIL - Instalar mapa tátil no piso de acolhimento.</p>
<p>3.5. MÍDIAS - Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que retrate o conteúdo distribuído pelos diferentes pisos da torre, a fim de que seja disponibilizado ao turista/ visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, a experiência de subir e visitar uma parte do monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.</p>

4.3.3 Relatório Técnico e Plano de Ação: TORRE DE ALMEDINA

Figura 35 – Fachada Lateral da Torre.



Fonte: Própria.

Descrição:

O acesso à Torre de Almedina, conforme ilustra a figura 35, é garantido através de uma simples e pequena escadaria, não condizente com a importância histórica deste monumento.

Após vencer alguns lances de escada, alcança-se o acesso principal servido por duas portas de abrir, estreitas, em madeira, extremamente pesadas e de difícil manuseamento. Atualmente

esta Torre acolhe o Núcleo da Cidade Muralhada de Coimbra. Todas as áreas da Torre foram visitadas.

Planta aérea do Monumento:

O acesso principal da Torre encontra-se a poucos metros da Baixa de Coimbra, da Ferreira Borges e da Rua do Arco. No entanto, a topografia muito acentuada do local onde este edifício se localiza torna difícil, neste momento impossível mesmo, a circulação com autonomia de uma pessoa com cadeiras de rodas.

Não identificámos próximo da Torre de Almedina qualquer lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, conforme Figura 36. Porém, existem zonas na proximidade com estacionamento de cargas e descargas e que podem ser ajustadas para tal (ponto 3 do mapa). Outra alternativa será garantir a possibilidade de criação de um local para embarque e desembarque de pessoas com mobilidade condicionada no pátio que serve a Torre de Almedina.

Figura 36 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/torre+de+almedina/>, acessado em 14 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeio e acesso externo);

B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna);

C – Instalações Sanitárias.

Não iremos proceder à análise do local de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade condicionada mais perto do monumento, pois este está muito distante e não apresenta percurso acessível até ao mesmo. Próximo do Monumento não existe nenhum estacionamento reservado. Na zona próxima ao monumento dedicada a cargas e descargas, poderia ser criado um estacionamento reservado. Outra alternativa seria a de considerar a permissão de pelo menos o embarque e desembarque de pessoas com limitação de mobilidade no interior do pátio que serve a Torre de Almedina.

A. Área externa

A.1. Passeio e acesso externo



Fonte: Própria.

Figura 37: Rua que serve o acesso principal



Fonte: Própria.

Figura 38: Acesso principal

Verifica-se nas Figuras 37 e 38 que:

A inclinação das rampas (desde a Rua Ferreira Borges ou desde a Rua Fernandes Tomás) que dão acesso à escadaria de entrada principal do monumento estão acima do confortável para a utilização com autonomia por parte das pessoas com cadeiras de rodas. Não obstante, verifica-se que a faixa de piso liso de aproximadamente 90cm de largura que serve a estrada, facilita em muito o percurso. Ainda assim, o passeio e o acesso externo apresentam-se como desadequados no domínio da acessibilidade, considerando:

- Existência de degraus de tamanhos, larguras e alturas diversas no percurso;
- Ausência de corrimão nas escadarias;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Deve existir sinalização que identifique que o percurso não é acessível [secção 4.14];
- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados [secção 2.4];
- A altura (espelho) não deve superior a 0,18m [secção 2.4];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

Propostas:

- Instalar corrimãos de acordo com a norma técnica em toda a extensão das escadas;
- Prever sinalização indicativa de que a torre possui obstáculos de acesso;
- Instalar uma plataforma elevatória no percurso da escada externa, permitindo o acesso à porta principal por parte das pessoas com mobilidade condicionada.

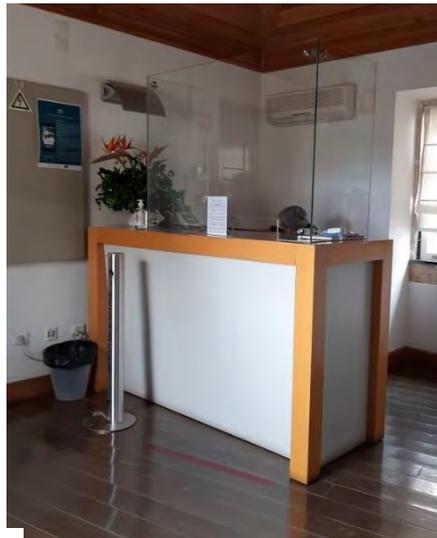
B. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 39: Acesso principal – vista exterior



Fonte: Própria.

Figura 40: Balcão de acolhimento

Verifica-se nas Figuras 39 e 40 que:

O acesso principal e a recepção são desadequados face ao normativo legal considerando os seguintes itens:

- Existência de tapete sem fixação;
- Largura da folha da porta insuficiente para entrada de cadeira de rodas;
- Altura do balcão de acolhimento acima do adequado.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Quando se verifica a utilização de tapetes, esses devem ser fixos, com espessura não superior a 0,015m [secção 4.7];
- Os vãos de porta devem possuir uma largura útil não inferior a 0,77m [secção 4.9];
- Os balcões de atendimento devem possuir uma altura entre 0,75m e 0,85m [Secção 2.12].

Propostas:

- Substituir a porta existente por uma única folha de abrir, garantindo que existe um vão livre de pelo menos 0,77m;
- Fixar ou descartar a utilização de tapete;
- Redimensionar o balcão existente para atender o normativo.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 41: Circulação interna.



Fonte: Própria.

Figura 42: Escadarias internas

Verifica-se nas Figuras 41 e 42 que:

Sendo praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas nos seguintes itens:

- Existência de degraus de tamanhos, larguras e alturas diversas no percurso;
- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

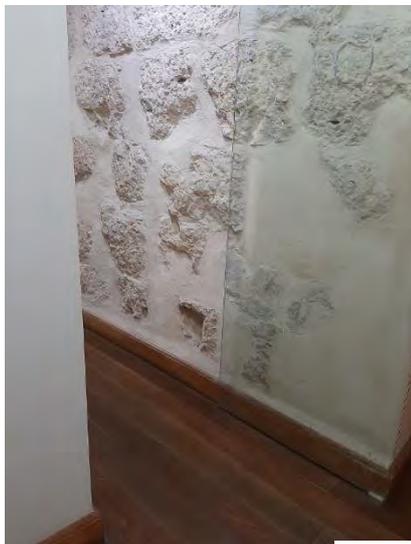
- Os percursos pedonais devem ser em todo o seu desenvolvimento, desimpedidos de obstruções [secção 4.3];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alterações do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Sinalizar com o objetivo de informar o turista/ visitante acerca da largura das circulações, uma vez que pode ser constrangedor o fato de a cadeira de rodas obstruir os acessos;

- Prever pequenas rampas metálicas para vencer os desníveis nas soleiras e ressaltos do piso em pedra.
- Sendo impraticável que as pessoas com cadeiras de rodas acedam ao piso seguinte da Torre de Almedina (sala de exposições) e que usufruam do Miradouro sobre a cidade, seria importante a criação de uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade aumentada, que retratasse o conteúdo distribuído nos degraus da torre, e, sua vista do topo, a fim de que seja disponibilizado ao turista/ visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, a experiência de subir e visitar uma parte do monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.

C. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 43: Acesso Sanitário Acessível.



Fonte: Própria.

Figura 44: Lavatório do Sanitário.

Verifica-se nas Figuras 43 e 44 que:

Apesar da torre possuir duas cabinas com instalações sanitárias, ambas precisam de ajustes para se tornarem acessíveis. Por conseguinte, elas apresentam-se desadequadas considerando os seguintes itens:

- Ausência de barras de apoio;
- Espaço interno inferior ao necessário para manobra da cadeira de rodas;
- Abertura da porta no sentido onde não há zona de manobra;
- Ausência de comando de alarme de emergência;
- Altura da sanita e do lavatório acima do desejável.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.9]:

- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior;
- A altura do piso ao bordo superior do assento da sanita dever ser de 0,45m;

- A altura do piso ao bordo superior do lavatório deve ser de 0,8m;
- O espaço interior deve ter dimensões não inferiores a 1,6m de largura (em relação à parede onde está instalada a sanita) por 1,7m de comprimento;
- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];

Propostas:

- Remodelar as instalações sanitárias de forma a contemplar pelo menos uma cabina acessível, incluindo espaço interior de manobra, sanitário com altura adequada, alarme de emergência, sem obstruções e com porta acessível.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE TORRE DE ALMEDINA	
1. Ações prioritárias:	
1.1. ACESSO PRINCIPAL À TORRE DE ALMEDINA	<ul style="list-style-type: none"> - Instalar corrimãos de acordo com a norma técnica em toda a extensão das escadas; - Prever sinalização indicativa de que a torre possui obstáculos de acesso; - Instalar uma plataforma elevatória no percurso da escada externa, permitindo o acesso à porta principal por parte das pessoas com mobilidade condicionada.
1.2. PORTA PRINCIPAL E RECEPÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Propõe-se a substituição da folha de porta existente por uma que permita um vão de acesso de no mínimo 0,77m; - Fixar ou descartar a utilização de tapete de entrada; - Redimensionar o Balcão de acolhimento ao normativo.
1.3. TROCAS DE PISO	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar o desnível entre a troca de piso, especificamente na soleira principal e na entrada e circulação na sala da maquete.
1.4. SANITÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> - Remodelar as instalações sanitárias de forma a contemplar pelo menos uma cabina acessível, incluindo espaço interior de manobra, sanitário com altura adequada, alarme de emergência, sem obstruções e com porta acessível.
1.5. ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um estacionamento reservado num local privilegiado e próximo do acesso principal da Torre (em alternativa criar uma zona de embarque e desembarque no pátio que serve a Torre de Almedina).
2. Ações de implementação a curto/médio prazo:	
2.1. SINALÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> 2.1.1. Externa: <ul style="list-style-type: none"> 2.1.1.1. Acrescentar a sinalética padrão da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego. 2.1.2. Interna: <ul style="list-style-type: none"> 2.1.2.1. Identificar junto à entrada, e de forma clara e acolhedora, que cães de assistência são admitidos no interior do monumento.

<p>2.2. LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA</p> <ul style="list-style-type: none">- Atualização dos vídeos existentes com o objetivo de acrescentar outros recursos, como a língua gestual portuguesa.
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>3.1. PISO TÁTIL</p> <ul style="list-style-type: none">- Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do acesso principal.
<p>3.2. AUDIODESCRIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam da Torre de Almedina.
<p>3.3. BRAILE</p> <ul style="list-style-type: none">- Instalar sinalética em braile na exposição permanente, uma vez que já existe em andamento uma brochura em braile em desenvolvimento pela Rede sobre o monumento.
<p>3.4. MAPA TÁTIL</p> <ul style="list-style-type: none">- Instalar mapa tátil na sala da maquete para que todos possam usufruir dela.
<p>3.5. MÍDIAS</p> <ul style="list-style-type: none">- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que retrate o conteúdo distribuído nos degraus da torre, na sala de exposições e da vista do topo da Torre sobre a cidade de Coimbra, a fim de que seja disponibilizado ao turista/visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, a experiência de subir e visitar uma parte do monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.

4.3.4 Relatório Técnico e Plano de Ação: TORRE DE BUARCOS

Figura 45 – Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

Implantada num dos extremos da povoação de Buarcos, a Torre de Redondos, conforme Figura 45, também conhecida como Castelo de Redondos é ruína de uma estrutura medieval, onde o que se vê atualmente corresponde a um maciço cunhal de uma torre de vigia, em pedra e argamassa. Todas as áreas da Torre e ao redor foram visitadas.

Planta aérea do Monumento:

A estrutura da Torre está implantada num patamar mais alto do que o do nível da rua. Para ter acesso à mesma, o turista/ visitante precisa vencer esse desnível, hoje atualmente servido por escadas, conforme Figura 46.

Figura 46 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Imagens do Monumento:

Para melhor compreensão da análise efetuada, apresentam-se imagens internas do espaço onde está inserido o Monumento, Figuras 47 e 48.



Fonte: Própria.

Figura 47: Torre



Fonte: Própria.

Figura 48: Espaços ao redor da Torre

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir duas áreas de análise: A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamentos); B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna)

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 49: Passeio ao redor do Monumento



Fonte: Própria.

Figura 50: Passeio do acesso ao Monumento

Verifica-se nas Figuras 49 e 50 que:

Não existe rebaixo no passeio ao redor do Monumento, além da largura em alguns trechos passam a ser de apenas 0,90m. O passeio encontra-se desadequado nos seguintes itens:

- Presença de desníveis.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];

- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Ajustar os percursos pedonais ao redor do Monumento, para que os mesmos se tornem acessíveis e proporcionem o acesso seguro e confortável por parte das pessoas com mobilidade condicionada até o Monumento, conforme parâmetros estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.1 – Percurso Acessível];

- Retirada dos contentores de lixo para melhor circulação na envolvente do monumento.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 51: Vagas de estacionamento na rua



Fonte: Própria.

Figura 52: Carros em locais sem demarcação

Verifica-se nas Figuras 51 e 52 que:

Ausência de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Um lugar em espaços de estacionamento com uma lotação não superior a 10 lugares;
- Ter uma largura útil não inferior a 2,50m e um comprimento útil não inferior a 5,00m;
- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Demarcar pelo menos um lugar de estacionamento reservado junto à calçada adjacente ao Monumento, podendo este estar no atual local dos contentores de lixo, Figura 53.

Figura 53 – Identificação de possíveis lugares de estacionamento reservado.



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+redondos/>, acessado em 03 de maio, 2021.

B. Acessos e circulações

B.1. Acesso principal



Fonte: Própria.

Figura 54: Acesso principal – sinalização



Fonte: Própria.

Figura 55: Acesso principal – nível do passeio externa



Fonte: Própria.

Figura 56: Acesso principal – Nível da Torre



Fonte: Própria.

Figura 57: Acesso principal – interno

Verifica-se nas Figuras 54, 55, 56 e 57 que:
O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos;
- Ausência de sinalização;
- Altura de corrimão na escada desadequada;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14].
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].
- Altura dos corrimãos entre 0,85m e 0,90m [secção 2.4].
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4]

Propostas:

- Ajustar altura dos corrimãos conforme a norma;
- Criar plataforma elevatória junto à escada existente;
- Criar sinalização para os novos acessos, informando ao peão do acesso ao monumento ser acessível.



Fonte: Própria.

Figura 58: Espaço para plataforma elevatória



Fonte: Própria.

Figura 59: Patamar de acesso da plataforma

Com a ideia de criar um espaço com vida e uma dinâmica contemplativa do espaço existente da Torre e sua envolvente, sugerimos a criação de um miradouro em estrutura metálica junto a torre, e também, um acesso livre de obstáculos, Figuras 58 e 59. Para possibilitar o acesso ao monumento uma plataforma elevatória, Figura 60, para conduzir a pessoa com mobilidade condicionada até o patamar da esplanada (área visitável), e uma rampa metálica em aço para acesso ao miradouro, Figura 63.

Figura 60 – Sugestão de novo acesso com a implantação de plataforma elevatória e criação de miradouro em estrutura metálica junto a Torre.



Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 61: Ao redor da Torre



Fonte: Própria.

Figura 62: Vegetação rasteira e pedras soltas

Verifica-se nas Figuras 61 e 62 que:

Sendo praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas nos seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos;
- Piso instável – coberto com vegetação, desnivelado.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os pisos, e, seus revestimentos devem ter uma superfície: estável, durável, firme e contínua [secção 4.7].
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Criação de uma esplanada (área visitada) no entorno da Torre (monumento) com piso firme e nivelado, para que haja uma circulação segura dos turistas/ visitantes e para que possam decorrer naquele espaço singular, diferentes iniciativas culturais e patrimoniais, podendo ser também mantidas algumas áreas com cobertura vegetal/ ajardinadas, desde que integradas no projeto paisagístico do espaço.

A título somente de novas ideias para o espaço em questão, e, pensando para além do reforço estrutural que eventualmente parte da torre irá necessitar com o tempo, dar um novo uso com a criação de um miradouro em aço, faz com que o monumento possa atrair mais turistas/ visitantes e a beleza da sua envolvente possa ser admirada sem a interferencia do casario ao redor.

Figura 63 – Sugestão de miradouro em estrutura metálica.



Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE TORRE DE BUARCOS	
1. Ações prioritárias:	
1.1. PAVIMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Desobstruir o passeio ao redor do monumento, com a retirada dos contentores de lixo. - Nivelar e fazer com que o espaço ao redor da base da torre seja contemplado por um projeto paisagístico e se transforme em uma esplanada com diversas atrações culturais.
1.2. SANITÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> - Uma vez que o monumento não dispõe de instalações sanitárias acessíveis, cabe a implantação de pelo menos uma que atenda a todo o público, sem grandes interferências arquitetônicas com o monumento.
1.3. ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estacionamento reservado próximo ao acesso principal.
2. Ações de implementação a curto/médio prazo:	
2.1. SINALÉTICA	
2.1.1. Externa:	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Torre de Buarcos, de forma visível e próximo ao acesso principal. - Colocar sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.
2.1.2. Interna:	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.
2.2. CORRIMÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar a altura do corrimão da escada de acesso existente de acordo com a norma.
3. Ações de implementação a longo prazo:	
3.1. PLATAFORMAS E ESCADAS	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar uma plataforma elevatória do nível do passeio existente até o nível da base da torre (esplanada); - Implantar escada externa em aço e/ou rampa para acesso ao topo da torre, transformando-a em base para um miradouro.
3.2. AUDIODESCRIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam do espaço e possam perceber seu entorno.

<p>3.3. BRAILE - Instalar sinalética em braile em pontos relevantes, uma vez que já existe em andamento uma brochura em braile em desenvolvimento pela Rede sobre o monumento.</p>
<p>3.4. MAPA TÁTIL - Instalar mapa tátil.</p>
<p>3.5. PISO TÁTIL - Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do Acesso principal.</p>

4.3.5 Relatório Técnico e Plano de Ação: FORTALEZA DE BUARCOS

Figura 64 – Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

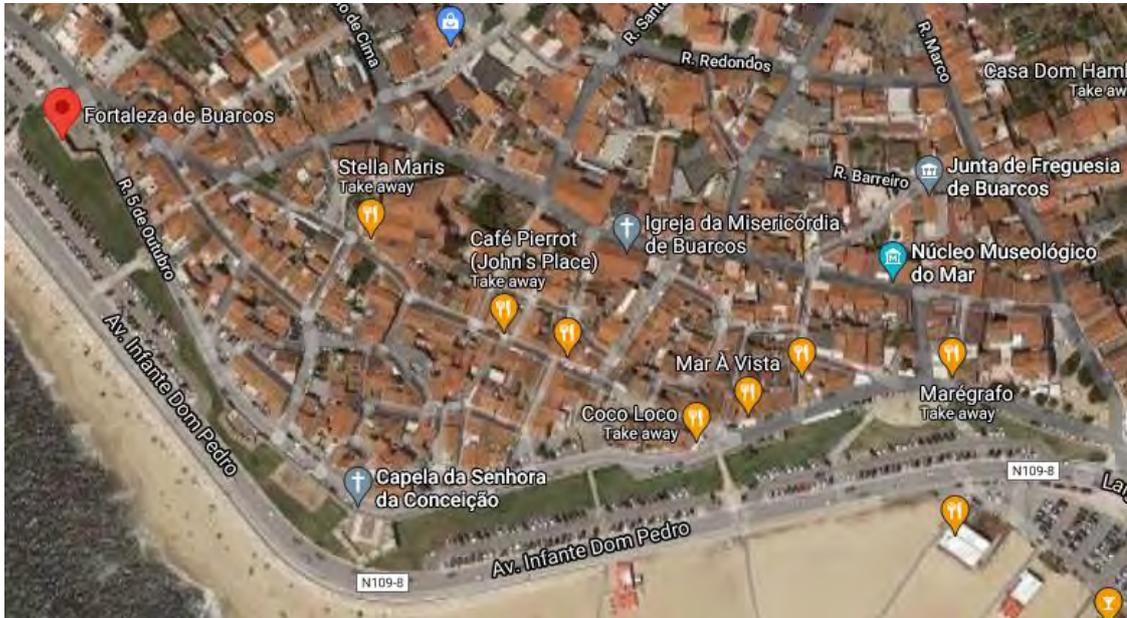
Da antiga fortificação subsiste atualmente apenas um pequeno troço das suas muralhas, e poucos baluartes. Através de uma das poternas, Figura 64, podemos ainda atravessar para ambos os lados, porém, para uma pessoa em cadeiras de rodas a circulação por vezes pode não ser tão simples. O piso irregular e inclinações exageradas tornam-se desconfortáveis. De um modo geral a fortaleza também pode ser vista a partir do interior de uma viatura, o que facilita imenso o visitante com alguma dificuldade de locomoção.

Planta aérea do Monumento:

Toda a frente da Fortaleza é servida por uma das vias rodoviárias principais da orla de Buarcos. Em si mesma, a estrutura ocupa um longo comprimento, sendo também servida nas imediações por diversos estabelecimentos comerciais, Figura 65.

Identifica-se ainda que ao longo da extensão da Fortaleza, existem zonas de estacionamento reservado.

Figura 65 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



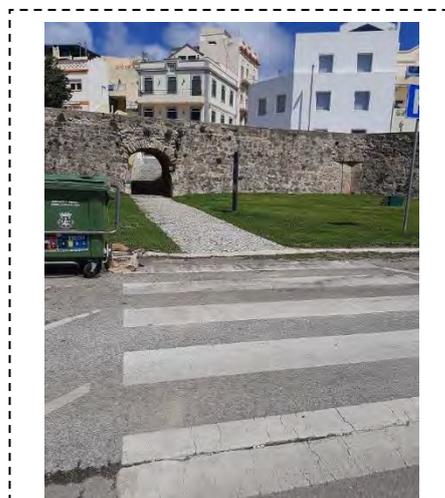
Fonte: <https://earth.google.com/web/search/fortaleza+de+buarcos/>, acessado em 20 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir duas áreas de análise: A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamento); B – Acessos e circulações - Baluartes.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 66: Passadeira

Verifica-se na Figura 66 que:

A passadeira que serve o acesso principal do Forte está desadequada considerando o rebaixamento junto à faixa de travessia com desnível acima do permitido, por isso consideramos o estacionamento reservado desadequado no seguinte item:

- Presença de desnível.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];

Proposta:

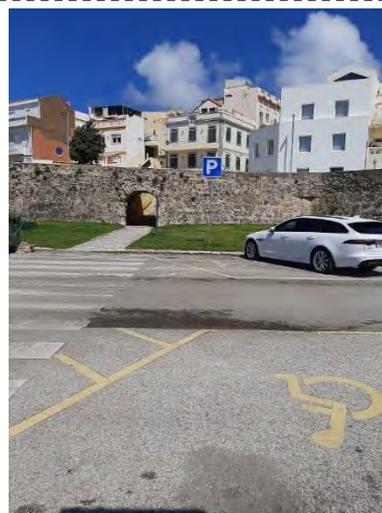
Ajustar os percursos pedonais ao redor da Fortaleza, para que os mesmos estejam dentro dos parâmetros exigidos em norma, e, proporcionem o acesso seguro e confortável por parte das pessoas com mobilidade condicionada até o Monumento, conforme parâmetros estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.1 – Percurso Acessível].

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 67: Local de estacionamento reservado



Fonte: Própria.

Figura 68: Local de estacionamento

Verifica-se nas Figuras 67 e 68 que:

Apesar do estacionamento reservado estar sinalizado, ao se deslocar até a passadeira o visitante tem dificuldades com o desnível da calçada.

Parâmetro normativo a aplicar:

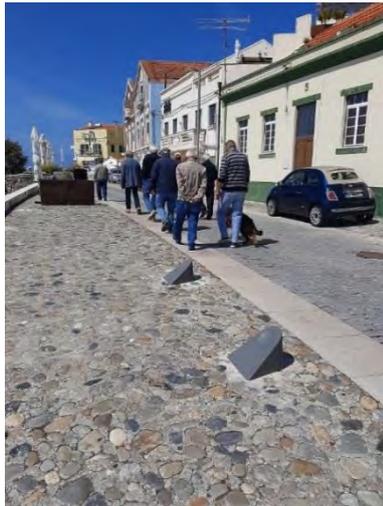
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];

Propostas:

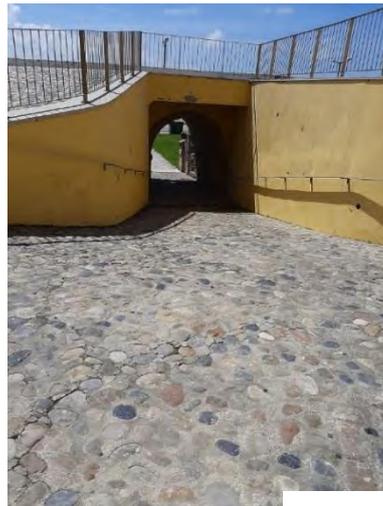
Ajustar os percursos pedonais ao redor da Fortaleza, inclusive ao redor do estacionamento reservado, para que os mesmos estejam dentro dos parâmetros exigidos em norma, e, proporcionem o acesso seguro e confortável por parte das pessoas com mobilidade condicionada até o Monumento, conforme parâmetros estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.1 – Percurso Acessível].

B. Acessos e circulações - Baluartes



Fonte: Própria.

Figura 69: Passeio



Fonte: Própria.

Figura 70: Passagens em rampa



Fonte: Própria.

Figura 71: Acesso a um dos baluartes



Fonte: Própria.

Figura 72: Desníveis de acesso

Verifica-se nas Figuras 69, 70, 71 e 72 que:

Os acessos ao redor da muralha, circulações pelas poternas e acesso aos baluartes, estão desadequados considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos;
- Ausência de sinalização;
- Ausência de corrimão na escada de acesso aos miradouros;
- Altura dos espelhos da escada de acesso à torre com diversas medidas;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias;
- Largura das escadas inferior ao adequado.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados [secção 2.4];
- A altura (espelho) não deve superior a 0,18m [secção 2.4];
- A largura dos lanços das escadas não deve ser inferior a 1,20m [secção 2.4];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

Propostas:

- Criar passadiços acessíveis em toda a extensão da Fortaleza, com piso liso e largura mínima para que a cadeira de rodas circule com segurança. Mesmo nas áreas onde não há passagens de peões;
- Criar sinalização para esta nova opção de circulação.
- Utilizar o aço para compor instalações novas, como rampas, escadas e patamares de ligação dos espaços existentes e que possuem níveis diferentes, tornando os baluartes acessíveis, e de uso comum, pois possuem imenso potencial turístico.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE FORTALEZA DE BUARCOS	
1. Ações prioritárias:	
1.1. TROCAS DE PISO	Ajustar os desníveis entre as trocas de piso, especificamente nas soleiras e ressaltos pelo caminho ao redor da Fortaleza, devidamente nos baluartes.
1.2. SANITÁRIOS	- Uma vez que o monumento não dispõe de instalações sanitárias acessíveis, cabe uma sinalização como indicação para o sanitário público acessível mais próximo.

<p>1.3. ESTACIONAMENTO - Ajustar a pavimentação e os desníveis ao redor dos estacionamentos reservados existentes,</p>
<p>2. Ações de implementação a curto/médio prazo:</p>
<p>2.1. SINALÉTICA 2.1.1. Externa: 2.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Fortaleza de Buarcos, de forma visível. 2.1.2. Interna: 2.1.2.1. Identificação e direção dos espaços, como também as distâncias entre um baluarte e o próximo, para que a pessoa em cadeiras de rodas ou com alguma dificuldade motora, saiba a distância que irá percorrer.</p>
<p>2.2. CORRIMÃO - Instalar corrimão nas escadarias de acesso aos baluartes.</p>
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>3.1. AUDIODESCRIÇÃO - Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam do percurso ao redor da Fortaleza.</p>
<p>3.2. BRAILE - Instalar sinalética em braile.</p>
<p>3.3. MAPA TÁTIL - Instalar mapa tátil.</p>
<p>3.4. PISO TÁTIL - Definir um circuito para ser implantado piso tátil em toda a extensão da Fortaleza.</p>

4.3.6 Relatório Técnico e Plano de Ação: FORTE DE SANTA CATARINA

Figura 73: Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

O Forte de Santa Catarina apresenta-se em formato triangular, Figura 73. No interior da praça integra a Capela de Santa Catarina, de planta quadrangular, onde atualmente funciona um bar. O Forte encontra-se concessionado a uma empresa do ramo da restauração. No interior do Forte também funciona um restaurante que explora dois terraços que servem de miradouro, no piso superior. Todas as áreas do Forte foram visitadas.

Planta aérea do Monumento:

O Forte de Santa Catarina é servido por uma das vias rodoviárias principais da orla citadina da Figueira da Foz, Figura 74. O monumento localiza-se em uma área nobre da cidade, sendo servido pelo Posto de Turismo bem ao lado, uma praça de eventos (para feiras/mercados); um parque infantil e um parque de estacionamento nas proximidades.

Identifica-se ainda em planta a zona do estacionamento mais próximo.

Figura 74 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/forte+de+santa+catarina/>, acessado em 10 de junho, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir duas áreas de análise: A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamentos); B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna e B. 3 – Miradouros).

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 75: Passadeira em frente ao acesso principal



Fonte: Própria.

Figura 76: Ligação do acesso ao estacionamento

Verifica-se nas Figuras 78 e 79 que:

A passadeira que serve o acesso principal do Forte está desadequada considerando o rebaixamento junto à faixa de travessia com desnível acima do permitido.

A rampa de ligação entre a praça de estacionamento e o monumento possui ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

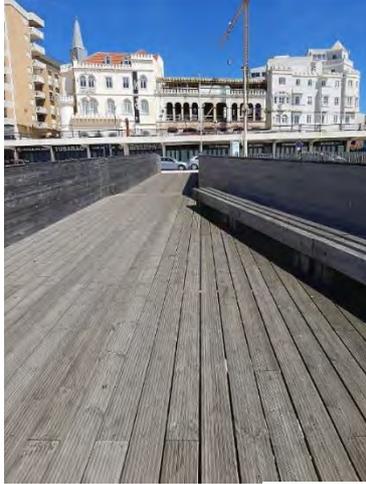
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Proposta:

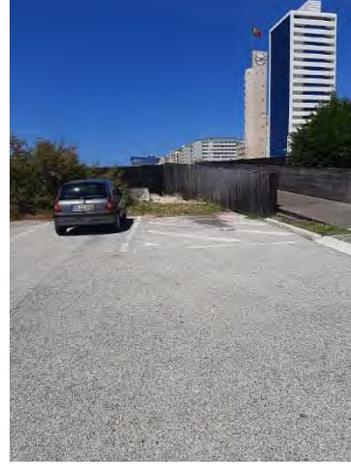
Ajustar os percursos pedonais ao redor do Forte, que os mesmos se tornem acessíveis e proporcionem o acesso seguro e confortável por parte das pessoas com mobilidade condicionada até o Monumento, conforme parâmetros estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.1 – Percurso Acessível].

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 77: Percurso até ao acesso principal



Fonte: Própria.

Figura 78: Praça de estacionamento

Verifica-se nas Figuras 80 e 81 que:

Ausência de marcação de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada na zona mais próxima que serve o monumento.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Demarcar lugares de estacionamento reservado na praça de estacionamento existente, uma vez que esta praça também atende a outros estabelecimentos. Os lugares demarcados deverão ser os mais próximos do acesso a rampa existente, uma vez que é demasiada grande a extensão do estacionamento.
- Criar um estacionamento acessível numa posição mais privilegiada junto ao acesso principal do Forte.

Figura 79 – Identificação de possíveis lugares de estacionamento reservado para acesso fácil ao monumento.



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/forte+de+santa+catarina/>, acessado em 10 de junho, 2021.

B. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 80: Acesso principal – vista exterior



Fonte: Própria.

Figura 81: Acesso principal – desníveis

Verifica-se nas Figuras 83 e 84 que:

O acesso principal é servido por duas folhas, com medidas adequadas. Porém, na sua globalidade este acesso é desadequado considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos.
- Ausência de sinalização.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14].
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Ajustar as peças em aço existentes para corrigir os desníveis do acesso principal, afim de que as mesmas estejam na altura adequada.
- Criar sinalização para o acesso principal informando ser acessível.
- Criar um acesso externo que sirva às pessoas com mobilidade condicionada.

Figura 82 – Sugestão de novo acesso externo. Rampa em aço.



Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 83: Acesso à capela



Fonte: Própria.

Figura 84 Acesso aos sanitários

Verifica-se nas Figuras 86 e 87 que:

Sendo praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas nos seguintes itens:

- Ausência de zonas de manobra;
- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Manter as portas internas sempre abertas, uma vez que esta opção viabiliza a circulação com fluidez.
- Será importante garantir a circulação contínua do turista/ visitante com mobilidade condicionada, considerando tanto as diferenças de piso, como os diferentes vãos existentes. Reconhece-se a existência da iniciativa salutar de colocar algumas placas rampeadas em ferro nas soleiras das portas. No entanto esta solução não se encontra aplicada em todas as trocas de ambientes, como no acesso a Capela.

Pelo que a proposta a este nível orienta-se para a criação de capas metálicas à serem apoiadas nas soleiras em pedras desniveladas e para as trocas de piso, conforme a figura 16 ilustra.

No interior da capela não parece existir área de manobra, o espaço é reduzido, se esta opção pela acessibilidade for considerada, deverá ser adaptado um salão rebaixado para servir as pessoas com cadeira de rodas.

B.3. Miradouros



Fonte: Própria.

Figura 85: Escadarias de acesso



Fonte: Própria.

Figura 86: Acesso ao piso superior

Verifica-se nas Figuras 88 e 89 que:

O acesso aos Miradouros apresenta-se desadequado no cumprimento dos seguintes itens:

- Ausência de corrimão na escada de acesso aos miradouros;
- Altura dos espelhos da escada de acesso à torre com diversas medidas;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.
- Largura das escadas inferior ao adequado.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.4]:

- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados;
- A altura (espelho) não deve superior a 0,18m;
- A largura dos lanços das escadas não deve ser inferior a 1,20m;
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias.

Propostas:

- Utilizar o aço para compor instalações novas, como rampas, escadas e patamares de ligação dos espaços existentes e que possuem níveis diferentes, tornando os miradouros acessíveis, e de uso comum, pois possuem imenso potencial turístico, Figuras 90, 91, 92 e 93.

Figura 87 – Rampas, patamar e escada em aço.



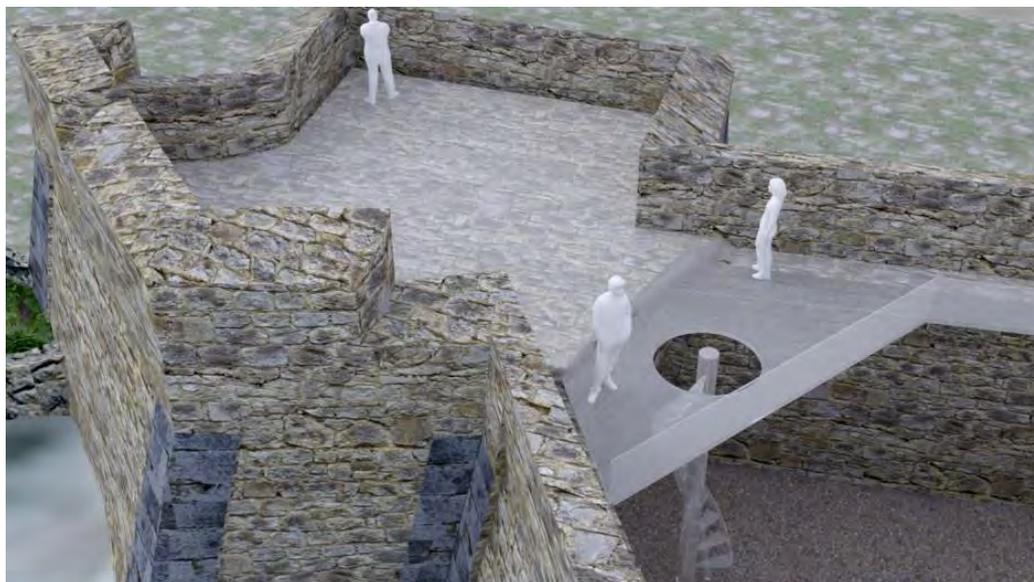
Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

Figura 88 – Miradouros interligados com rampas metálicas.



Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

Figura 89 – Patamar metálico de ligação entre os pavimentos e os miradouros.



Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

Figura 90 – Vista aérea das intervenções sugeridas.



Fonte: Montagem de Arquivo em 3D editado, com imagem de satélite.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE FORTE DE SANTA CATARINA	
4. Ações prioritárias:	
4.1. ACESSO PRINCIPAL AO FORTE	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar as placas em aço instaladas no piso para que atenda às normas quanto às alturas dos desníveis. - Propõe-se a colocação de sinalização informativa sobre o monumento, (que este é acessível, porém, possui áreas de acesso somente por escadarias fora da norma técnica).
4.2. TROCAS DE PISO	<p>Ajustar os desníveis entre as trocas de piso, especificamente nas soleiras que não estão cobertas por placas em ferro, como o acesso a capela.</p>
4.3. SANITÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> - Uma vez que o monumento não dispõe de instalações sanitárias acessíveis, propõe-se requalificação desse espaço universal, implantando pelo menos uma que atenda a todos.
4.4. ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar o estacionamento reservado existente às normas técnicas, uma vez que serve a vários estabelecimentos nesta área.

<p>- Criar um estacionamento reservado num local mais privilegiado e próximo do acesso principal do Forte.</p>
<p>5. Ações de implementação a curto/médio prazo:</p>
<p>5.1. SINALÉTICA</p> <p>5.1.1. Externa:</p> <p>5.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Forte de Santa Catarina, de forma visível e próximo à porta de acesso principal;</p> <p>5.1.1.2. Colocar sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário;</p> <p>5.1.1.3. Colocar sinalética direcional no muro do banco de cimento à esquerda da entrada;</p> <p>5.1.2. Interna:</p> <p>5.1.2.1. Identificar a direção dos espaços principais (WC/Capela/Miradouros).</p> <p>5.1.2.2. Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.</p>
<p>5.2. MULTIMEDIA</p> <p>- Instalação de mesa multimédia existente no Município no hall de entrada para melhorar a receptividade turística deste espaço.</p>
<p>5.3. CORRIMÃO</p> <p>- Instalar corrimão na escadaria de acesso aos miradouros, de acordo com o padrão já existente na unidade.</p>
<p>2.4. LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA</p> <p>- Reforço dos vídeos e interação da mesa multimédia através de oferta de legendas em outros idiomas e, também, língua gestual portuguesa.</p>
<p>2.5. ESTACIONAMENTO</p> <p>- Reservar junto ao acesso principal do Forte um estacionamento exclusivo para pessoas com mobilidade condicionada.</p>
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>3.1. RAMPAS E ESCADAS</p> <p>- Implantar rampa externa em aço para acesso aos miradouros, além de escada tipo “caracol” internamente e patamares de ligação entre os miradouros.</p>
<p>3.2. AUDIODESCRIÇÃO</p> <p>- Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam do Forte.</p>
<p>3.2. BRAILE</p> <p>- Instalar sinalética em braile.</p>

<p>3.3. MAPA TÁTIL - Instalar mapa tátil.</p>
<p>3.4. PISO TÁTIL - Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do acesso principal.</p>

4.3.7 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DA LOUSÃ

Figura 91 – Vista do Castelo



Fonte: Própria.

Descrição:

O Castelo da Lousã (ou de Arouce), Figura 94, apresenta planta irregular, aproximadamente hexagonal, e foi construído em alvenaria de xisto, na segunda metade do século XI. Localizado no topo de um monte escarpado, na margem direita da Ribeira de São João e rio Arouce, passou por diversas intervenções até aos dias de hoje. Atualmente, após obras de requalificação em 2019, é servido por um pequeno centro de acolhimento, integrado nas ruínas que existiam nas suas imediações. Este centro dispõe de um mini auditório para acolher pequenos grupos e também dispõe de vídeos informativos sobre a região, funcionando como um centro de interpretação. Todas as áreas do Castelo e arredores foram visitadas.

Planta aérea do Monumento:

O Castelo é servido por uma única via rodoviária, recentemente beneficiada com a criação de um passadiço em madeira com mais de 1 km que liga a vila da Lousã ao Castelo e às ermidas da Nossa Sra. Da Piedade. Um centro de acolhimento implantado na lateral do Castelo tem um papel importante junto do monumento, pois é ali que é apresentado um pouco da história do território.

Identifica-se ainda em planta a zona de estacionamento, Figura 95, porém sem nenhum espaço reservado para as pessoas com mobilidade condicionada.

Figura 92 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+da+lousa/>, acessado em 10 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamentos);

B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna);

C – Instalações sanitárias.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 93: Passeio ao redor do Castelo



Fonte: Própria.

Figura 94: Rampas ao redor do Castelo

Verifica-se nas Figuras 96 e 97 que:

Apesar dos passeios ao redor do Monumento serem rampeados, e por isso tornarem o acesso ao centro de acolhimento praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas no respeito pelos seguintes itens:

- Inclinações acima do confortável para a utilização com autonomia por parte das pessoas com cadeiras de rodas;
- A altura do corrimão excede o normativo.

Parâmetro normativo a aplicar:

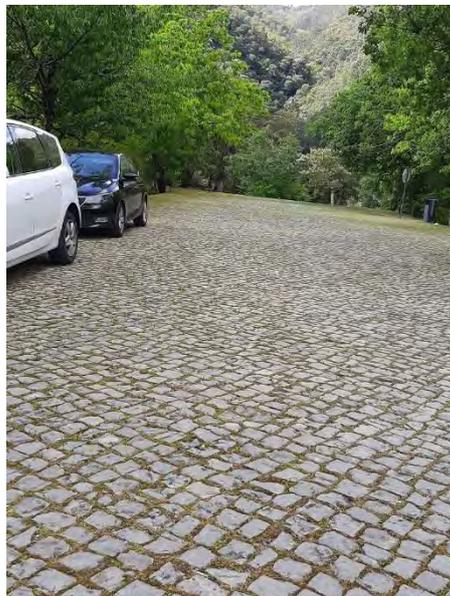
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006:

- As rampas devem ter a menor inclinação possível [secção 2.5];
- A altura dos corrimãos deve figurar entre os 0,85m e os 0,90m [secção 2.4].

Proposta:

- Ajustar a altura do corrimão de acordo com a norma legal;
- Pela topografia do terreno e complexidade em ajustar as inclinações às normas técnicas, sugerimos a criação de uma faixa de piso liso, de aproximadamente 90 cm de largura, na rampa existente. Esta solução facilita a realização deste percurso, uma vez que se oferece como alternativa ao piso irregular do pavimento existente.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 95: Lugar es de estacionamento

Verifica-se na Figura 98 que:

Ainda que exista uma zona de estacionamento muito próxima do monumento, verifica-se a ausência de marcação de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Um lugar em espaços de estacionamento com uma lotação não superior a 10 lugares;
- Ter uma largura útil não inferior a 2,50m;
- Ter um comprimento útil não inferior a 5,00m;
- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Demarcar pelo menos um lugar de estacionamento reservado junto ao estacionamento já existente na proximidade do Monumento.

B. Acessos e circulações

B.1. Acessos principais – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 96: Acesso principal – castelo



Fonte: Própria.

Figura 97: Acesso – último piso da torre

Verifica-se nas Figuras 99 e 100 que:

Os acessos principais, tanto à praça de armas do Castelo, como à própria torre de menagem (incluindo os seus vários pisos) são desadequados considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos;

- Ausência de sinalização;
- Altura de corrimão na escada é desadequada;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- A altura dos corrimãos existentes deve mediar entre 0,85m e 0,90m [secção 2.4];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

Propostas:

- Ajustar a altura dos corrimãos, conforme a norma técnica em vigor;
- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie no primeiro degrau das escadas, ainda fora do Castelo, acompanhe a subida, alcance o topo e promova a descida da torre, a fim de que seja disponibilizado ao turista/visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, a experiência de subir e visitar o monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 98: Entrada do Castelo



Fonte: Própria.

Figura 99: Circulação na subida da torre

Verifica-se nas Figuras 101 e 102 que:

As circulações e acessos aos espaços internos do Castelo, como a Praça de Armas ou a Torre são sempre apresentadas com desníveis, o que dificulta imenso a circulação das pessoas com algum tipo de dificuldade de mobilidade e impede a

entrada/circulação de uma pessoa em cadeiras de rodas. As soluções existentes são desajustadas considerando os seguintes itens:

- Ausência de zonas de manobra;
- Presença de desníveis e ressaltos;
- Altura variável dos espelhos das escadas internas.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- A altura (espelho) das escadas não deve superior a 0,18m.

Propostas:

- Ajustar o corrimão existente nas escadarias à norma técnica em vigor;
- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie na porta de entrada do Castelo, circule pela praça de armas, suba até ao caminho de ronda, percorra os cubelos e que acompanhe a subida da torre de menagem até ao topo, incluindo toda a descida, a fim de que seja disponibilizado ao turista/ visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de ver uma parte do edifício ao qual não tem acesso pela sua condição física.

C. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 100: Acesso sanit. do Centro de Int.



Fonte: Própria.

Figura 101: Sanitário do Centro de Int.

Verifica-se nas Figuras 103 e 104 que:

O centro de interpretação é servido por um sanitário. A sua utilização é exclusiva para os colaboradores da Autarquia que exercem funções no Castelo. No entanto, considerando a utilidade que poderá ter, analisaríamos também as instalações

sanitárias existente face à sua condição acessível. Estas estão desadequadas no cumprimento dos seguintes itens:

- Ausência de comando de alarme de emergência;
- Ausência de zona de manobra;
- Ausência de barras de apoio.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.9]:

- As barras de apoio lateral devem ser rebatíveis na vertical;
- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior;
- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9].

Propostas:

- Instalar comando de emergência;
- Desobstruir o espaço de manobra da cadeira (no acesso e internamente);
- Fixar as barras de apoio rebatíveis.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE CASTELO DA LOUSÃ
7. Ações prioritárias:
7.1. ACESSO PRINCIPAL AO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO - Criar faixas de piso estável no acesso ao Centro de Interpretação.
7.2. SANITÁRIOS – uma vez que pode passar a atender algum visitante. - Desobstrução do acesso e internamente; - Instalação de comando de emergência no sanitário; - Instalação de barras de apoio rebatíveis.
7.3. ESTACIONAMENTO - Criar lugar de estacionamento reservado o mais próximo do acesso ao Centro de Interpretação, em área já destinada a estacionamento.
8. Ações de implementação a curto/médio prazo:
8.1. CORRIMÃO - Ajustar altura dos corrimãos existentes no exterior e interior do monumento.
2.2. LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA - Atualização do vídeo promocional existente no Castelo, que é transmitido no centro de interpretação aos visitantes, com o objetivo de acrescentar outros recursos, como: legendas em outros idiomas e, também, língua gestual portuguesa.
3. Ações de implementação a longo prazo:
9.1. PISO TÁTIL

- Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do Centro de Interpretação.
9.2. AUDIODESCRIÇÃO - Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam do Castelo e seu entorno.
9.3. BRAILE - Instalar sinalética em braile em pontos relevantes, uma vez que já existe em andamento uma brochura em braile em desenvolvimento pela Rede sobre o monumento.
9.4. MAPA TÁTIL - Instalar mapa tátil.
9.5. MÍDIAS - Criar uma mídia interativa ou um vídeo, que retrate a subida e a vista de quem acessa ao topo da torre, e, que possa ser reproduzido juntamente com o vídeo promocional que já se encontra disponível no Centro de Interpretação.

4.3.8 Relatório Técnico e Plano de Ação: ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO

Figura 102 – Imagem da Torre



Fonte: Própria.

Descrição:

Do antigo Castelo de Miranda do Corvo restam atualmente apenas duas estruturas de origem medieval: uma torre (Figura 105) e uma antiga cisterna, vestígios de que ali existiu uma estrutura militar entre os séculos XI e XII.

A torre apresenta acesso ao público por escadaria externa, em pedra bruta e com degraus com altura variável, e por escadaria interna, em madeira e com degraus com altura aproximada de 26cm. Subir até ao último piso requer disposição, boa condição física, destreza e alguma coragem, uma vez que os seus patamares não possuem guarda-corpo, pelo que pessoas com vertigens serão mais sensíveis a este acesso.

Para o visitante ter acesso ao miradouro superior da torre, e a partir dali poder beneficiar de uma vista privilegiada sobre o concelho, é necessário solicitar autorização no posto de turismo do Município. Atender este pedido no imediato dependerá da disponibilidade de recursos humanos e logísticos.

No interior da torre, no nível inferior, poderemos aceder à necrópole rupestre através de uma escadaria também de madeira.

Neste caramito o visitante poderá ainda visitar a cisterna (que se encontrava fechada no momento desta visita, não tendo sido possível averiguar as suas condições internas) e o monumento do Cristo-Rei. A travessia no caramito é feita com vegetação (ora rasteira, ora mais alta, dependendo do estado da limpeza no momento), não sendo muito fluída a circulação entre o patamar da cisterna e o patamar da entrada da torre, pela existência de uma pequena escadaria, sem guardas, e pela existência de um troço do percurso coberto por silhares dispersos no chão.

Nesta visita, não foi ainda possível visitar o interior da Igreja Matriz, uma vez que o edifício se encontrava fechado ao público.

Planta aérea do Monumento:

A Torre Sineira localiza-se no cimo do morro do Alto do Calvário. Aceder ao Alto do Calvário é possível através de estrada rampeada. Próximo da Igreja existe um estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, a menos de 100,00m de distância do acesso da Torre. Porém, o monumento se torna inacessível a pessoas com mobilidade condicionada pela condição do terreno à sua volta, apenas se acessando ora por escadarias irregulares, ora por terreno com vegetação.

Na planta (Figura 106) são ainda identificadas, a praça principal do concelho (a Praça José Falcão), servida por uma zona do estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, por um parque infantil, pelo posto de turismo e por diferentes comércio com esplanada. Destaca-se nesta área a existência de uma urbanização sem desníveis e pisos diferenciados junto às passadeiras, o que torna a circulação de pessoas em cadeiras de rodas mais agradável

Figura 103 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+miranda+do+corvo/>, acessado em 03 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamentos);

B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal, da Torre, da Cisterna e da Igreja; B.2. – Circulação interna – na Torre)

C – Instalações sanitárias.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.



Fonte: Própria.

Figura 104: Passeio ao redor do Monumento

Figura 105: Faixa de circulação

Verifica-se nas Figuras 107 e 108 que:

Ao redor do caramito foi contemplado um percurso acessível, com aproximadamente 1,20m de largura, para as pessoas com mobilidade condicionada. Este percurso serve as pessoas até ao acesso principal da Torre e também até ao acesso principal da Igreja Matriz dedicada a São Salvador. Este percurso permite ao visitante apreciar os painéis da via sacra de autoria de Monsenhor Nunes Pereira, expostos em torno de todo o caramito. É de salutar importância, a tradução para braile que é feita da identificação destes painéis.

A instalação dos bancos de forma espaçada proporciona zonas de descanso muito agradáveis.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 106: Lugar de estacionamento reservado



Fonte: Própria.

Figura 107: Percurso até o acesso principal

Verifica-se nas Figuras 109 e 110 que:

O lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada é desadequado considerando a ausência de demarcação adequada no piso e faixa de acesso.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados.

Propostas:

- Ajustar o estacionamento existente às normas, uma vez que se encontra próximo do monumento;

- Criar um outro estacionamento acessível, no lado oposto do Alto do Calvário, mais visível e que possa servir também os utilizadores do cemitério.
- Propõe-se ainda que seja dado a conhecer, via sinalética direcional, a existência deste estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, uma vez que se encontra num local fora do circuito principal do Alto do Calvário.

B. Acessos e circulações

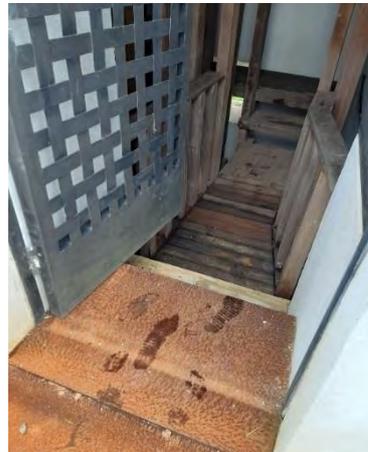
B.1. Porta de acesso principal

TORRE



Fonte: Própria.

Figura 108: Acesso principal – Patamar



Fonte: Própria.

Figura 109: Acesso principal – Vão



Fonte: Própria.

Figura 110: Escadaria externa



Fonte: Própria.

Figura 111: Acesso- sinalização

Verifica-se nas Figuras 111, 112, 113 e 114 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Existência de degraus de tamanhos, larguras e alturas irregulares ao longo do percurso;
- Ausência de zona de manobra, tanto na área externa, como após o acesso à Torre;
- Ausência de sinalização a informar que o acesso ao caramito não é acessível;
- Ausência de corrimão nas escadarias (externas e internas);
- Largura do patamar é inferior face ao adequado no acesso à torre;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias como alternativa às escadarias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os percursos pedonais devem ser em todo o seu desenvolvimento, desimpedidos de obstruções [secção 4.3];
- Nos percursos pedonais, quando necessária mudança de direção de uma pessoa em cadeiras de rodas, a zona de manobra deve atender o mínimo de 0,90m [secção 4.4];
- Deve existir sinalização que identifique que o percurso não é acessível [secção 4.14];
- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados [secção 2.4];
- A altura entre os degraus (espelho) não deve superior a 0,18m [secção 2.4];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

Propostas:

- Instalar corrimãos de acordo com a norma técnica em toda a extensão das escadas;
- Prever sinalização indicativa que a torre possui obstáculos de acesso e não é acessível;
- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie na porta de entrada da torre, que acompanhe a descida até à necrópole, depois a subida entre os pisos, estabeleça o contacto com os sinos e por fim o alcance o último piso, o miradouro, promovendo aí a contemplação demorada da envolvente. Esta ferramenta pode ainda integrar a descida da torre. Desta forma, é disponibilizado ao turista/ visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de ver uma parte do edifício ao qual não tem acesso pela sua condição física.

CISTERNA



Fonte: Própria.

Figura 112: Entorno



Fonte: Própria.

Figura 113: Acesso principal

Verifica-se nas Figuras 115 e 116 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Piso irregular no entorno;
- Largura do vão de acesso à estrutura é inferior ao recomendável;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os percursos pedonais devem ser em todo o seu desenvolvimento, desimpedidos de obstruções [secção 4.3];
- Nos percursos pedonais, quando necessária mudança de direção de uma pessoa em cadeiras de rodas, a zona de manobra deve atender o mínimo de 0,90m [secção 4.4];
- Deve existir sinalização que identifique que o percurso não é acessível [secção 4.14].

Propostas:

- Prever sinalização indicativa de que a cisterna possui obstáculos de acesso;
- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie ao redor de entrada da cisterna, e que acompanhe a descida e a contemplação do seu interior, a fim de que seja disponibilizado ao turista/ visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de ver uma parte do edifício ao qual não tem acesso pela sua condição física.

IGREJA MATRIZ



Fonte: Própria.

Figura 114: Entorno



Fonte: Própria.

Figura 115: Acesso acessível

Verifica-se nas Figuras 117 e 118 que:

O acesso estabelecido para ser acessível é desadequado considerando os seguintes itens:

- Ausência de sinalização;
- Ausência de guarda-corpo no patamar da rampa, pois contempla apenas a presença de corrimão;

- Existência de equipamentos obstáculos no percurso, designadamente o contentor do lixo;
- Existência de tapetes sem fixação.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os percursos pedonais devem ser em todo o seu desenvolvimento, desimpedidos de obstruções [secção 4.3];
- Deve existir sinalização que identifique que o percurso é acessível [secção 4.14];
- É recomendável guardas junto ao corrimão como proteção [secção 2.5.11];
- Quando se verifica a utilização de tapetes, estes devem ser fixos, e não apresentar uma espessura superior a 0,015m [secção 4.7].

Propostas:

- Instalar guarda corpo junto ao corrimão existente de acordo com a norma técnica;
- Prever sinalização indicativa junto à entrada principal da Igreja, informando da existência de alternativa acessível na lateral;
- Desobstruir o acesso da rampa, deslocando o contentor do lixo para outro local;
- Descartar a utilização de tapetes soltos.

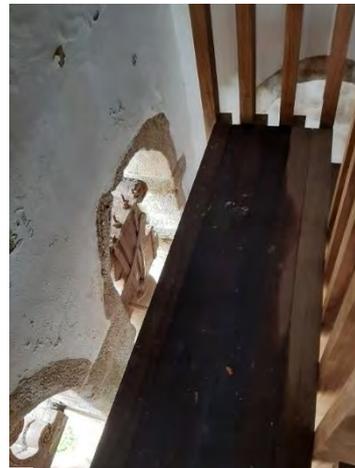
B.2. Circulação interna

TORRE



Fonte: Própria.

Figura 116: Primeira circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 117: Patamares Internos



Fonte: Própria.

Figura 118: Piso inferior – Necrópole



Fonte: Própria.

Figura 119: Vãos entre patamares

Verifica-se nas Figuras 119, 120, 121 e 122 que:

As circulações internas estão desadequadas nos seguintes itens:

- Ausência de zonas de manobra;
- Presença de desníveis e ressaltos – na Necrópole;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias;
- Existência de degraus de tamanhos, larguras e alturas irregulares ao longo do percurso;
- Largura dos patamares intermediários da escada é inferior ao adequado.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- A altura dos degraus (espelho) não deve superior a 0,18m [secção 2.4];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4];
- Deve existir sinalização que identifique que o percurso não é acessível [secção 4.14];
- É recomendável guardas junto ao corrimão como proteção [secção 2.5.11].

Propostas:

- Prever sinalização indicativa que a torre possui obstáculos no seu acesso;
- Criar uma ferramenta digital que simule a visita, conforme já proposto anteriormente.

C. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 120: Acesso ao Sanitário



Fonte: Própria.

Figura 121: Sanita do Sanitário

Verifica-se nas Figuras 123 e 124 que:

As instalações sanitárias estão desadequadas no cumprimento dos seguintes itens:

- Altura da sanita com 0,50m;
- Ausência de comando de alarme de emergência;
- Ausência de zona de manobra no acesso ao mesmo.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.9]:

- A altura do piso ao bordo superior do assento da sanita dever ser de 0,45m;
- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior;
- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9].

Propostas:

- Substituição da sanita;
- Instalação de comando de emergência;
- Remanejamento da porta e colocação da mesma com o sentido de abertura oposto.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO

10. Ações prioritárias:

10.1. SANITÁRIOS

- Substituição da bacia sanitária, de acordo com a norma técnica;
- Troca do sentido de abertura da porta de acesso ao sanitário;
- Instalação de comando de emergência no sanitário.

<p>10.2. ESTACIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustar o estacionamento reservado existente às normas técnicas (conforme indicação em ponto próprio), uma vez que serve também os utilizadores da Igreja; - Criar um novo estacionamento reservado no lado oposto ao existente, de modo a atender também os utilizadores do cemitério.
<p>11. Ações de implementação a curto/médio prazo:</p>
<p>11.1. SINALÉTICA</p> <p>11.1.1. Externa:</p> <p>11.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Alto do Calvário – Antigo Castelo de Miranda do Corvo, de forma visível e próximo ao acesso principal;</p> <p>11.1.1.2. Colocar sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso ao redor;</p> <p>11.1.1.3. Criar um aviso para quem chega ao Alto do Calvário de que a Torre e a Cisterna não são plenamente acessíveis às pessoas com mobilidade condicionada e que só poderão ser visitadas por solicitação no posto de turismo (mediante disponibilidade de pessoal e disponibilizando o contato);</p> <p>11.1.1.4. Informar da existência de áudio-guia disponível no posto de turismo.</p> <p>2.1.2. Interna:</p> <p>2.1.2.1. Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.</p>
<p>11.2. CORRIMÃO/GUARDA CORPO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalar guarda corpo nos patamares das escadarias internas da torre; - Instalar corrimão nas escadarias externas.
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>3.1. FERRAMENTA DIGITAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie na porta de entrada da torre, que acompanhe a descida até à necrópole, o contacto com os sinos e por fim o alcance o último piso, o miradouro, promovendo aí a contemplação demorada da envolvente. O mesmo se aplica à cisterna. - Considerar nesta ferramenta o recurso à audiodescrição, para que os cegos usufruam também dos monumentos.
<p>3.2. MAPA TÁTIL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalar um mapa tátil junto à envolvente do caramito e um eventual leitor de paisagem a partir deste ponto.

4.3.9 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO

Figura 122 – Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

Em alvenaria de pedra, o conjunto apresenta planta irregular, constituída pelo castelejo, uma cerca principal (Figura 125), a barbacã ameada envolvente, um cercado a Norte e um reduto inferior, a Leste. A Torre de Menagem, situada a Leste, apresenta planta quadrada dividida em pavimentos. Na barbacã foram rasgadas duas portas: a Porta da Peste, pelo lado Sudeste, vizinha à Torre de Menagem, substituindo a arruinada porta principal, e a Porta da Nossa Senhora do Rosário, rasgada a Sul e remodelada posteriormente. No setor Sudoeste encontram-se as ruínas do antigo paço senhorial, que se prolongava na área da barbacã. No interior do Castelo todas as áreas foram visitadas.

Foi intenção do Município edificar um ascensor para promover o estacionamento junto ao mercado, a entrada dos visitantes pela Porta do Sol e a circulação humana pelo interior da vila. Atualmente são poucos os que recorrem a esta solução para aceder ao castelo. Inclusive em nossa visita encontrava-se desligado

Planta aérea do Monumento:

A cinquenta e seis metros acima do nível do mar, o Castelo de Montemor-o-Velho apresenta-se com implantação desigual. Em planta percebe-se a estrutura militar composta pelo castelejo, cerca muralhada principal, a barbacã. Intramuros, a Igreja de Santa Maria da Alcáçova. Na envolvente a Capela de Santo António, paralela à barbacã, e a Igreja da Madalena. No cercado norte subsiste a ruína da Capela de São João.

Identifica-se ainda em planta a zona do estacionamento que atualmente serve a Porta da Peste. Não há neste local (Figura 126), qualquer sinalização para lugar de estacionamento reservado.

Figura 123 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo++de+montemor+o+velho/>, acessado em 03 de maio, 2021.

Planta do Monumento:

Para melhor compreensão da análise efetuada, apresenta-se a planta do Monumento, considerando as suas diferentes zonas funcionais e seus acessos. O que nos chama atenção nesta implantação são os acessos em lados opostos e a falta de demarcação de zonas de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade condicionada.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise: A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamentos); B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna); C – Instalações sanitárias.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 124: Pavimentação até o acesso

Verifica-se na Figura 127 que:

Apesar dos passeios e calçamentos ao redor do Monumento serem rampeados, sendo por isso praticáveis, constata-se que as circulações são desadequadas considerando os seguintes itens:

- Inclinações acima do confortável para utilização autónoma por parte das pessoas com cadeiras de rodas;
- Ausência de sinalização;
- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006:

- As rampas devem ter a menor inclinação possível [secção 2.5];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4];
- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Proposta:

- Pela topografia do terreno e complexidade em ajustar as inclinações às normas técnicas, sugerimos a criação de uma faixa de piso liso de aproximadamente 90cm de largura, na rampa existente, como já executado no interior do Castelo, com o objetivo de criar um percurso um pouco mais fácil, no sentido de mais cómodo, mesmo para quem está a apoiar na subida destas elevações, desde o lugar de estacionamento reservado até ao acesso principal;
- Criar sinalização relativa à existência dos vários acessos, e, principalmente a fim de informar o utilizador dos espaços acessíveis.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 125: Espaço de estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 126: Percurso até o acesso principal

Verifica-se nas Figuras 128 e 129 que:

Apesar de existir espaço para estacionamento de automóvel nas imediações da Porta da Peste, não existe um lugar reservado para pessoas com mobilidade reduzida.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Um lugar em espaços de estacionamento com uma lotação não superior a 10 lugares;
- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Criar pelo menos um lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, o mais próximo possível ao acesso principal do Castelo. Cabendo no espaço de estacionamento existente.
- Conforme sugerido no ponto A.1., seria importante criar um percurso acessível entre o lugar de estacionamento reservado e o acesso principal do Castelo.

B. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 127: Acesso Porta da Peste



Fonte: Própria.

Figura 128: Acesso da Porta do Sol à vila

Verifica-se nas Figuras 130 e 131 que:

Os acessos principais (Porta do Sol e Porta da Peste) são desadequados considerando os seguintes itens:

- Ausência de sinalização;
- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os percursos pedonais devem ser, em todo o seu desenvolvimento, desimpedidos de obstruções [secção 4.3];
- Deve existir sinalização que identifique e direcione o público para entradas e saídas acessíveis [secção 4.14];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Prever implantação de capas metálicas para os desníveis em pedra, com o objetivo de minimizar o impacto para o utilizador de cadeira de rodas, conforme a figura 16 ilustra.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 129: Circulação



Fonte: Própria.

Figura 130: Acesso principal à Igreja



Fonte: Própria.

Figura 131: Tipo de Pavimentação



Fonte: Própria.

Figura 132: Acesso à sala multimédia

Verifica-se nas Figuras 132, 133, 134 e 135 que:

Sendo praticável, constata-se que as circulações estão desadequadas nos seguintes itens:

- Ausência de zonas de manobra em alguns espaços;
- Presença de piso irregular, desníveis e ressaltos;

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [secção 4.9];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Consideramos que o posto de acolhimento turístico deve, em todas as circunstâncias, ser um espaço mais acessível fisicamente. O acesso disponível é limitante não só pelas pessoas que utilizam a cadeira de rodas, como também para crianças em carrinho, idosos com maior dificuldade de locomoção, entre outros. Assim, sugere-se como essencial, criar um acesso para o posto de turismo em rampa metálica. Propõe-se que esta rampa inicie no caminho principal, que medeia entre a Porta da Peste e a Igreja, sensivelmente junto à falha pré-existente de arbusto. Ainda que seja necessário um estudo técnico que responda a esta proposta de forma mais cabal, aparentemente a inclinação da rampa até à zona de esplanada exterior do posto de turismo parece ser confortável para as pessoas com mobilidade condicionada;
- Para além disso, propõe-se a troca de piso existente no espaço que medeia entre a zona de esplanada do posto de turismo e as ruínas do Paço das Infantas. As pedras soltas impedem a circulação de uma cadeira de rodas, Figuras 136 e 137.



Figura 133: Acesso Posto Turismo

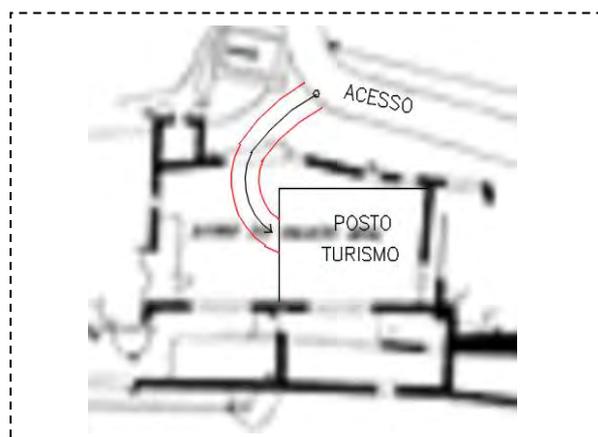


Figura 134: Croqui esquemático – rampa para acesso

Fonte: Própria.

- Sugerimos disponibilizar no LCD disponível no atual posto de turismo os vídeos promocionais que estejam incorporados no equipamento da sala multimédia, uma vez

que tanto a largura do vão de acesso, como a própria escada de acesso a esta sala não permitem o acesso de uma pessoa em cadeiras de rodas;

- A fim de que a Igreja possa, efetivamente, ser acessível para todos os potenciais visitantes e utilizadores, propomos a implantação de uma rampa em chapa no acesso lateral do edifício. Propomos ainda a colocação de uma base para apoio aos desníveis de soleira existentes no vão, Figuras 138 e 139.



Figura 135: Soleira da igreja

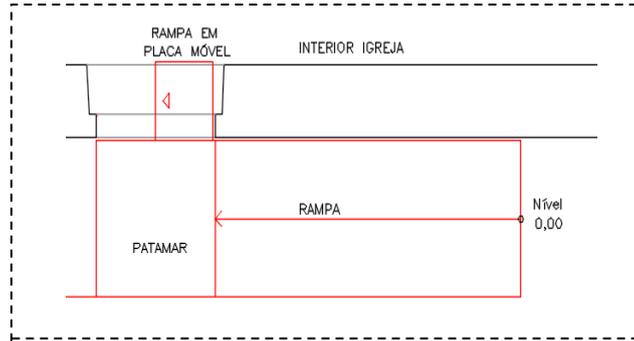


Figura 136: Croqui esquemático – rampa lateral igreja

Fonte: Própria.

C. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 137: Sanitário Existente - Acesso



Fonte: Própria.

Figura 138: Sanitário – Espaço interno

Verifica-se nas Figuras 140 e 141 que:

As instalações sanitárias estão desadequadas no cumprimento dos seguintes itens:

- Ausência de comando de alarme de emergência;
- Ausência de zona de manobra;
- Espaços internos e vão de acesso desadequados;
- Ausência de barras de apoio.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.9]:

- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior;
- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [Secção 4.9];
- As barras de apoio lateral devem ser rebatíveis na vertical.

Propostas:

- Construir um sanitário acessível, próximo ao existente, de acordo com a norma técnica. Se a alternativa for revitalizar este espaço, entende-se que a solução pode passar por reconverter estes dois sanitários, num único, universal, acessível e capaz de servir condignamente todos os utilizadores, com solução de fraldário e equipamentos acessíveis a todos.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO	
14. Ações prioritárias:	
14.1.	<p>ACESSO PRINCIPAL DO CASTELO (Porta da Peste e Porta do Sol)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propõe-se implantação de placas metálicas sobre os desníveis em pedra existente; - Propõe-se a colocação de sinalização informativa da porta principal, para que as pessoas ainda no estacionamento saibam qual a direção do acesso principal.
14.2.	<p>IGREJA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar rampa metálica no exterior da entrada lateral; - Apoiar rampa sobre rodas no interior, sobre os desníveis existentes.
14.3.	<p>POSTO DE TURISMO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar rampa metálica que ligue a pista/caminho principal de acesso existente e o deck em madeira/esplanada existente na frente do posto de turismo.
14.4.	<p>SANITÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de um WC universal acessível.
14.5.	<p>ESTACIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reservar junto ao acesso principal do Castelo (Porta da Peste), um estacionamento exclusivo para pessoas com mobilidade condicionada; - Garantir um percurso acessível desde o estacionamento até à entrada principal do Castelo (sugere-se a colocação de uma faixa de piso liso e o ajuste dos desníveis existentes na entrada).
15. Ações de implementação a curto/médio prazo:	

<p>15.1. SINALÉTICA</p> <p>15.1.1. Externa:</p> <p>15.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Castelo de Montemor-o-Velho, de forma visível e próximo à porta de acesso principal;</p> <p>15.1.1.2. Colocar sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário, designadamente melhorar a existente na subida do Castelo;</p> <p>15.1.2. Interna:</p> <p>15.1.2.1. Próximo das duas portas principais (Porta do Sol e Porta da Peste), colocação de um mapa com a identificação dos principais espaços a serem visitados no Castelo;</p> <p>15.1.2.2. Colocação de sinalética direcional interna, pelo menos a indicação de Posto de Turismo;</p> <p>15.1.2.3. Sinalizar o posto de turismo de forma visível no exterior do edifício, uma vez que a solução existente é modesta.</p> <p>15.1.2.4. Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.</p>
<p>15.2. CORRIMÃO</p> <p>- Instalar corrimão nas escadarias existentes no interior do Castelo. Todas as que a altura for maior que 0,40m do piso.</p>
<p>2.3. LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA</p> <p>- Atualização dos vídeos disponibilizados no Posto de Turismo, com o objetivo de acrescentar outros recursos, como: legendas em outros idiomas e, também, língua gestual portuguesa.</p>
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>16.1. PISO TÁTIL</p> <p>- Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do acesso principal.</p>
<p>16.2. AUDIODESCRIÇÃO</p> <p>- Considerar o recurso à audiodescrição, para que os cegos usufruam também do Castelo.</p>
<p>16.3. BRAILE</p> <p>- Instalar sinalética em braille, juntamente com o mapa que estará disponível junto a entrada com os principais pontos de visita.</p>
<p>16.4. MAPA TÁTIL</p> <p>- Instalar mapa tátil.</p>
<p>16.5. MÍDIAS</p> <p>- Criar um vídeo, a disponibilizar no posto de turismo, em que se retratam os ambientes do castelo não passíveis de serem visitados por uma pessoa com mobilidade condicionada (por exemplo: subida na escadaria, percorrer o adarve e entrar na torre de menagem; entrar na torre e mostrar as marcas</p>

das medidas da feira medieval (a vara e o côvado), subir até à janela superior do Paço das Infantas, entre outros.

4.3.10 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE PENELA

Figura 139 – Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

Acredita-se que a primitiva ocupação da região remonte a povos pré-romanos, não existindo testemunhos materiais que o permitam corroborar. É na sua origem um castelo roqueiro, erigido sobre uma penha, Figura 142, de onde aliás derivará o topónimo “Penela”. É exatamente neste ponto, o mais alto e escarpado de toda colina, que se ergue o castelejo sesnandino, transformado em torre de menagem no reinado de D. Afonso Henriques e bem mais tarde dotado de troneiras ou seja, aberturas para disparo de armas de fogo. De planta poligonal muito irregular, o castelo foi-se moldando às características do terreno. Os panos de muralha virados a oeste são mais elevados e fortes do que os virados a nascente uma vez que estes usam a escarpa para se alçarem. As muralhas, ameadas, são flanqueadas por várias torres, umas semicirculares, outras poligonais. O acesso fazia-se por duas portas: a da Vila, principal e localizada a sudoeste e a da Traição ou dos Campos, a nordeste, rasgada numa torre e formando uma curva ou cotovelo, mecanismo herdado do mundo islâmico e que dificultava a entrada de rompante das tropas inimigas.

Planta aérea do Monumento:

O Castelo localiza-se no topo do morro da vila de Penela. As imediações do Monumento podem ser acedidas através das ruelas rampeadas, e muitas vezes unidireccionais, que servem a vila e que garantem o acesso aos Paços de Concelho, edifício que se localiza na proximidade do Castelo.

Identifica-se em planta (Figura 143) a atual zona de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada que serve os utentes da Câmara Municipal de Penela. Identifica-se ainda a futura zona de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada que servirá o Castelo.

Figura 140 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+penela/>, acessado em 18 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeio);

B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna);

C – Instalações Sanitárias.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 141: Acesso à Brecha das Desaparecidas



Fonte: Própria.

Figura 142: Acesso à Porta da Vila

Verifica-se nas Figuras 144 e 145 que:

Os passeios diretos de acesso ao Castelo são rampeados. A Porta da Vila, à direita, é servida com calçada. A Brecha das Desaparecidas, à esquerda, devido ao atual estado de obra é acedida com recurso a diferentes tipos de pavimentação (calçada à portuguesa, afloramento rochoso, betão e terra batida). Este último percurso apresenta alguns pontos de ressalto altos em pedra, o que dificulta a manobra com a cadeira de rodas. No futuro prevê-se a conclusão de um passadiço em lajetas de calcário, entre o início da rampa da Brecha das Desaparecidas e a Porta da Traição. No momento desta visita, o passeio de acesso ao Castelo é desadequado considerando:

- Presença de desníveis e ressaltos;
- Inclinações acima do nível confortável para a utilização com autonomia por parte das pessoas com cadeiras de rodas.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- As rampas devem ter a menor inclinação possível [secção 2.5];
- As rampas devem possuir corrimãos e esses devem ser contínuos ao longo dos vários lanços e terem patamares de descanso [secção 2.5].

Proposta:

Por aquilo que nos foi possível observar em obra, o circuito externo que está a ser desenhado irá contemplar as adequações nas pavimentações, uma vez que será integralmente servido por lajetas de calcário desde o estacionamento reservado até à Porta da Traição.

Considerando que não existe uma data previsível para a conclusão deste processo (criação de um circuito acessível que ligue o exterior ao interior do Castelo), parece-nos oportuno identificar na Brecha das Desaparecidas o acesso mais plausível para a entrada na praça de armas por parte das pessoas com mobilidade condicionada. Para que isso seja possível, embora sempre com ajuda mercê da inclinação existente, considera-se como razoável a colocação de um corredor de 90 cm (mínimo admissível para circulação de cadeiras) desde o estacionamento reservado até à entrada da Brecha. Este corredor, deverá ter uma superfície pavimentada lisa e uma inclinação constante, para que proporcione uma circulação segura e confortável às pessoas com mobilidade condicionada.

A. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 143: Vista interior da Porta da Traição



Fonte: Própria.

Figura 144: Vista exterior da Porta da Traição

Verifica-se nas Figuras 146 e147 que:

Tendo em conta o projeto em curso, foi apenas analisada a porta da Traição, considerada no futuro como o acesso principal das pessoas com mobilidade condicionada ao Castelo. Atualmente este acesso é desadequado considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica]:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];

- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Proposta:

Pelo enquadramento técnico que nos foi prestado *in loco*, a obra projetada para o interior do Castelo irá contemplar soluções que irão resolver a presença destes desníveis na Porta da Traição. Uma vez que o projeto para o interior do Castelo ainda se encontra em fase de desenho, não dispomos de elementos para tecer qualquer comentário construtivo, pelo que não são aqui integradas sugestões.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 145: Circulação interna na praça armas.



Fonte: Própria.

Figura 146: Circulação interna na envolvente

Verifica-se nas Figuras 148 e 149 que:

No seu interior, e de uma forma simplista, podemos considerar que o Castelo se apresenta em cinco patamares distintos:

- num nível inferior encontramos o corredor que liga a Porta da Vila à Porta da Traição;
- vencendo um lanço de escadas muito estreito, entramos na Praça de Armas (de eventos) que conseguimos circular, desde a cisterna à zona da restauração;
- Daí podemos alcançar a fachada da Igreja Matriz, uma vez que junto à zona da restauração temos acesso a plataformas rampeadas;
- Acedendo por uma escadaria de madeira temos acesso a uma plataforma onde se encontram as réplicas das armas de guerra e algumas gincanas infantis;
- Acedendo por uma escadaria talhada na rocha acedemos ao interior do Castelejo.

O projeto de valorização do interior do Castelo de Penela prevê que, chegado à Porta da Traição, o visitante com mobilidade condicionada possa aceder ao patamar da praça de eventos, ao patamar da Igreja Matriz e ao patamar das gincanas infantis. Neste momento existe apenas circulação entre o patamar da Praça de eventos e o patamar da Igreja. Todos os outros são intransponíveis de forma autónoma por um visitante com mobilidade condicionada. Para além disso, o tipo de pavimentação existente nos diferentes patamares, maioritariamente calçada com pedra irregular, dificulta imenso a manobra

com a cadeira de rodas e torna-se muito desconfortável após algum tempo. Pelo enquadramento realizado, a circulação interna no Castelo de Penela é, atualmente, desadequada considerando a presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica]:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Proposta:

Pelo enquadramento técnico que nos foi prestado *in loco*, a obra projetada para o interior do Castelo irá contemplar soluções que irão resolver a presença destes desníveis entre os diferentes patamares. Uma vez que o projeto para o interior do Castelo ainda se encontra em fase de desenho, não dispomos de elementos para tecer qualquer comentário construtivo, pelo que não são aqui integradas sugestões. Apesar disso, considera-se pertinente ressaltar a importância de garantir a circulação contínua do visitante com mobilidade condicionada, considerando tanto as diferenças de piso, como as diferentes texturas. Sugerimos a criação de um percurso acessível no interior do Castelo com acesso até às áreas de maior interesse.

B. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 147: Sanitário Acessível em construção.



Fonte: Própria.

Figura 148: Sanitário Acessível em construção.

Verifica-se nas Figuras 150 e 151 que:

Apesar de se encontrar ainda em construção, o sanitário acessível possui aparentemente medidas confortáveis para a sua utilização, não sendo possível analisar os outros elementos internos.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO

O presente Programa de Ação consideraria todo o trabalho de diagnóstico realizado com propostas de ações a serem realizadas no domínio da acessibilidade, identificando três níveis essenciais: as ações que no entender técnico são de necessidade imediata (prioritárias) e as ações de implementação a curto/médio prazo (com pouco investimento e baixa complexidade) e ações de implementação a longo prazo (com um investimento considerável e maior complexidade).

No âmbito da visita técnica realizada constatámos que existe uma equipa multidisciplinar que se encontra a trabalhar no desenho do projeto de intervenção para o interior do Monumento. Entendemos que a dimensão da acessibilidade está a ser considerada e reforçámos presencialmente a importância do cumprimento do normativo em vigor para a existência de um monumento que sirva a todos por igual.

O Castelo encontra-se em obras e este parece ser o momento adequado para que todas as questões de melhoria da acessibilidade, seja ela arquitetónica ou atitudinal, possam ser consideradas. É determinante que a equipa envolvida na definição deste projeto de requalificação do espaço patrimonial esteja sensibilizada e seja conhecedora do normativo legal e das várias soluções existentes.

Na nossa perspectiva, entendemos que circular no monumento com autonomia e segurança é encarado com um bom ponto de partida. Este desejo requer estudos de como melhorar as inclinações das rampas muito íngremes e projeções de novos percursos acessíveis para conter os ressaltos existentes. Percebemos que, em fase de projeto, muito ainda será implantado para salvaguardar a itinerância pelo exterior e interior do Castelo com segurança. Notámos junto dos responsáveis pelo projeto que existe ainda espaço para debate quanto à questão da acessibilidade física e que as soluções não estão ainda perfeitamente encontradas.

Considerando este enquadramento, parece-nos sobretudo útil frisar que nem só a acessibilidade física deverá ser alvo de reflexão num projeto que se quer integrado e integrador. É por isso, que deixamos elencadas algumas sugestões de outras valências da acessibilidade que podem/devem ser consideradas nesta fase de estudo:

- Na impossibilidade do visitante com mobilidade alcançar o interior do Castelelo, uma das alternativas poderá passar por criar uma ferramenta digital em vídeo que inicie na escadaria do castelejo, subo até ao seu interior e acompanhe a descida, com enfoque para as sepulturas antropomórficas, o contacto com as cisternas, a sinalização das seteiras e das troneiras e a vista sobre o miradouro, promovendo aí a contemplação demorada da envolvente. Considerar nesta ferramenta o recurso à audiodescrição, para que os cegos usufruam também do monumento;
- Instalar um mapa tátil e um eventual leitor de paisagem a partir do Quintal das Lapas;
- Definir um circuito para ser implantado piso tátil;
- Informar os utilizadores que os cães guias são permitidos e bem vindos no monumento;
- Ter informação sobre o áudio-guia e sobre a futura brochura em braile em formato visível e em mais do que uma língua no monumento;
- O posto de turismo que serve o Castelo apresenta um balcão com altura muito superior à recomendada, revelando uma atitude menos acolhedora para estes públicos. Propõe-se o seu rebaixamento.

4.3.11 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DO GERMANELO

Figura 149 – Castelo do Germanelo



Fonte: Município de Penela (2016)

Descrição:

Mandado edificar em 1142 por D. Afonso Henriques (1109-1185), o castelo não só integrou o sistema defensivo da Linha do Mondego, como garantiu a segurança dos trabalhadores cristãos relativamente às sucessivas incursões sarracenas. Erguido no topo de uma escarpa (Figura 152), com boas condições naturais de defesa e excelente domínio visual sobre a paisagem circundante, dominada por vales acentuados, o castelo desenha um triângulo irregular de vértices arredondados.

Planta aérea do Monumento:

A linha de muralha voltada a Norte (dotada de dezoito ameias) foi reconstruída pelo então proprietário Dr. Salvador Dias Arnaut, baseando-se, para o efeito, em fontes manuscritas e estudos geológicos e arqueológico, tendo o cuidado de utilizar material pétreo de origem, num exemplo de como as Cartas internacionais de conservação e restauro de património edificado obtinham algum impacto no meio académico nacional. As escavações arqueológicas entretanto conduzidas no local permitiram localizar as antigas portas, assim como a cisterna e fundações residenciais localizadas no perímetro interior. A subida de cerca de 1200 metros até ao Monumento é feita por um percurso em terra batida, hoje em dia convertido em PR de natureza, dada a diversidade e riqueza de flora e de fauna que a paisagem envolvente comporta.

Identifica-se ainda nesta imagem (Figura 153) as zonas ideais para a criação de estacionamento para o comum do visitante, considerando que neste momento não existe essa infra-estrutura criada. Sugere-se também a localização de um estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, mais próximo do monumento.

Figura 150 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/cstelo+do+germanelo/>, acessado em 10 de julho, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir duas áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeio);

B – Acessos e circulações (B.1. Acesso principal e circulação).

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 151: Vias ao redor do Monumento



Fonte: Própria.

Figura 152: Tipo de pavimentação



Fonte: Própria.

Figura 153: Áreas para estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 154: Circulações

Verifica-se nas Figuras 154, 155, 156 e 157 que:

Em torno do monumento os passeios apresentam diversos tipos de pavimentação e inclinação, o que dificulta o acesso ao mesmo. Não existe zona de estacionamento demarcada, como também não há lugares de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada. Desta forma, os passeios configuram-se desadequados derivado das seguintes características:

- Piso irregular no entorno;
- Ausência de sinalização;
- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- Deve existir sinalização que identifique que o percurso não é acessível [secção 4.14].

Propostas:

Por forma a contornar a condicionante física que dificulta o acesso ao monumento por parte das pessoas com mobilidade condicionada propõe-se o desenvolvimento de ações em dois níveis:

Nível 1:

- Criar uma zona de estacionamento junto à estrada de acesso ao monumento;
- Prever sinalização indicativa junto à zona desse estacionamento de que o Castelo dista cerca de 1200 metros e que esse percurso possui obstáculos de acesso, não sendo factível com autonomia por parte das pessoas com mobilidade condicionada. Em alternativa, estes visitantes deverão alcançar a zona de estacionamento reservado (dando indicações de acesso à mesma);
- Incluir pavimentação adequada para que os veículos possam transitar adequadamente;
- Criar espaços de descanso ao longo da subida/descida para quem realizam na íntegra o percurso.

Nível 2:

- Criar um estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, sujeito a coima pela utilização indevida, mais próximo do Monumento;
- Criar um percurso acessível a partir dessa zona de estacionamento reservado até ao Castelo do Germanelo (evitando a intervenção em toda a largura do percurso, pode-se optar por criar apenas um corredor central, por exemplo em material lajeado ou em aço corten, que permita a este visitante alcançar a entrada do monumento, ainda que com apoio);
- Prever a implantação de um sanitário acessível, incorporado na natureza e sem grande impacto visual, junto ao estacionamento reservado, que deve servir todos os utilizadores.

A. Acessos e circulações

A.1. Acesso principal e circulação



Fonte: Própria.

Figura 155: Acesso principal por escadaria



Fonte: Própria.

Figura 156: Acesso principal



Fonte: Própria.

Figura 157: Circulação principal – corredor



Fonte: Própria.

Figura 158: Corredor de circulação

Verifica-se nas Figuras 158, 159, 160 e 161 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Piso irregular;
- Ausência de sinalização;
- Ausência de corrimão nas escadarias;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Deve existir sinalização que identifique que o percurso não é acessível [secção 4.14];

- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados [secção 2.4];
- É recomendável guardas junto ao corrimão como proteção [secção 2.5.11];
- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

Propostas:

- Instalar corrimãos de acordo com a norma técnica em toda a extensão das escadas, em ambos os lados, e também junto aos passadiços, uma vez que estão acima de 40cm do solo;
- Prever sinalização indicativa que o Castelo possui obstáculos de acesso antes da intervenção seguinte ser concluída;
- Instalar rampas para acesso aos passadiços já existentes, estudando-se para o efeito o melhor percurso entre o estacionamento reservado e o monumento, ainda que se admita utilizar a vertente norte para entrada.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE CASTELO DO GERMANELO
1. Ações prioritárias:
<p>1.1. ESTACIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar uma zona de estacionamento junto à estrada de acesso ao monumento;
<p>1.2. INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prever sinalização indicativa junto à zona do estacionamento referido em 1.1. de que o Castelo dista cerca de 1200 metros e que esse percurso possui obstáculos de acesso, não sendo fazível com autonomia por parte das pessoas com mobilidade condicionada. Em alternativa, estes visitantes deverão alcançar a zona de estacionamento reservado (dando indicações de acesso à mesma);
<p>1.3. ESTACIONAMENTO RESERVADO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar um estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, sujeito a coima pela utilização indevida, mais próximo do Monumento;
<p>1.4. PERCURSO ACESSÍVEL E ACESSO AO MONUMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar um percurso acessível a partir dessa zona de estacionamento reservado até ao Castelo do Germanelo (evitando a intervenção em toda a largura do percurso, pode-se optar por criar apenas um corredor central, por exemplo em material lajeado ou em aço corten, que permita a este visitante alcançar a entrada do monumento, ainda que com apoio);
2. Ações de implementação a curto/médio prazo:

<p>2.1. SINALÉTICA</p> <ul style="list-style-type: none">- Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Castelo do Germanelo, de forma visível e próximo ao acesso principal;- Reforçar a sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviárias (torná-la mais visível);- Sinalizar a admissão de cães de assistência no Castelo e ao seu redor, uma vez que a área é aberta.
<p>2.2. ZONAS DE DESCANSO</p> <ul style="list-style-type: none">- Criar espaços de descanso ao longo da subida/descida para as pessoas que realizam na íntegra o percurso.
<p>2.3. CORRIMÃO/GUARDA CORPO</p> <ul style="list-style-type: none">- Instalar guarda corpo e corrimão nas escadarias de acesso ao Castelo.
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>3.1. AUDIODESCRIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- Considerar a implementação do recurso de audiodescrição, para que os cegos usufruam do Monumento (ferramenta a disponibilizar digitalmente).
<p>3.2. MAPA TÁTIL</p> <ul style="list-style-type: none">- Requalificar o leitor de paisagem e instalar um mapa tátil, podendo contemplar além do monumento a paisagem ao redor.
<p>3.3. SANITÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none">- Prever a implantação de um sanitário acessível, incorporado na natureza e sem grande impacto visual, junto ao estacionamento reservado, que deve servir todos os utilizadores.

4.3.12 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE POMBAL

Figura 159 – Interior do Castelo de Pombal



Fonte: Própria.

Descrição:

De planta poligonal irregular (Figura 162), em forma de escudo, e no interior com a imponente Torre de Menagem, foi construído entre 1156 por D. Gualdim Pais, sobre um maciço rochoso à margem do rio Arunca.

No reinado de D. Sancho I foi ampliado, e voltou a ser objeto de cuidado régio no reinado de D. Manuel I, quando aconteceram obras de reconstrução nos seus panos de muralhas, das quais se destaca a abertura da nova porta principal, disposta para poente e de uma janela de linhas manuelinas.

Foram feitas diversas alterações na arquitetura militar, até ser residência dos alcaides-mores de Pombal. Em 1811 com a 3ª Invasão Francesa, foi devastado pelas tropas francesas sendo novamente recuperado e reconstruído em 1940, por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Recentemente sofreu obras de requalificação passando a dispor, no seu exterior, de uma Cafeteria com vista sobre a cidade e, no interior das suas muralhas, de um Posto de Acolhimento Turístico. Todas as áreas do Castelo foram visitadas. O Município de Pombal disponibiliza no seu portal um Plano de Promoção da Acessibilidade que integra Manuais Técnicos direcionados ao espaço urbano.

Planta aérea do Monumento:

Próximo dos sanitários públicos, em frente à entrada principal do cemitério municipal da cidade, encontramos o estacionamento reservado a pessoas com mobilidade condicionada. O veículo da pessoa com mobilidade condicionada não conseguirá aproximar-se mais do que isto para a visita ao castelo, uma vez que a partir daqui o caminho até ao monumento é feito através de uma rampa com inclinação acentuada e sem segurança para estacionamento destas viaturas.

Percorrer esta rampa de forma autónoma afigura-se como uma tarefa apenas passível para cadeirantes com grande condição física. Ultrapassada a rampa, podemos continuar no percurso empedrado até chegarmos à cafeteria do Castelo.

A partir deste ponto temos acesso ao Castelo de duas formas. Por um lado, Figura 163, através de uma longa escadaria até à porta principal (manuelina) ou, em alternativa, continuando a rodear o monumento através do caminho empedrado. Próximo das ruínas da Igreja encontraremos outro acesso para alcançar o castelo. Para o tomarmos teremos de ultrapassar um degrau, com espelho muito acentuado, e percorrer depois pisos com diferentes tipos de pavimentação (pedra rolada e vegetação).

Figura 160 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+pombal/>, acessado em 17 de maio, 2021.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir três áreas de análise:

A – Área Externa (A.1. Passeios e A.2. Estacionamentos);

B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna e B. 3 – Torre)

C – Instalações sanitárias.

A. Área externa

A.1. Passeios:



Fonte: Própria.

Figura 161: Passeio disponível na Mata do



Fonte: Própria.

Figura 162: Passeio em areia



Fonte: Própria.

Figura 163: Passeio em pedra irregular



Fonte: Própria.

Figura 164: Desnível com + 0,35m de altura

Verifica-se nas Figuras 164, 165, 166 e 167 que:

Apesar do percurso a ser percorrido entre o lugar de estacionamento reservado (junto ao cemitério) até ao acesso principal do Castelo ser na sua maioria rampeado, o tipo de pavimentação varia muito, apresentado o caminho alguns pontos mais sensíveis, com ressaltos altos em pedra que dificultam a manobra, sobretudo para os utilizadores de cadeira de rodas. Por conseguinte, os passeios, ainda que rampeados, em algumas zonas são desadequados considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos;
- Inclinações acima do confortável para a utilização autónoma em cadeira de rodas;
- Ausência de corrimãos em alguns trechos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.6]:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m;
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8];
- As rampas devem ter a menor inclinação possível [secção 2.5];
- As rampas devem possuir corrimãos e esses devem ser contínuos ao longo dos vários lanços e patamares de descanso [secção 2.5].

Proposta:

- Criar sobre o caminho já existente, entre o lugar de estacionamento e o acesso principal do Castelo (porta manuelina), um percurso pedonal acessível, com a superfície pavimentada lisa e uma inclinação constante, para que proporcione uma circulação segura e confortável às pessoas com mobilidade condicionada, conforme parâmetros estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 1.1 – Percurso

Acessível]. Uma sugestão passível de ser considerada passa por trabalhar esse percurso pedonal com recurso ao aço, uma vez que o material já foi utilizado na última intervenção do monumento.

- Aproximar o lugar de estacionamento reservado à entrada do castelo é também uma forma de minimizar o esforço desta deslocação. Para que isto fosse possível, deveria ser considerado um lugar de estacionamento apenas para veículos de pessoas com mobilidade condicionada mais próximo da entrada alternativa à escadaria do Castelo. A existência deste lugar deveria ser comunicada junto à barreira pré-existente, facultando também o contacto do posto de acolhimento turístico para acesso ao mesmo. A marcação de um estacionamento reservado junto ao Castelo deveria cumprir a norma técnica.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 165: Parqueamento



Fonte: Própria.

Figura 166: Estacionamento

Verifica-se nas Figuras 168 e 169 que:

O lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada está desadequado considerando os seguintes itens:

- Ausência de demarcação adequada no piso e faixa de acesso;
- Distância com mais de 100m até ao acesso principal do Monumento.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Ajustar o estacionamento existente às normas, uma vez que atende também aos utilizadores do cemitério;
- Criar um estacionamento acessível, Figura 170, numa posição mais privilegiada junto ao acesso principal do Castelo.

Figura 167 – Lugares de estacionamento reservado (existente e proposto)



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+pombal/>, acessado em 17 de maio, 2021.

A. Acessos e circulações

A.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 168: Acesso principal – vista exterior



Fonte: Própria.

Figura 169: Acesso principal – vista interior

Verifica-se nas Figuras 171 e 172 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica]:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];

- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Ajustar o patamar existente junto ao acesso para que não exista o desnível de soleira atual de 0,20m, o que claramente impede a circulação autónoma da pessoa em cadeiras de rodas.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 170: Primeira circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 171: Acesso ao posto de turismo



Fonte: Própria.

Figura 172: Tipos de desníveis



Fonte: Própria.

Figura 173: Circulações internas

Verifica-se nas Figuras 173, 174, 175 e 176 que:

Apesar das circulações internas do Castelo não possuírem muitas inclinações, o tipo de pavimentação disponível (em gravilha e pedra irregular), com alguns pontos sensíveis de ressaltos bastante altos também em pedra, dificulta muito a manobra da pessoa com mobilidade condicionada, em particular com a cadeira de rodas. Assim sendo, a circulação no interior é considerada desadequada considerando:

- Presença de desníveis e ressaltos.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica]:

- A altura do lancil em toda a largura (mínima de 1,20m) das passagens de peões não deve ser superior a 0,02m [secção 1.6];

- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [secção 4.8].

Propostas:

- Será importante garantir a circulação contínua do visitante com mobilidade condicionada, considerando tanto as diferenças de piso, como as diferentes texturas de piso disponíveis. Por conseguinte, sugerimos a criação de capas metálicas para as soleiras em pedras desniveladas e para as trocas de piso, conforme a figura 16 ilustra;

- O ideal passaria por criar um percurso acessível no interior do Castelo, que incluisse pelo menos o acesso até ao posto de acolhimento turístico, uma vez que aí poderia ter acesso a todas as informações necessárias acerca do monumento.

B.3. Torre



Fonte: Própria.

Figura 174: Escadaria para acesso a Torre.



Fonte: Própria.

Figura 175: Torre.

Verifica-se nas Figuras 177 e 178 que:

O acesso à torre apresenta-se desadequado no cumprimento dos seguintes itens:

- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias.

- Ausência de corrimão.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica:

- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4].

- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados [secção 2.4];

Propostas:

- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie no primeiro degrau das escadas da torre, acompanhe a subida, alcance o topo e promova a descida da torre, a fim de que seja disponibilizado ao visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, a experiência de subir e visitar uma parte do monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.

- Instalar corrimãos de acordo com a norma técnica em toda a extensão das escadas, além do guarda corpo existente.

B. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 176: Acesso Sanitário Acessível



Fonte: Própria.

Figura 177: Sanita do Sanitário

Verifica-se nas Figuras 179 e 180 que:

Apesar da instalação sanitária estar executada de forma impecável, apresentam-se duas ressalvas:

- Está extremamente longe do Castelo;

- Encontra-se desadequada pela ausência de comando de alarme de emergência.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica:

- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior [secção 2.9].

Propostas:

- Instalação de comando de emergência no WC, uma vez que atende também os utilizadores do cemitério;

- Criação de uma nova instalação sanitária acessível, mais próximo do monumento, que atenda ao público em geral que visita o Castelo, mas também ao técnico que presta acolhimento no posto de turismo.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE CASTELO DE POMBAL	
17. Ações prioritárias:	
17.1.	<p style="text-align: center;">ACESSO PRINCIPAL AO CASTELO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nivelar a altura da soleira com o patamar de acesso da porta principal (manuelina); - Colocar uma forma rampeada de aceder ao degrau do acesso alternativo.
17.2.	<p style="text-align: center;">TROCAS DE PISO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustar os desníveis entre as trocas de piso, especificamente nas soleiras e ressaltos no piso, podendo criar mecanismos em aço sobre as placas de pedra; - Criar um percurso acessível no interior do Castelo, que incluísse pelo menos o acesso até ao posto de acolhimento turístico.
17.3.	<p style="text-align: center;">SANITÁRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de comando de emergência no sanitário existente junto ao Cemitério; - Criação de uma nova instalação sanitária universal e acessível, mais próximo do monumento, que atenda ao público em geral que visita o Castelo, mas também ao técnico que presta acolhimento no posto de turismo.
17.4.	<p style="text-align: center;">ESTACIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustar o estacionamento reservado existente às normas técnicas.
18. Ações de implementação a curto/médio prazo:	
18.1.	<p style="text-align: center;">SINALÉTICA</p> <p>18.1.1. Externa:</p>

<p>18.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Castelo de Pombal, de forma visível e próximo à porta de acesso principal.</p> <p>18.1.2. Interna:</p> <p>18.1.2.1. Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.</p>
<p>18.2. CORRIMÃO</p> <p>- Instalar corrimão na escadaria de acesso a torre, de acordo com o padrão já existente na unidade, uma vez que a mesma só possui um guarda corpo em aço.</p>
<p>2.3. ESTACIONAMENTO</p> <p>- Reservar junto ao acesso principal do Castelo, estacionamento exclusivo para pessoas em cadeiras de rodas, e garantir um percurso acessível até o Castelo. Para tal será necessário o ajuste dos desníveis existentes em todo o trajeto pedonal.</p>
<p>2.4. SANITÁRIOS</p> <p>- Instalação de comando de emergência no sanitário existente junto ao Cemitério.</p>
<p>3. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>3.1. PISO TÁTIL</p> <p>- Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir do estacionamento exclusivo.</p>
<p>3.2. MÍDIAS</p> <p>- Criar uma ferramenta digital, em vídeo ou em realidade virtual, que inicie no primeiro degrau das escadas da torre, acompanhe a subida, alcance o topo e promova a descida da torre, a fim de que seja disponibilizado ao visitante com mobilidade condicionada a possibilidade de vivenciar, ainda que virtualmente, a experiência de subir e visitar uma parte do monumento à qual não tem acesso pela sua condição física.</p>

4.3.13 Relatório Técnico e Plano de Ação: CASTELO DE SOURE

Figura 178 – Fachada Principal



Fonte: Própria.

Descrição:

A visita ao Castelo de Soure, Figura 181, permite perceber a sua planta retangular e observar duas torres, a de menagem à direita de quem entra, e outra no lado oposto, com ajimez. Esta última torre não disponibiliza acesso ao público. A visita no interior do monumento circunscreve-se ao pátio central, ajardinado. Junto ao Castelo, no seu exterior, encontramos as ruínas da Igreja da Nossa Senhora da Finisterra e o Centro Interpretativo do Espaço Muralhado de Soure.

Contíguo ao Castelo de Soure encontramos um edifício que, segundo fonte do Município, foi durante os últimos anos posto de turismo e que será, no futuro, reconvertido em galeria cultural. No dia da visita este espaço encontrava-se encerrado ao público, tendo-nos sido facultado acesso para visita técnica.

Planta aérea do Monumento:

A fachada do Castelo que permite o acesso à sua praça de armas, Figura 182, está voltada para um largo, onde encontramos as ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Finisterra. Este largo é apenas utilizado para circulação pedonal, exepcto por viaturas técnicas da autarquia. O derrube do pano de muralha da fachada oposta, permite a partir do interior do Castelo ter acesso visual sobre o parque multifunções “Soure 1111” (utilizado como parque de estacionamento, para a feira semanal ou eventos), servido de estruturas sanitárias públicas onde encontramos um wc adaptado praticável, e ainda sobre o Parque dos Baceiros.

Figura 179 – Imagem aérea do Monumento e seu entorno



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+soure/>, acessado em 07 de maio, 2021

Planta do Monumento:

Para melhor compreensão da análise efetuada, apresenta-se a planta do Monumento (Figura 183), considerando o seu único espaço de visitação, a praça de armas.   importante ressaltar que internamente, existe apenas pavimentação de um corredor de acesso principal, sendo o restante espaço coberto por relva.

Figura 180 – Planta do Monumento



Fonte: Acervo da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

Análise técnica da acessibilidade física no Monumento:

Colaborando para uma leitura simplificada da acessibilidade no Monumento, optou-se por definir cinco áreas de análise:

- A – Área Externa (A.1. Passeio e A.2. Estacionamento);
- B – Acessos e circulações (B.1. – Porta de acesso principal; B.2. – Circulação interna);
- C – Instalações públicas sanitárias (disponíveis no Parque Multifunções “Soure 1111”);
- D – Antigo posto de turismo | Futura Galeria;
- E - Centro Interpretativo do Espaço Muralhado de Soure.

A. Área externa

A.1. Passeio:



Fonte: Própria.

Figura 181: Passeio em frente ao acesso



Fonte: Própria.

Figura 182: Passeio ao redor do Castelo

Verifica-se nas Figuras 184 e 185 que:

Apesar do pavimento que circunda o Castelo se encontrar todo aparentemente ao mesmo nível, o facto dele ser executado em pedra irregular atrapalha o uso de cadeiras de rodas, isto para além de na prática apresentar ressaltos e desníveis ao longo do caminho, o que o torna um passeio desadequado.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [Secção 4.8].

Proposta:

Ajustar a pavimentação ao redor do Castelo de forma a garantir a sua uniformidade para que o percurso se torne acessível e proporcione o acesso seguro e confortável por parte das pessoas com mobilidade condicionada até o Monumento.

A.2. Estacionamento



Fonte: Própria.

Figura 183: Possíveis lugares para Estac.



Fonte: Própria.

Figura 184: Parqueamento existente

Verifica-se nas Figuras 186 e 187 que:

Não existe lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada junto ao castelo.

Parâmetro normativo a aplicar:

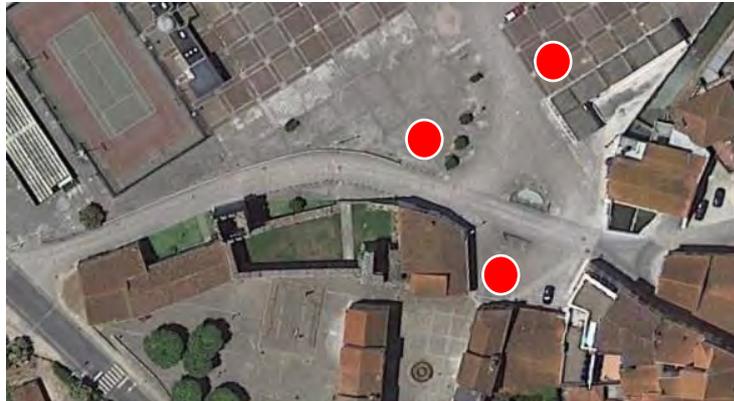
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006 [Norma técnica, secção 2.8], é necessário:

- Um lugar em espaços de estacionamento com uma lotação não superior a 10 lugares;
- Criar uma faixa de acesso lateral com largura útil não inferior a 1m;
- Demarcar os seus limites por linhas pintadas no piso em cor contrastante;
- Identificar com o símbolo internacional de acessibilidade, pintado no piso, com tamanho mínimo de 1m, de um dos lados;
- Estar localizado ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada do edifício.

Propostas:

- Criar pelo menos um lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada, o mais próximo possível do acesso principal do Castelo, Figura 188.

Figura 185 – Propostas de estacionamento reservado para servir o Monumento.



Fonte: <https://earth.google.com/web/search/castelo+de+soure/>, acessado em 07 de maio, 2021.

A. Acessos e circulações

B.1. Porta de acesso principal – público em geral



Fonte: Própria.

Figura 186: Acesso principal – vista exterior



Fonte: Própria.

Figura 187: Acesso principal – vista interior

Verifica-se nas Figuras 188 e 189 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Ausência de átrio do lado externo;
- Acesso concomitante com inclinação da rampa;
- Ausência de zona de manobra;
- Largura das folhas das portas insuficiente.

Parâmetro normativo a aplicar:

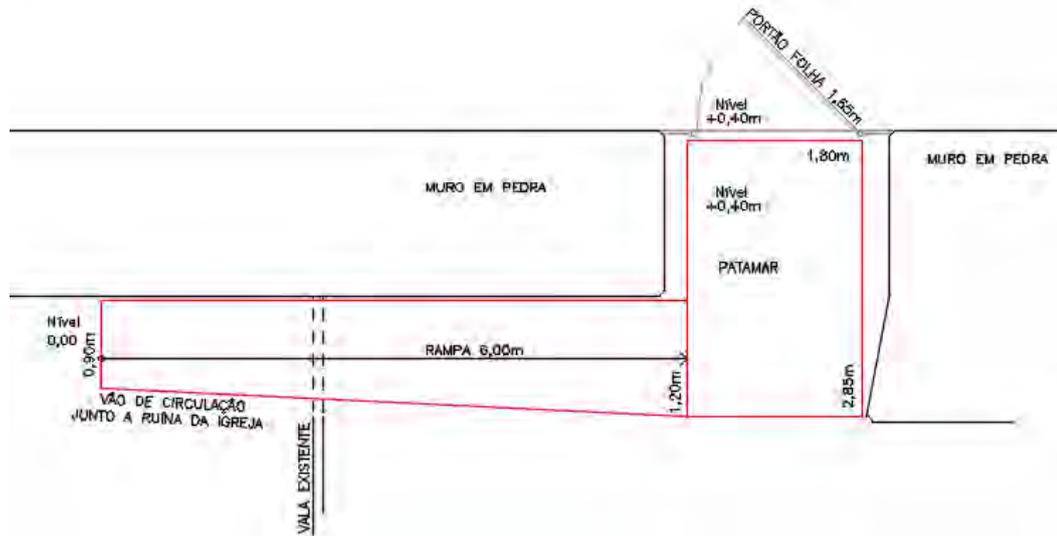
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- No caso de existirem portas com duas folhas operadas independentemente, pelo menos uma delas deve ter no mínimo 0,77m [Secção 4.9];
- Do lado exterior das portas de acesso deve ser possível inscrever uma zona de manobra para rotação 360º [Secção 2.2].
- As rampas devem ter a menor inclinação possível [Secção 2.5].

Propostas:

- Substituir as duas folhas de porta existentes, por apenas uma de abrir, o que conseguiria garantir um vão mínimo livre de acesso de 1,50m.
- Criar uma rampa de acesso com inclinação adequada e com átrio de chegada nivelado em função do piso interno do Castelo, Figura 191.

Figura 188 – Sugestão de rampa para acesso principal.



Fonte: Elaboração Própria.

B.2. Circulação interna



Fonte: Própria.

Figura 189: Praça de Armas



Fonte: Própria.

Figura 190: Pavimentação interna

Verifica-se nas Figuras 192 e 193 que:

Sendo praticável, constata-se que a única circulação interna do Castelo possui uma largura maior do que 2m, o que torna viável a circulação de cadeiras de rodas. Ressalva-se apenas que o tipo de pavimentação em pedra causa algum desconforto para estes utilizadores.

B. Instalações sanitárias



Fonte: Própria.

Figura 191: Acesso Sanitário Acessível.



Fonte: Própria.

Figura 192: Acesso Sanitário Acessível.

Verifica-se nas Figuras 194 e 195 que:

Apesar do castelo não possuir instalações sanitárias próprias, existem wc's públicos localizados no parque multifunções "Soure 1111". Distam aproximadamente 87,00 metros da entrada do monumento, pelo que a sua utilização, ainda que não seja a ideal, é considerada praticável. Considerando uma análise cuidada ao wc adaptado, verifica-se que ele é desadequado no cumprimento dos seguintes itens:

- Barras de apoio laterais fixas no piso e na parede;
- Abertura da porta no sentido onde não há zona de manobra;
- Ausência de comando de alarme de emergência.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o explanado na norma técnica [secção 2.9]:

- Se existirem barras de apoio lateral que sejam adjacentes à zona livre, devem ser rebatíveis na vertical;
- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior;
- As portas devem possuir zonas de manobra desobstruídas e de nível [Secção 4.9].

Propostas:

- Substituir as barras de apoio laterais por barras rebatíveis;
- Instalação de comando de emergência;

- Inverter o sentido de abertura da porta de acesso.

C. Futura Galeria Cultural de Soure | Antigo Posto de Turismo

O antigo Posto de Turismo de Soure, futura galeria cultural, está localizado junto ao Castelo. A existência deste espaço garante ao visitante um ponto de apoio na prestação de informação sobre o monumento. Porém, atualmente, apenas se consegue aceder ao edifício por escadarias, o que o torna impraticável para as pessoas com mobilidade condicionada. Outro fator relevante a ser considerado nesta visita foi a existência de balcão alto na recepção, o que funciona como um inibidor ao acolhimento da pessoa em cadeira de rodas.



Fonte: Própria.

Figura 193: Acesso ao Posto de Turismo



Fonte: Própria.

Figura 194: Balcão existente

Verifica-se nas Figuras 196 e 197 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Existência de degraus de tamanhos, larguras e alturas diversas;
- Ausência de zona de manobra, antes do acesso;
- Ausência de corrimão na escadaria;
- Ausência de rampas e/ ou plataformas elevatórias;
- Largura das folhas das portas insuficiente.

No interior, o balcão de atendimento possui uma altura acima do permitido no cumprimento da acessibilidade.

Vale ressaltar também que este edifício possui sanitários somente para uso restrito dos funcionários.

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

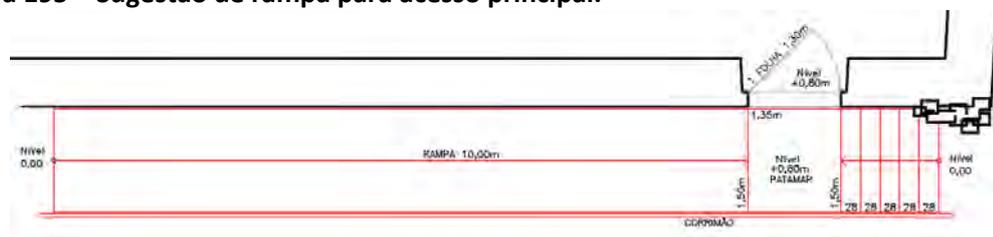
- As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,40m devem possuir corrimãos de ambos os lados [secção 2.4];
- A altura (espelho) não deve superior a 0,18m [secção 2.4];

- É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias [secção 2.4];
- No caso de existirem portas com duas folhas operadas independentemente, pelo menos uma delas deve ter no mínimo 0,77m [Secção 4.9];
- Do lado exterior das portas de acesso deve ser possível inscrever uma zona de manobra para rotação 360º [Secção 2.2];
- As rampas devem ter a menor inclinação possível [Secção 2.5];
- Balcões de atendimento devem possuir uma altura entre 0,75m e 0,85m [Secção 2.12].

Propostas:

- Instalar corrimãos de acordo com a norma técnica em toda a extensão das escadas e rampas;
- Substituir as duas folhas de porta existentes, por apenas uma de abrir, o que conseguiria um vão livre de acesso de 1,30m. É também importante ajustar o sentido de abertura da porta, uma vez que o público deva entrar e visualizar de imediato o balcão (Figura 199);
- Criar uma rampa de acesso com inclinação adequada e um átrio de acesso nivelado com o piso interno do edifício que servirá a porta mais próxima do pano de muralha do castelo (Figura 198);
- Ajustar a escada existente para os padrões permitidos

Figura 195 – Sugestão de rampa para acesso principal.



Fonte: Elaboração Própria.

Figura196 – Sugestão de novo balcão em marcenaria junto ao existente em alvenaria.



Fonte: Elaboração Própria.

D. Centro Interpretativo do Espaço Muralhado de Soure

Pela sua importância como polo cultural, o Centro Interpretativo do Espaço Muralhado de Soure foi ainda contemplado nesta visita. Este espaço contemporâneo apresenta uma sala de exposições, com equipamentos multimídias, um anfiteatro, uma sala reservada para serviços educativos no primeiro piso, sanitários e uma esplanada externa. A entrada principal apresenta dimensões acessíveis. Porém é necessário que permaneça sempre aberta, pois quando fechada o visitante com cadeira de rodas não consegue com autonomia abri-la. Internamente as circulações são amplas e somente o andar superior é inacessível.



Fonte: Própria.

Figura 197: Acesso Principal



Fonte: Própria.

Figura 198: Balcão da recepção



Fonte: Própria.

Figura 199: Troca de níveis



Fonte: Própria.

Figura 200: Sanitário

Verifica-se nas Figuras 202 e 203 que:

O acesso principal é desadequado considerando os seguintes itens:

- Existência de mobiliário como obstáculo no percurso;
- Balcão de atendimento com altura acima do permitido;

O sanitário é desadequado considerando os seguintes itens:

- Ausência de barras de apoio nas laterais da sanita;
- Ausência de comando de alarme de emergência no sanitário.

A circulação entre o interior e o exterior é desadequada considerando o seguinte item:

- Presença de desníveis e ressaltos;

Parâmetro normativo a aplicar:

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 163/2006, deve ser considerado o seguinte:

- Os balcões de atendimento devem possuir uma altura entre 0,75m e 0,85m [Secção 2.12].
- Os percursos pedonais devem ser em todo o seu desenvolvimento, desimpedido de obstruções [Secção 4.3];
- Se existirem barras de apoio lateral que sejam adjacentes a zona livre, devem ser rebatíveis na vertical [secção 2.9];
- As instalações sanitárias devem possuir alarme de emergência ligado ao sistema de alerta para o exterior [secção 2.9].
- As mudanças de nível abruptas, tais como ressaltos de soleiras, desníveis no piso, alteração do material de revestimento, devem ser evitadas [Secção 4.8];

Propostas:

- Ajustar o balcão para que parte dele seja rebaixada;
- Afastar o balcão o necessário para não impedir o fluxo normal no acesso principal;
- Acréscimo de barras de apoio nas laterais da sanita e alarme para o exterior.
- Substituir a soleira em mármore existente por uma peça de mesmo material com chanfro de acabamento. De modo que a roda da cadeira ou de um carro de bebe por exemplo não prenda, e sim deslize.

PROGRAMA DE AÇÃO NO DOMÍNIO DA ACESSIBILIDADE CASTELO DE SOURE	
21. Ações prioritárias:	
21.1.	ACESSO PRINCIPAL AO CASTELO - Implantar uma rampa metálica de acordo com os parâmetros das normas técnicas; - Propõe-se a substituição das duas folhas do portão em ferro existente por apenas uma, mantendo a fachada e tirando partido da largura total do vão.
21.2.	ACESSO PRINCIPAL AO EDIFÍCIO CONTÍGUO AO CASTELO (ANTIGO POSTO DE TURISMO) - Implantar uma rampa metálica de acordo com os parâmetros das normas técnicas;

<p>- Propõe-se a substituição das duas folhas de porta existentes por apenas uma, mantendo a fachada, a aparência concordante com as restantes, mas tirando partido da largura total do vão.</p>
<p>21.3. SANITÁRIOS - Ajustar o sanitário acessível do Parque Multifunção “Soure 1111” e do Centro Interpretativo do espaço muralhado de Soure, de acordo com a Norma Técnica.</p>
<p>21.4. BALCÕES - Ajustar o balcão existente no Centro Interpretativo do espaço muralhado de Soure de acordo com as normas técnicas e acrescentar um ao já existente no edifício do antigo Posto de Turismo, para que esta nova composição atenda as pessoas em cadeiras de rodas condignamente.</p>
<p>21.5. ESTACIONAMENTO - Criar um estacionamento reservado num local mais privilegiado e próximo do acesso principal do Castelo de Soure.</p>
<p>22. Ações de implementação a curto/médio prazo:</p>
<p>22.1. SINALÉTICA 22.1.1. Externa: 22.1.1.1. Sinalizar o monumento, com a implantação do nome Castelo de Soure, de forma visível e próximo à porta de acesso principal; 22.1.1.2. Colocar sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário. 22.1.2. Interna: 22.1.2.1. Sinalizar a admissão de cães de assistência nos espaços internos do Castelo.</p>
<p>22.2. TROCAS DE PISO, designadamente em dois espaços: - No acesso aos sanitários do Parque Multifunções “Soure 1111”; - Do interior para o exterior do Centro Interpretativo do espaço muralhado de Soure; – Nos dois espaços supracitados devemos ajustar os desníveis entre as trocas de piso, especificamente próximo às soleiras e quando se inicia uma rampa.</p>
<p>2.3 LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA - Fomentar junto ao Posto de Turismo a divulgação de vídeo promocional do Castelo, entre outros, incluindo legendas em outros idiomas e, também, em língua gestual portuguesa.</p>
<p>2. Ações de implementação a longo prazo:</p>
<p>23.1. PISO TÁTIL - Definir um circuito para ser implantado piso tátil a partir da receção da galeria cultural;</p>

23.2. AUDIODESCRIÇÃO - Considerar a implementação do recurso de Audiodescrição, para que os cegos usufruam do Castelo de Soure
23.3. MAPA TÁTIL - Instalar mapa tátil do Castelo de Soure e envolvente.

4.4 Estado da arte dos monumentos no âmbito da Rede no domínio da acessibilidade

Como síntese conclusiva da parte prática do trabalho, foi elaborado um quadro (Quadro 6) que nos retrata a realidade atual das condições de acessibilidade física nos monumentos da Rede.

Os pontos avaliados foram escolhidos como forma de garantir a acessibilidade mínima para que o visitante percorra o monumento com autonomia, sendo:

- 1) **Lugar de estacionamento** reservado para veículos de pessoas com mobilidade condicionada;
- 2) **Percurso entre o estacionamento e a entrada do edifício** sem a presença de degraus, piso irregular ou rampas muito íngremes;
- 3) **Acesso ao edifício** feito com rampas de inclinação adequada e sem escadas;
- 4) **Porta de entrada** principal acessível à total autonomia de pessoas;
- 5) **Presença de Elevador** e/ ou plataforma elevatória;
- 6) **WC adaptado** (instalações sanitárias) para pessoa com mobilidade condicionada;
- 7) **Balcão de atendimento** rebaixado;
- 8) **Circuito acessível no monumento** com total autonomia.

É fácil notar no quadro abaixo que muito ainda se encontra a conquistar no âmbito da acessibilidade física, para que o visitante percorra e visite o edifício com autonomia.

Vale ressaltar que a acessibilidade física não se esgota nesses oito itens demonstrados no Quadro 06, porém a intenção da pesquisa é que um caminho seja traçado e conquistas sejam alcançadas. Se cada município se comprometer em iniciar a implementação de alguma ação sugerida, já entendemos como válido o trabalho aqui realizado.

Quadro n.º 06 – Panorama atual do estado da acessibilidade física, nos monumentos da Rede.

 Acessível  Praticável  Não Acessível  Em obras	Lugar de estacionamento reservado para veículos de pessoas com mobilidade condicionada.	Percurso entre o estacionamento e a entrada do edifício sem a presença de degraus, piso irregular ou rampas muito íngremes.	Acesso ao edifício feito com rampas de inclinação adequada e sem escadas.	Porta de entrada principal acessível à total autonomia de pessoas.	Presença de Elevador e/ou plataforma elevatória.	WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada.	Balcão de atendimento rebaixado.	Circuito acessível no monumento com total autonomia.
Complexo Mon. de Santiago da Guarda								
Torre de Anto (Coimbra)								
Torre de Almedina (Coimbra)								
Torre de Buarcos (Figueira da Foz)								
Fortaleza de Buarcos (Figueira da Foz)								
Forte de Sta. Catarina (Figueira da Foz)								
Castelo da Lousã								
Antigo Castelo de Miranda do Corvo								
Castelo de Montemor-o-Velho								
Castelo de Penela								
Castelo do Germanelo								
Castelo de Pombal								
Castelo de Soure								

Fonte: Elaboração própria

Dos treze espaços em estudo, somente quatro apresentaram soluções de verdadeira acessibilidade, nos oito pontos avaliados. Quatro não iniciaram sequer um caminho, já os outros cinco restantes, apesar de serem perceptíveis a tentativa e iniciativa de implantação de acessibilidade, é nítido a necessidade de ajustes às normas técnicas.

Como exemplo de informações relevantes à serem disponibilizadas aos visitantes, estão, as iniciativas já conquistadas por alguns monumentos, como:

- Instalações sanitárias acessíveis nos monumentos de Santiago da Guarda, Miranda do Corvo e Pombal. Vale ressaltar que são instalações que ainda necessitam de ajustes para se apresentarem conforme exigido na norma técnica vigente, porém, é considerado praticável o seu uso;
- Cadeira de rodas disponíveis no Complexo Monumental de Santiago da Guarda;

- Estacionamento reservado nos monumentos de Santiago da Guarda, Miranda do Corvo, Figueira e Pombal;
- Balcão de atendimento rebaixado nos monumentos de Santiago da Guarda, Lousã, Miranda do Corvo, Figueira e Pombal;
- Esplanada e parque infantil acessível no entorno nos monumentos de Santiago da Guarda, Figueira e Pombal.

Outro aspecto de extrema relevância em destaque nas visitas técnicas, foi o potencial humano encontrado. Este aspecto foi passível de análise uma vez que em todas as visitas técnicas podemos estar com a equipa que se encontra na linha de frente do monumento. Um potencial humano comprometido é aquele que enxerga e busca algumas soluções práticas para atender a diversidade humana. Foi o que encontramos nos monumentos de Santiago da Guarda, Figueira, Pombal e Soure, uma equipa envolvida com o tema da acessibilidade e sensibilizada em fazer diferente para atender melhor.

Por outro lado, há Municípios que nunca olharam para a acessibilidade física, talvez por acreditarem ser custosa e difícil de ser implantada. Porém, existem propostas além das físicas que podem suprir obstáculos existentes, como é o exemplo de alguns serviços que podemos propor, como um vídeo de realidade virtual que retrate a vista do alto de uma torre medieval. O importante é que haja envolvimento e interesse em pensar a acessibilidade de todos os envolvidos com o monumento.

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO

A finalidade do presente trabalho é demonstrar que a adequação à acessibilidade pode ser implementada mesmo com as limitações necessárias à preservação do bem patrimonial.

Três etapas foram estabelecidas para averiguar o objetivo proposto. Primeiramente, a análise teórica dos parâmetros existentes, como leis e normas, que dão suporte para o possível contato entre os campos de preservação e acessibilidade.

Posteriormente, a avaliação técnica, relativa à acessibilidade física e as adaptações feitas nos treze monumentos da Rede, destacando suas qualidades e limitações.

Finalmente, o contributo de ideias práticas de intervenções para que se trilhe um caminho focado em alcançar conquistas concretas no âmbito da acessibilidade.

Percebemos, que o diálogo entre preservação e acessibilidade precisa avançar para dar boas soluções de acesso e circulação e, assim, não inibir a participação de ninguém, visitantes e comunidade, quaisquer que sejam suas características sensoriais, cognitivas e motoras.

Em relação ao procedimento metodológico, a experiência foi positiva, demonstrando que de forma rápida e efetiva podemos propor um caminho a ser traçado com metas claras e objetivas na implantação da acessibilidade. A avaliação durante o processo de visita técnica, obteve diagnósticos reais que colaboram nas reabilitações e reformas dos próprios ambientes objeto dos estudos de caso e na elaboração de diretrizes para projetos futuros. Os resultados dos relatórios e projetos contêm recomendações para adaptações e melhorias na acessibilidade do monumento, podendo ser desenvolvidas de forma a servir como diretrizes para projetos de novos ambientes acessíveis.

Sobre o aporte teórico de fundamentação, verificou-se que as publicações disponíveis são suficientes e adequadas quanto às recomendações para suprir as necessidades técnicas. Contudo, é necessário que as sugestões dos planos de ação sejam detalhadas ao nível de projetos de execução, uma vez que o trabalho desenvolvido não tem como foco o detalhamento de arquitetura.

Em virtude da situação que foram expostas na pesquisa, percebe-se que a realidade da Rede de Castelos e Muralhas no âmbito da acessibilidade, necessita de avanços primordiais para a consolidação dos monumentos enquanto espaços acessíveis. Compreende-se então, que medidas paliativas podem ser inseridas podendo assim permitir o acesso aos monumentos, tendo como base algumas intervenções físicas que permitam o acesso de pessoas sem e com deficiência e mobilidade reduzida. Deve-se primeiramente, fazer a implementação de planos locais de acessibilidade, com o objetivo de minimizar as situações de barreiras encontradas no monumento, permitindo facilidade de locomoção e acesso. Por se tratar de um tema em constante debate, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas em monumentos e património com boas práticas de acessibilidade já implantadas, como a cidade de Ávila por exemplo, para identificar como os visitantes percebem a acessibilidade nesses espaços. Conclui-se que é fundamental que os municípios, percebam a importância da implantação e execução da acessibilidade nos monumentos, levando em consideração as singularidades patrimoniais, envolvendo todos os atores na efetivação e avanço das ações, para transformar esse património em um território acessível a todos. Além disso, é inquestionável a importância da acessibilidade no processo de transformação de um destino turístico num destino turístico inteligente. Entende-se então que a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência e qualidade de vida, são muito mais do que necessidades, são perspectivas de tornar os monumentos acessíveis, verdadeiramente para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Accessible Portugal (2020). *Relatório de Acessibilidade - Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro*. Disponível a partir de: https://www.batalhadovimeiro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_2/Acessibilidade/Relat%C3%B3rio%20de%20Acessibilidade_CEN492_CIBVPT%20-%20Copy.pdf
- Ambrose, I., Garcia, A., Papamichail, K., & Veitch, C. (2017). *Manual de gestão de destinos turísticos acessíveis*. European Network for Accessible Tourism.
- Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (2017). *Directório – Acessibilidade em Espaços Culturais e Artísticos*. Disponível a partir de: <https://www.cm-pombal.pt/wp-content/uploads/2018/01/Direct%C3%B3rio-Acessibilidade-Em-Espa%C3%A7os-Culturais-e-Art%C3%ADsticos.pdf>
- Bernardini, N., & Kowaltowski, D. C. C. K. (2005, 7 de outubro). *Reflexões sobre a aplicação dos conceitos do desenho universal no processo de projeto de arquitetura*, pp. 155-161. Maceió: ENCAC-ELACAC.
- Blichfeldt B. S., & Nicolaisen J. (2011, Agosto). *Disabled travel: not easy, but doable*. *Current Issues in Tourism*, 14(1), 74-102. Doi: 10.1080/13683500903370159.
- BMWA. (2004). *Federal Ministry of Economic and Labour - Economic Impulses of Accessible Tourism for All - Report*. Berlin: Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit. Brandi, Cesare (2013). *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 4ª ed. Cotia: São Paulo, Ateliê.
- Buhalis, D., & Darcy, S. (Eds.). (2010). *Accessible tourism: Concepts and issues*. Channel View Publications.
- Cambiaghi, S. (2007). *Desenho Universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- Cameron, B., & Darcy, S. (2012). *Wheelchair Travel Guides. In Best Practice in Accessible Tourism*. Channel View Publications.

- Carbonara, G. (2002). *Riforma Universitaria. Ripercussioni alla formazione specialistica*. In: ARKOS: Scienza e Restauro, 9(4), 10-17.
- Chain, A. T. S. (2016). *Tourism for All-promoting universal accessibility*. Doi: <https://doi.org/10.18111/9789284418138>.
- Darcy S., Buhalis D. (2011). *Accessible Tourism: Concepts and Issues*.
- Devile, E. C. P. G. L. (2014). *Dinâmicas de envolvimento das pessoas com incapacidade nas atividades turísticas* (Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro (Portugal)).
- Devile, E. L., Garcia, A., Carvalho, F., & Neves, J. (2012). *Turismo Acessível em Portugal— Estudo de casos de boas práticas*. Revista Turismo & Desenvolvimento, 3(17/18), 626-638.
- Devile, E., e Kastenholz, E. (2018). *Accessible tourism experiences: the voice of people with visual disabilities*. Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events, 10(3), 265–285. <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>
- Dischinger, M., Ely, V.H.M.B., & Piardi, S.M.D.G. (2012). *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*. Florianópolis: MPSC.
- European Commission – EC (2014). *Economic Impact and Travel Patterns of Accessible Tourism in Europe – Final Report*. Study carried on by GFK, University of Surrey, Neumann Consultants and Pro-Solutions. Disponível a partir de: ec.europa.eu/DocsRoom/documents/5566/attachments/1/.../en/.../native
- Garcia M. E. R., Garcia F. C., Ruiz J. A. C. e Pérez M. C. (2021). *Accessibility to Cultural Tourism: The Case of the Major Museums in the City of Seville*.
- Goodall, B. (2006). *Disabled access and heritage attractions*. Tourism Culture & Communication, 7(1), 57-78.
- Gouveia, P. H. (2006). *Turismo Acessível em Portugal - Lei, oportunidades económicas, informação*. INR - Instituto Nacional de Reabilitação, IP, Lisboa.
- Hooi, P. M., & Yaacob, N. M. (2019). *Accessibility for Physically Challenged Persons in Heritage Buildings*. Journal of Design and Built Environment, 19(1), 24-39.

- Instituto Nacional de Estatística - INE (2012). *Censos - Resultados definitivos*. Disponível a partir de: www.ine.pt.
- Kent, R (2017). *Inclusive access to historic buildings and sites*.
- Meira, A. L. G. (2008). *O patrimônio histórico e artístico no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção* (Tese de Doutorado, Propur, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)).
- no Brasil, R. D. U. (1998). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
- Nyman, E., Westin, K., & Carson, D. (2018). *Tourism destination choice sets for families with wheelchair-bound children*. *Tourism Recreation Research*, 43(1), 26-38.
- Organização Mundial de Saúde - OMS (2011). *World Report on Disability*. Disponível a partir de: http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf
- Ozturk, Y., Yayli, A., & Yesiltas, M. (2008). *Is the Turkish tourism industry ready for a disabled customer's market?: The views of hotel and travel agency managers*. *Tourism management*, 29(2), 382-389.
- Reyes-García, M. E., Criado-García, F., Camúñez-Ruiz, J. A., & Casado-Pérez, M. (2021). *Accessibility to Cultural Tourism: The Case of the Major Museums in the City of Seville*. *Sustainability*, 13(6), 3432.
- Riegl, A. (1903). *O Culto Moderno dos Monumentos: A sua essência e sua origem*. Tradução Werner Rothschild Davidsohn. São Paulo: Ed. Perspetiva, 2014.
- Sasaki, R. K. (2006). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7ed. Rio de Janeiro: WVA.
- Sasaki, R. K. (2010). *Construindo uma sociedade para todos*. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA.
- Schleien (1993). *Cultural and Heritage Tourism in Asia and the Pacific*.
- Turismo de Portugal, IP. (2017). *Manual de Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- UNESCO, *Declaração Universal dos Direitos Humanos–ONU*. 1948. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 27 jan. 2021.

UNWTO. (2016). *Tourism for All - promoting universal accessibility*. Madrid.
<https://doi.org/10.18111/9789284418138>.

Yau, M. K. S., McKercher, B., & Packer, T. L. (2004). *Traveling with a disability: More than an access issue*. *Annals of tourism research*, 31(4), 946-960.

TUR4all (2020). *Relatório de Acessibilidade – Castelo de Penela*. Disponível a partir de:
<file:///C:/Users/Paula/Downloads/TUR4all-castelo-de-penela-PT.pdf>

ANEXOS

a. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA

MONUMENTO EM ANÁLISE	COMPLEXO MONUMENTAL DE SANTIAGO DA GUARDA
Breve enquadramento histórico & classificação	Único exemplar da arquitetura manuelina do concelho, o Complexo assenta sobre as ruínas de uma <i>villa</i> romana, dos séculos IV e V. Sobre esta <i>villa</i> foi erigida uma torre medieval, integrada no reforço da Linha Defensiva do Mondego, promovida por D. Afonso Henriques na região da Ladeia. O Complexo integra ainda o Paço dos Vasconcelos, uma residência senhorial quinhentista erguida a partir e em torno da matriz medieval turriforme. Merece destaque o conjunto de 17 mosaicos policromáticos romanos, um dos quais exposto na área de acolhimento. Monumento Nacional (Decreto-Lei de 12 de setembro de 1978).
Morada & Contatos	Rua Condes de Castelo Melhor, Santiago da Guarda – Ansião (Leiria). Telf (+351) 236 672 025 geral@cm-ansiao.pt https://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/1/patrimonio-e-cultura/27/complexo-monumental-de-santiago-da-guarda/98/complexo-monumental-de-santiago-da-guarda
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Falta sinalética padrão da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego; - Falta sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim, mas... - O anfiteatro envolvente tem alguns pontos inacessíveis, apesar de existirem soluções para que a pessoa com mobilidade condicionada assista a qualquer evento.
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Sim, mas... - Loja de produtos endógenos no interior do Complexo; - Existe nas imediações oferta de cafetaria e restaurante com esplanada, desconhecendo-se a existência de sanitários acessíveis.
Mapa de orientação tátil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Sim, mas... - O visitante não encontra essa informação exposta.
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - A sinalética passa despercebida na recepção, pois sua imagem não é de fácil leitura.
Balcão de atendimento rebaixado.	Sim
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Sim
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos com pessoas com deficiência	Sim

Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim, mas... - Falta identificação dos compartimentos do Complexo, designadamente das várias entradas disponibilizadas no pátio (Alojamento Técnico, Oficina, Torre); - Falta a identificação clara do local de início do percurso expositivo.
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Não, porém... - A Rede lançou um sistema de audioguias no anterior quadro comunitário, iniciativa que poderia ser replicada em concertação com o Município para este Monumento.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Na globalidade sim, mas... - Sem autonomia, apenas com apoio.
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - O piso superior funciona somente a área administrativa do Complexo. Além da torre que possui escada para acesso.
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Sim Espaço interno: Sim Barras rebatíveis: Sim	Sim
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Sim, mas... - Desajustado em função da norma técnica em vigor.
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: 10% - tipo de piso: Pedra/calçada - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - A rampa que serve o estacionamento reservado até a entrada do complexo é demasiadamente longa.

b. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade na
TORRE DE ANTO

MONUMENTO EM ANÁLISE	TORRE DE ANTO
Breve enquadramento histórico & classificação	<p>A Torre de Anto está integrada na antiga muralha medieval da Cidade de Coimbra, sendo esta uma das poucas conservadas na atualidade. Esta Torre está situada no topo da Rua de Sobre Ribas, ao lado da Igreja da Misericórdia, em plena colina da cidade. Este edifício teve uma função habitacional até muito tarde: nos anos 60 do século XX ela ainda estava habitada. A Torre de Anto recebe um projeto de musealização desde 2014, fazendo parte de um dos núcleos do Museu Municipal de Coimbra, designadamente o Núcleo da Guitarra e do Fado.</p> <p>Monumento Nacional, Decreto n.º 26 141, DG, 1ª série, n.º 287 de 10 dezembro 1935 (Torre de Anto) / ZEP, Portaria, DG, 2ª série, n.º 153 de 02 julho 1960 (Cerca de Coimbra designadamente o Arco de Almedina, Arco Pequeno de Almedina) / Portaria, DG, 2ª série, n.º 269 de 17 novembro 1961 (Torre de Anto).</p>
Morada & Contatos	<p>R. Sobre Ribas 35, 3000-180 - Coimbra Telf (+351) 239 840 754 https://www.cm-coimbra.pt/areas/visitar</p>
O nome do Monumento é fácil de ver e de ler.	Sim
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim, mas... - À considerar o Miradouro a volta - Sem autonomia, somente com ajuda.
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Não
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não existe sinalética.
Balcão de atendimento rebaixado.	Sim, mas... - Falta ajustes para atender a norma.
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Sim
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Não conseguimos ter acesso ao equipamento.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim

É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Sim com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Não - No âmbito da acessibilidade física, não. Pois, este pólo museológico apresenta-se com quatro pisos ligados por uma estreita escada.
O edifício tem vários pisos.	Sim
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Não
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: - Espaço interno: - Barras rebatíveis: -	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: maior que 10% - tipo de piso: Pedra/calçada - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - A rampa que serve o estacionamento reservado é demasiadamente longa e íngreme. O percurso até ela não é acessível.

c. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade na
TORRE DE ALMEDINA

MONUMENTO EM ANÁLISE	TORRE DE ALMEDINA
Breve enquadramento histórico & classificação	A Torre de Almedina, juntamente com outras torres inseridas na muralha medieval, tinha como objetivo proteger a cidade de Coimbra das investidas inimigas, em especial a principal entrada da cidade intra-muros, a “Almedina”. Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910, (Cerca de Coimbra designadamente o Arco de Almedina, Arco Pequeno de Almedina) / Decreto nº 2 789, DG, 1ª série, n.º 121 de 16 junho 1921 / Decreto nº 7 552-A, DG n.º 133 de 1 julho 1921 (Arco Pequeno de Almedina).

Morada & Contatos	Rua Ferreira Borges, virar na Porta da Barbacã - Coimbra Telf (+351) 239 840 754 https://www.cm-coimbra.pt/areas/visitar
O nome do Monumento é fácil de ver e de ler.	Sim
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim, mas... - O seu acesso faz-se sem autonomia, pelo que será necessário ajuda para alcançar estes espaços.
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Não
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não existe sinalética.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Sim
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Somente o equipamento já disponibilizado pela Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Sim com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Não - No âmbito da acessibilidade física, não. Pois, o monumento apresenta-se com ligações por escadas estreitas, desníveis em pedra.
O edifício tem vários pisos.	Sim
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Não
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: - Espaço interno: - Barras rebatíveis: -	Não

Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: - - inclinação: - - tipo de piso: - - iluminação: - - patamares de descanso: -	Não

d. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade na
TORRE DE BUARCOS

MONUMENTO EM ANÁLISE	TORRE DE BUARCOS
Breve enquadramento histórico & classificação	Conhecida por torre ou castelo de Redondos, permanece ainda hoje visível num dos pontos mais altos da povoação de Buarcos, restando de pé parte substancial das paredes de alvenaria de pedra argamassada. IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 44 075, DG, 1.ª série, n.º 281 de 05 dezembro 1961 / ZEP, Portaria n.º 337/2011, DR, 2.ª série, n.º 27, de 8 de fevereiro 2011.
Morada & Contatos	R. Santa Cruz 28, 3080-283 Buarcos - Figueira da Foz Telf (+351) 233 403 300 municipe@cm-figfoz.pt
O nome da Torre é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Somente sinalética padrão da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego; - Falta sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Não
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Não
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Falta sinalização.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não

Visitas guiadas.	Sim, mas... - Precisa ser agendada junto do posto turismo.
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim, mas... - Precisa ser agendada junto do posto turismo.
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Não
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Somente o disponibilizado pela Rede, sendo necessário o seu levantamento no posto de turismo.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Não com base no tipo de pavimentação: Não	Não
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - Sem acessibilidades.
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Não
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Não Espaço interno: Não Barras rebatíveis: Não	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: Não	Não

- e. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade na FORTALEZA DE BUARCOS

MONUMENTO EM ANÁLISE	FORTALEZA DE BUARCOS
Breve enquadramento histórico & classificação	Fortaleza abaluartada de que subsistem dois panos de muralha e três Baluartes irregularmente distribuídos. Existem duas poternas que apresentam arco de volta perfeita e cobertura em abóbada de berço, a da esquerda encontra-se entaipada por alvenaria de pedra calcária e a da direita continua a dar acesso à povoação. IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 44 075, DG, 1ª série, n.º 281 de 05 dezembro 1961 / ZEP, Portaria nº 337/2011, DR , 2ª série, n.º 27, de 8 de fevereiro 2011.
Morada & Contatos	Rua 5 de outubro - Buarcos - Figueira da Foz Telf (+351) 233 403 300 municipe@cm-figfoz.pt
O nome da Fortaleza é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Não
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Falta sinalização.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não aplicável
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não
Visitas guiadas.	Sim, mas... - Precisa ser agendada junto do posto de turismo.
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim, mas... - Precisa sser agendada junto do posto de turismo.
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Não
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Somente o disponibilizado pela Rede, sendo o levantamento junto do posto de turismo.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Sim com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Sim	Na globalidade sim, mas... - Sem autonomia, em alguns trechos.
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - São em áreas abertas e de uso comum.
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não

Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Não Espaço interno: Não Barras rebatíveis: Não	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Sim
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	- 100,00 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: Variável - tipo de piso: Pedra irregular - iluminação: Sim - patamares de descanso: Sim	Sim, mas... - As inclinações das rampas são variáveis.

f. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
FORTE DE SANTA CATARINA

MONUMENTO EM ANÁLISE	FORTE DE SANTA CATARINA
Breve enquadramento histórico & classificação	O Forte de Santa Catarina cooperava com a Fortaleza de Buarcos e o Fortim de Palheiros na defesa do porto e da baía da Figueira da Foz e de Buarcos. Na praça de armas foi edificada a Capela de Santa Catarina, um oratório de planta quadrangular. IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 44 075, DG, 1ª série, n.º 281 de 05 dezembro 1961 / ZEP, Portaria nº 337/2011, DR, 2ª série, n.º 27, de 8 de fevereiro 2011.
Morada & Contatos	Avenida de Espanha - Figueira da Foz Telf (+351) 233 403 300 municipe@cm-figfoz.pt
O nome do Forte é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Falta sinalética padrão da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego;

	- Falta sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Sim, mas... - Sem casa de banho acessível.
Mapa de orientação tátil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Sim, mas... - O visitante não encontra essa informação exposta.
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não existe sinalização.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Sim
Visitas guiadas.	Sim, mas... - Precisa ser agendada no posto de turismo.
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim, mas... - Precisa ser agendada no posto de turismo.
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim, mas... - Falta identificação das direções para acesso aos terraços.
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Somente o disponibilizado pela Rede, sendo necessário o seu levantamento junto do posto de turismo.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Não
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Na globalidade sim, mas... - Sem autonomia, apenas com apoio.
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - Sem acessibilidades.
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Não
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Não Espaço interno: Não Barras rebatíveis: Não	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não

Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: 8% - tipo de piso: Madeira - iluminação: Sim - patamares de descanso: Sim	Sim, mas... - O percurso que serve o estacionamento reservado é demasiadamente longo.

g. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
CASTELO DA LOUSÃ

MONUMENTO EM ANÁLISE	CASTELO DA LOUSÃ
Breve enquadramento histórico & classificação	Pertencendo à Linha Defensiva do Mondego, para controlo dos acessos meridionais e das investidas inimigas a Coimbra, este Castelo é também conhecido por Castelo de Arouce, tendo a povoação primitiva do concelho aqui a sua origem. De planta irregular, foi construído em alvenaria de xisto. Monumento Nacional, por decreto de 16 de julho de 1910.
Morada & Contatos	Localizado a 2 km da Vila da Lousã, num morro escarpado na margem direita do rio Arunce - Lousã Telf (+351) 239 993 372 https://cm-lousa.pt/locais/castelo-de-arouce/?mp=2359&mc=2371
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Sim
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim, mas... - A ligação do Castelo até as zonas junto as esplanadas, sanitários acessíveis deverão ser feitas de carro.
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Sim, mas... - O restaurante "O Burgo", uma referência no concelho e localizado na ermida da Nossa Sra. Da Piedade, possui rampas para acesso, ainda que a sua inclinação seja difícil para a subida em autonomia, carecendo sempre de apoio. - O bar da praia só funciona durante a época balnear da praia fluvial da Sra. Da Piedade.
Mapa de orientação tátil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Sem sinalética clara.
Balcão de atendimento rebaixado.	Sim (no posto de acolhimento do Castelo)

Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Sim
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Somente os disponibilizados pela Rede.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: - com base no tipo de pavimentação: Não	Não
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - Sem acessibilidade.
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Não
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Não Espaço interno: Não Barras rebatíveis: Não	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: 10% e mais - tipo de piso: Pedra/calçada/madeira - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - A rampa que serve o estacionamento reservado possui vários tipos de piso e inclinação.

h. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO

MONUMENTO EM ANÁLISE	ANTIGO CASTELO DE MIRANDA DO CORVO
Breve enquadramento histórico & classificação	Uma torre e uma cisterna constituem hoje os únicos vestígios materiais do antigo castelo de Miranda do Corvo, estrutura militar que, pela sua posição estratégica junto a importantes vias de comunicação, desempenhou um papel particularmente relevante na defesa da Linha do Mondego e da cidade de Coimbra entre os séculos XI e XII. Estrutura de interesse turístico e cultural, sem classificação.
Morada & Contatos	Situado num morro junto ao centro da vila de Miranda do Corvo. Alto do Calvário, 3220-195, Miranda do Corvo (Coimbra). Telf (+351) 239 530 316 turismo@cm-mirandadocorvo.pt https://cm-mirandadocorvo.pt/pt/1351/castelo.aspx
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Nem todas são de fácil aproximação, como é o exemplo da existente junto a cisterna e na relva acima da necrópole rupestre. - Falta sinalética direcional até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim, mas... - O acesso até à torre, Cristo Rei e Cisterna não são acessíveis.
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Sim, mas... - Nada ao redor do Antigo Castelo, somente junto ao Posto de Turismo.
Mapa de orientação tátil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não identificámos sinalética.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não - Porém, há no Posto de Turismo.
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não - Excetuando no interior da Torre Sineira.
Visitas guiadas.	Sim, mas... - Devem ser previamente agendadas no Posto de Turismo.
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim, mas... - Devem ser previamente agendadas no Posto de Turismo.
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim, mas... - A Cisterna e a Torre encontram-se regularmente fechadas e não dispõem de informação no interior.
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Devem ser recolhidos no Posto de Turismo.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Sim, mas... - Somente onde há sinalética da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

Folhetos explicativos.	Sim, mas... - Devem ser recolhidos no Posto de Turismo.
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Sim com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Somente ao redor do monumento. - Sem autonomia, apenas com apoio.
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - Como são de diversas padronagens e texturas, dificultam a circulação autónoma
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim, mas... - Somente nas circulações ao redor do monumento.
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Sim Espaço interno: Sim Barras rebatíveis: Sim	Sim, mas... - Precisa de ajustes ao nível do acesso. Da maneira que se encontra atualmente, a abertura da porta inviabiliza a aproximação da cadeiras de rodas com autonomia.
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Sim, mas... - Desajustado em função da norma técnica em vigor. - Distância maior de 100,00m até ao acesso principal.
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: Adequada - tipo de piso: Pavimentação - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - Além da rampa existem degraus.

i. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO

MONUMENTO EM ANÁLISE	CASTELO DE MONTEMOR - O - VELHO
Breve enquadramento histórico & classificação	Em posição dominante sobre a vila, na margem direita do rio Mondego, à época junto à sua foz, no contexto da Reconquista cristã da Península Ibérica, o Castelo de Montemor-o-Velho constituiu-se como um ponto estratégico na defesa da linha fronteira do Mondego, em particular da região de Coimbra. Foi, por essa razão, a principal fortificação da região, à época.

	MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910
Morada & Contatos	Rua de Coimbra, Vila de Montemor-o-Velho Telf (+351) 239 680 380 geral@cm-montemorvelho.pt https://cm-montemorvelho.pt/
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - A sinalética direcional até chegar ao Monumento deve ser revista, uma que a placa existente na subida para o acesso principal do Castelo foi danificada e apenas remendada.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Não
Loja, bar ou cafeteria acessível.	Não
Mapa de orientação tátil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não há sinalética informativa a respeito.
Balcão de atendimento rebaixado.	Sim
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim, mas... - Existem alguns painéis informativos da Rede de Castelos, mas falta sinalética à entrada do que pode ser apreciado e sinalética direcional no interior. Uma vez que o posto de acolhimento turístico não se localiza na entrada principal do Castelo (Porta da Peste), assim que o visitante entra no Castelo deveria ter acesso aos principais pontos de visita e pelo menos a direção até ao Posto de Turismo.
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim, mas... - Somente o disponibilizado pela Rede de Castelos e Muralhas do Mondego. Não encontramos informação de que essa solução está disponível no interior do castelo, nem no posto de turismo.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não, mas... - Existem placas informativas com pequenas legendas em braille, colocadas no âmbito da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Não com base no tipo de pavimentação: Não	Na globalidade sim, mas... - Sem autonomia, apenas com apoio.
O edifício tem vários pisos.	Sim

Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Não Espaço interno: Não Barras rebatíveis: Não	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: Variável - tipo de piso: Pedra/calçada - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - A rampa que serve o estacionamento em geral é demasiadamente íngreme.

j. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
CASTELO DE PENELA

MONUMENTO EM ANÁLISE	CASTELO DE PENELA
Breve enquadramento histórico & classificação	Erguido sobre formação rochosa, o Castelo de Penela constitui um elemento singular na Vila de Penela pela sua posição dominante e altaneira. Os testemunhos materiais mais antigos do Castelo datam do século XI. Integrou a Linha Defensiva do Mondego, recebeu foral de D. Afonso Henriques e em 1408 é doado ao Infante D. Pedro. O castelo chegou ao século XX num estado próximo da ruína, tendo sido intervencionado pela DGEMN na década de 1940. Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23 junho 1910 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 208 de 05 setembro 1958

Morada & Contatos	R. Castelo 5, 3230-280 Penela Telf (+351) 239 560 120 cmpenela@cm-penela.pt https://www.cm-penela.pt/artigo-95-0
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Sim, mas... - No pano de muralha sul encontramos em destaque a marca “Penela Presépio” de onde se deduz estarmos perante o Castelo de Penela.
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Poderia ter mais informações direcionais, como por exemplo a indicação da porta principal (porta da vila).
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Não - Porém, a intervenção proposta compreende a sua existência.
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Não
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Falta sinalização.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Não
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Não com base no tipo de pavimentação: Não	Não
O edifício tem vários pisos.	Sim
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada.	Não - Porém, a intervenção proposta compreende a sua existência.

Vão de acesso: Espaço interno: Barras rebatíveis:	
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Sim, mas... - Não se encontra integrado num percurso acessível.
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	- 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: Variável - tipo de piso: Pedra/calçada - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - Existem diversos percursos e tipos de pavimentação até chegar à atual porta principal (brecha das desaparecidas). Para além disso as inclinações das rampas existentes também são muito variáveis. Em projeto prevê-se a criação de corredores acessíveis e com maior fluidez.

k. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
CASTELO DO GERMANELO

MONUMENTO EM ANÁLISE	CASTELO DO GERMANELO
Breve enquadramento histórico & classificação	Pequeno recinto de forma aproximadamente triangular e linhas curvas, totaliza 107 metros de perímetro. O troço da muralha Norte, muito restaurado, apresenta um coroamento de 18 ameias. Dos dois outros troços, sobrevivem apenas ruínas, em geral pouco elevadas acima do nível do solo. Um poço circular e vestígios de alicerces denunciam a existência de construções no pequeno pátio de armas. SIP – Sítio de Interesse Público, Despacho de concordância de 16-05-2018 da diretora-geral da DGPC.
Morada & Contatos	Situado na coroa de um monte em pleno Vale do Rabaçal Telf (+351) 239 561 132 – Posto de Turismo de Penela turismo@cm-penela.pt www.cm-penela.pt
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Somente a da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego se destaca. - Falta sinalética direcional perfeitamente perceptível até chegar ao Monumento a partir das principais vias de acesso rodoviário.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Não
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Não
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não

Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não identificamos sinalética.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não
Visitas guiadas.	Não
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Não
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim, mas... - O leitor de paisagem encontra-se a carecer de nova impressão uma vez que a exposição solar o danificou e não permite já a sua fácil leitura
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Não
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Não
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Não com base no tipo de pavimentação: Não	Não
O edifício tem vários pisos.	Não
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Não
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Não Espaço interno: Não Barras rebatíveis: Não	Não
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	Cerca de 1200 metros
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: Variável	Não

- tipo de piso: Variável - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	
--	--

I. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
CASTELO DE POMBAL

MONUMENTO EM ANÁLISE	CASTELO DE POMBAL
Breve enquadramento histórico & classificação	De planta poligonal irregular, em forma de escudo, e no interior com a imponente Torre de Menagem, foi construído entre 1156 por D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo, sobre um maciço rochoso na margem do rio Arunca. Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910 / ZEP / Zona "non aedificandi", Portaria, DG, 2.ª série, n.º 12 de 15 janeiro 1947 *1.
Morada & Contatos	Rua do Castelo, 3100-826 Pombal Telf (+351) 236 210 556 turismo@cm-pombal.pt https://www.cm-pombal.pt/castelo-de-pombal
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Poderia ter mais informações direcionais, ainda quando se sai do estacionamento, como: a direção da entrada principal, a cafetaria.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Não
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Sim, mas... - Por norma, a cafetaria junto ao Castelo está apenas aberta ao nível do seu piso inferior. Torna-se impossível para uma pessoa com mobilidade condicionada, designadamente para o utilizador de cadeira de rodas, aceder desta forma à mesma. Em alternativa, o piso superior da cafetaria, é mais acessível. Mas a porta está, por norma, encerrada. Sugere-se que na porta do primeiro piso exista a indicação de que ela poderá ser aberta a pedido, através de um contacto telefónico que esteja exposto e de fácil compreensão.
Mapa de orientação tátil.	Sim
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Sim, mas... - O visitante não encontra essa informação exposta.
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Falta sinalização.
Balcão de atendimento rebaixado.	Sim, mas... - Precisa de adequação.
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Sim
Visitas guiadas.	Sim
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Sim
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Sim

Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Sim
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Não com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Na globalidade sim, mas... - Sem autonomia, apenas com apoio, sobretudo derivado da existência de gravilha em toda a Praça de Armas e pela existência de vários desníveis.
O edifício tem vários pisos.	Sim
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: Sim Espaço interno: Sim Barras rebatíveis: Sim	Sim, mas... - Encontra-se muito distante do Castelo de Pombal, pois procura também servir os utilizadores do cemitério.
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Sim, mas... - Encontra-se muito distante do Castelo de Pombal, pois procura também servir os utilizadores do cemitério.
Distância do estacionamento reservado até ao acesso principal do Monumento.	+ 100 m
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: Variável - tipo de piso: Pedra/calçada - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - Existem diversos percursos e tipos de pavimentação até chegar à porta principal do Castelo de Pombal, além da inclinação das rampas também variarem e fugirem ao regulamentado; - Mesmo que a pessoa com mobilidade condicionada percorra de forma autónoma os diferentes tipos de pavimentação existentes desde o momento em que estaciona até chegar à porta principal do Castelo de Pombal, existe pelo menos um degrau com espelho ainda considerável que impossibilita de todo que este percurso seja feito sem apoio de terceiros.

m. Guião descritivo sumário sobre os diferentes domínios da acessibilidade no
CASTELO DE SOURE

MONUMENTO EM ANÁLISE	CASTELO DE SOURE
Breve enquadramento histórico & classificação	Implantado em terreno plano, próximo à confluência dos rios Anços e Arunca. De planta retangular foi construído no séc. XI por D. Sesnando, com uma estrutura simples e sem torres. Reformado pela Ordem do Templo, pouco depois de lhe ter sido doado, em 1128. Foram os templários responsáveis pela construção das duas primeiras torres e em seguida pela torre de menagem. Em 1880 foi dinamitada uma das suas torres, em avançado estado de ruína. Em 2004 o Castelo de Soure foi adquirido pelo Município. Monumento Nacional, Decreto n.º 37 366, DG n.º 70 de 05 abril 1949.
Morada & Contatos	Rua Alexandre Herculano, Largo do Castelo, Largo do Adro – Soure. Telf (+351) 239 506 550 geral@cm-soure.pt www.cm-soure.pt
O nome do Castelo é fácil de ver e de ler.	Não
Placas e sinalética nos espaços externos.	Sim, mas... - Falta uma sinalética com o nome do Castelo.
Praça ao redor ou Esplanada acessível.	Sim
Loja, bar ou cafetaria acessível.	Sim, mas... - Existe nas imediações oferta de cafetaria e restaurante com esplanada, desconhecendo-se a existência de sanitários acessíveis nestes estabelecimentos.
Mapa de orientação táctil.	Não
Wi-fi gratuito nas zonas comuns.	Não
Cães de assistência são admitidos.	Sim, mas... - Não existe sinalética.
Balcão de atendimento rebaixado.	Não
Sinalização em caso de perigo ou emergência.	Não
Visitas guiadas.	Não
Visitas guiadas para grupos de pessoas com limitações.	Não
Videoguia em Língua Gestual Portuguesa	Não
Placas e sinalética nos espaços internos.	Sim
Audioguias na língua do país e outros idiomas, e/ ou Audiodescrição.	Sim - Disponível no posto de turismo.
Textos em Braille, leitura simplificada e textos em versão ampliada.	Não
Folhetos explicativos.	Sim
É fácil percorrer o edifício: com base na sinalética: Sim com base na iluminação: Sim com base no tipo de pavimentação: Não	Na globalidade sim, mas... - Sem autonomia, apenas com apoio.
O edifício tem vários pisos.	Sim, mas... - Apenas o pátio interno é acessível;

	- A torre do ajimez não dispõe de acesso para o público.
Presença de Elevador e/ ou plataforma elevatória.	Não
Piso tátil no final e no princípio das mudanças de níveis.	Não
Nas circulações em geral, verifica-se que existe 10 m sem obstáculos e com área de 150 cm de diâmetro para o círculo da mudança de direção pela pessoa com cadeira de rodas.	Sim
WC adaptado para pessoa com mobilidade condicionada. Vão de acesso: - Espaço interno: - Barras rebatíveis: -	Não, porém... - Existe um wc praticável que serve o parque de estacionamento das imediações, que dista 87 metros do monumento.
Estacionamento reservado e sinalizado para pessoas com mobilidade condicionada.	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento sem desníveis.</i>	Não
<i>Percurso até ao acesso principal do Monumento com rampa.</i> Detalhes da rampa: - largura: Variável - inclinação: 25% - tipo de piso: Pedra/calçada - iluminação: Não - patamares de descanso: Não	Sim, mas... - A rampa de acesso possui inclinação inadequada.

